



LUIZ AUGUSTO BRONZATTO

**A LUTA POR AUTONOMIA NO
ASSENTAMENTO SANTO DIAS: UMA
ABORDAGEM DA CONDIÇÃO CAMPONESA**

**LAVRAS – MG
2013**

LUIZ AUGUSTO BRONZATTO

**A LUTA POR AUTONOMIA NO ASSENTAMENTO SANTO DIAS: UMA
ABORDAGEM DA CONDIÇÃO CAMPONESA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organizações, Gestão e Sociedade, para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora

Dra. Maria de Lourdes Souza Oliveira

Coorientador

Dr. Thiago Rodrigo de Paula Assis

**LAVRAS – MG
2013**

**Ficha Catalográfica Elaborada pela Coordenadoria de Produtos e
Serviços da Biblioteca Universitária da UFLA**

Bronzatto, Luiz Augusto.

A luta por autonomia no Assentamento Santo Dias : uma abordagem da condição camponesa / Luiz Augusto Bronzatto. – Lavras : UFLA, 2013.

144 p. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Lavras, 2013.

Orientador: Maria de Lourdes Souza Oliveira.

Bibliografia.

1. Agricultura. 2. Reforma agrária. 3. Camponeses. 4. Sociologia agrícola. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD – 307.1412

LUIZ AUGUSTO BRONZATTO

**A LUTA POR AUTONOMIA NO ASSENTAMENTO SANTO DIAS: UMA
ABORDAGEM DA CONDIÇÃO CAMPONESA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organizações, Gestão e Sociedade, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 31 de julho de 2013.

Dr. Marcelo Leles Romarco de Oliveira	UFV
Dra. Flávia Luciana Naves Mafra	UFLA
Dra. Jacqueline Magalhães Alves	UFLA
Dr. Thiago Rodrigo de Paula Assis	UFLA

Dra. Maria de Lourdes Souza Oliveira
Orientadora

**LAVRAS – MG
2013**

Aos agricultores e às agricultoras do Assentamento Santo Dias, detentores/as de grande sabedoria, que me instigou e fortaleceu, especialmente nos momentos mais difíceis dessa jornada.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço à minha família, a começar pela Alessandra, minha paixão, pelo apoio em variados momentos dessa jornada. Agradeço aos meus “filhotes”, Giovana, Gael e Tereza, por compreenderem as minhas ausências em determinados momentos. Aos meus pais, Luiz Bronzatto e Maria Tereza, detentores de grande sabedoria que, com muito esforço e dedicação, ofertaram a seus filhos a oportunidade que não tiveram em relação aos estudos formais. Às minhas irmãs, Verinha e Bia, que sempre encontram um sorriso e outras formas de carinho para o alívio das dores nos momentos difíceis. À minha “sogrinha”, Sônia e seu companheiro, Clóvis; ao meu cunhado, Peter e à minha cunhada Nina que, em vários momentos, colaboraram significativamente, como no apoio com os pequenos. À tia Júlia e ao tio Cosme, sempre solícitos em ajudar.

À minha orientadora, Maria de Lourdes (Maroca). Nestas linhas me falta espaço para expressar todo o meu apreço em relação ao seu profissionalismo, à sua compreensão e prática como educadora, pesquisadora, mulher e amiga. Sem dúvida, se não fossem suas qualidades, não chegaria tão longe e, talvez, não encerrasse essa jornada.

Ao meu coorientador, Thiago, cuja sensibilidade e profissionalismo fizeram com que eu amadurecesse, seja como pessoa, seja como pesquisador.

Aos membros da banca, professor Marcelo Leles Romarco de Oliveira, professora Flávia Luciana Naves Mafra e professora Jacqueline Magalhães Alves, pelas contribuições enriquecedoras que me trouxeram valiosos elementos para continuidade de minhas buscas.

Ao amigos/as do GEDIM, Bruno, Douglas, Isla, Líbia, Plínio e Rose, pelos vários momentos prazerosos e divertidos e pelas livres reflexões sobre os mais variados temas (universidade, papel da pesquisa e da extensão, gênero, assentamentos, reforma agrária e movimentos sociais, entre outros).

Aos agricultores e às agricultoras do Assentamento Santo Dias, pelos ensinamentos e pela paciência. A partir da convivência com eles, pude melhor compreender o valor da vida e o valor da luta social.

Aos colegas do PPGA que, sem preconceitos, me aceitaram na turma!

E também ao CNPq, pelo apoio financeiro ao projeto.

RESUMO

Este trabalho foi realizado com o objetivo de compreender como são desenvolvidas as ações para a busca de autonomia pelos agricultores camponeses do Assentamento Santo Dias (ASD). A fim de trazer maiores elementos para a busca desse objetivo, foi necessário resgatar diversas leituras, desenvolvidas ao longo do tempo, sobre o camponês, no intuito de compreender como se moldou a condição camponesa na sociedade, incluindo a brasileira, bem como a racionalidade orientadora de suas ações e as suas formas de reprodução social. Neste resgate, evidenciaram-se duas questões antagônicas: uma refletia sobre a condição de submissão do camponês a um ambiente coercivo e hostil, e a outra considera esse ator social um ser pensante, um tomador de decisões, que estabelece estratégias para superar determinados quadros de hostilidade, buscando sua autonomia a partir do fortalecimento de suas bases de recursos e dos aspectos relacionados à coprodução. Outros elementos se fizeram necessários para as análises, como o entendimento sobre as vivências praticadas nos assentamentos de reforma agrária, tendo em vista o ambiente empírico da pesquisa. A metodologia de cunho qualitativo, alicerçada pelo método circular de pesquisa, buscou, por meio de entrevistas semiestruturadas, de levantamento documental e de observações, permitiu identificar determinadas estratégias familiares em curso no ASD, tendo em vista a busca por autonomia. Os dados recolhidos acenaram que há uma diversidade de situações e que as estratégias estabelecidas pelas famílias levam em conta a dinâmica e a estrutura familiar. Mesmo diante deste contexto, as estratégias sócio-produtivas estabelecidas a partir de três grupos familiares distintos puderam ser analisadas. Os resultados desta análise apontam que o fortalecimento das bases de recursos (físico, social e cultural) do ASD, com vistas a estabelecer estratégias de coprodução que elevem o grau de autonomia dos agricultores assentados, deve prezar a equidade, e que a base de recurso social configura-se como a que mais deve ser perseguida diante da atual realidade visualizada no assentamento.

Palavras-chave: Camponeses. Assentamento. Autonomia.

ABSTRACT

The aim of this study was to understand how the actions are developed for the search of autonomy by the peasant farmers of the Santo Dias settlement (ASD). In order to bring more elements to the pursuit of that goal, it was necessary to rescue several readings, developed over time, about the peasant, in order to understand how they shaped the peasant condition in society including the Brazilian, as well as rationality guiding of their actions and its social reproduction. This rescue showed up two issues antagonistic: one reflected on the condition of submission Peasant, inserted in a hostile and coercive environment, and other elements that brought this social actor sets up a thinking being, a decision maker, establishing strategies to overcome certain frames of hostility, having as its seeks autonomy from strengthening their resource bases and aspects related to the coproduction. Other elements became necessary for the analyze, as a better understanding of the experiences practiced in agrarian reform settlements, considering the environment of this empirical research. The methodology applied a qualitative, grounded by the circular method of research, sought, through semi-structured interviews and observations identify specific family strategies underway in ASD in order to search for autonomy. Data collected waved that there is a diversity of situations and that the strategies established by the families took into account the dynamics and family structure. Even before this context, the strategies socio-productive established from three distinct family groups could be analyzed. The results of this analysis indicate that the strengthening of the resource base (physical, social and cultural) of ASD in order to establish strategies for co-production, which raise the autonomy degree of settled farmers, should value the equity, and the base social resource configures itself to that more should be pursued before the current reality viewed in settlement.

Keywords: Peasants. Settlement. Autonomy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Coreografia da condição camponesa	60
Figura 2	Processo circular de pesquisa em ciências sociais	67
Figura 3	Grau de concentração de terras: Guapé e Brasil (comparativo)....	77
Figura 4	Mapa do Assentamento Santo Dias	96
Figura 5	A experiência produtiva do açúcar mascavo a partir da coreografia da condição camponesa de Ploeg (2008).....	122
Figura 6	A experiência de produção de sementes orgânicas a partir da coreografia da condição camponesa de Ploeg (2008).....	125

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Participação das 10 maiores corporações no mercado mundial de sementes patenteadas	82
Gráfico 2	Participação das 10 maiores organizações no mercado mundial de agrotóxico.....	83
Gráfico 3	Lucro líquido (em bilhão de dólares) das maiores empresas mundiais do ramo de fertilizantes, em 2007	84
Gráfico 4	Participação das dez principais empresas com atuação no mercado mundial de alimentos empacotados.....	85
Gráfico 5	Participação no mercado mundial de venda de alimentos	86
Gráfico 6	Dados comparativos entre a agricultura de base familiar e de base não familiar no Brasil	87

LISTA DE QUADRO E TABELAS

Quadro 1	Modalidades e limites de participação por unidade familiar no PAA	106
Tabela 1	Relação de entrevistas	70
Tabela 2	Perfil da agropecuária do município de Guapé, MG	78
Tabela 3	Núcleos, número de lotes, área útil familiar e área de exploração coletiva.....	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAFAG	Associação dos Agricultores Familiares de Guapé
AAFASD	Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Santo Dias
AESCA	Associação Estadual de Cooperação Agrícola de Minas Gerais
APAE	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais
ASD	Assentamento Santo Dias
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DAP	Declaração de Aptidão do PRONAF
Emater-MG	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ETC GROUP	Action Group on Erosion, Technology and Concentration
GEDIM	Grupo de Pesquisa e Extensão Gênero e Diversidade em Movimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragem
MDA	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PADAP	Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PIB	Produto Interno Bruto

PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
Polocentro	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
Prodecet	Programa de Cooperação Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados
SAREFEG	Sindicato dos Agropecuaristas em Regime de Economia Familiar de Guapé

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	22
2.1	O camponês: interpretações clássicas sobre esse ator social	23
2.2	O camponês no Brasil: origem, interpretações, dimensão política e estratégias desenvolvidas pelo Estado	38
2.3	Coreografia da condição camponesa e autonomia: o velho e o novo dilema camponês	54
2.4	Assentamentos de reforma agrária: vivência e interpretações	61
3	METODOLOGIA	67
3.1	Estratégia metodológica	67
3.2	A região onde se encontra o ASD: breve caracterização	75
4	OS IMPÉRIOS ALIMENTARES: A SUPERESTRUTURA NO CAMPO AGROALIMENTAR - HOSTILIDADE E RESPOSTAS	80
5	O ASSENTAMENTO SANTO DIAS: CONTEXTUALIZAÇÃO	89
5.1	A conquista da terra	89
5.2	O Assentamento Santo Dias: do planejamento às formas de organização, do objetivo comum à heterogeneidade de pensamento	92
5.3	Aspectos ambientais no ASD	100
6	POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOORTE À COMERCIALIZAÇÃO: O PROGRAMA BARRIGA CHEIA, O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)	103

7	COMPREENDENDO A BUSCA POR AUTONOMIA NO ASSENTAMENTO SANTO DIAS: DISCUSSÃO A PARTIR DA COREOGRAFIA DA NOVA CONDIÇÃO CAMPONESA	111
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
	REFERÊNCIAS	132
	ANEXOS	139

1 INTRODUÇÃO

O caminho percorrido para a realização desta pesquisa buscou considerar vários momentos de reflexão que, somados aos achados empíricos, proporcionaram uma melhor compreensão do problema a ser pesquisado e dos objetivos a serem alcançados.

As considerações iniciais que nortearam as primeiras ideias em torno da pesquisa levaram em conta o fato de o agricultor camponês, apesar de fadado ao desaparecimento (LÊNIN, 1988), resistir e travar lutas abertas e cotidianas para a busca de autonomia, mesmo frente a determinadas formas de pressão, como as estabelecidas, por exemplo, pelos chamados Impérios Alimentares¹. Uma dessas lutas, iniciadas em 2002, ocorreu no sul de Minas Gerais, no município de Guapé, MG, e diz respeito ao Assentamento Santo Dias (ASD), ambiente empírico desta pesquisa.

Em 2012, após um período de, aproximadamente, onze anos, que envolveu, dentre outras questões, o processo de ocupação, uma luta jurídica, a criação do Projeto de Assentamento e a definição do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), as famílias do Santo Dias se encontram em uma nova fase de suas jornadas. Elas estão em seus lotes! Elas se encontram na terra que “lhes pertence”! Esta nova fase é repleta de significados e desafios. Famílias iniciam processos de produção agrícola, sendo que grande parte desenvolve trabalho extra-agrícola. As terras estão sendo “amansadas” e reconhecidas. Há medo, mas a vida está melhorando. Algumas lavouras de café já se encontram

¹ Segundo Ploeg (2008, 2009), os impérios alimentares representam as grandes corporações que atuam no complexo agroalimentar, envolvendo a produção, o processamento/transformação, a distribuição e a venda de alimentos, e que buscam o controle da agricultura via mercado. Os impérios alimentares residem, ainda, nos aparelhos estatais, nas normas e procedimentos de controle de alimentos, nos centros de produção de saber, nos institutos de pesquisa, dentre outros domínios, configurando-se, assim, em um modo de ordenamento.

produzindo. O milho, o feijão, a mandioca, as hortas, as lavouras de pimenta começam a ser estruturadas e parte da produção, inclusive, comercializada. Sementes são trocadas ou doadas entre as famílias camponesas. Algumas famílias engajam-se na criação de abelhas e na produção de mel. Há, ainda, em quase todos os lotes, um símbolo que tem um valor de alta magnitude aos olhos das famílias camponesas: suas casas próprias (algumas concluídas, outras quase). A água é abundante nessas terras inseridas no Bioma Cerrado, cuja vegetação regenera-se por todos os lados, mas a energia elétrica ainda é um sonho a ser realizado em parte das áreas que compõem os 1.788 hectares de terras do Santo Dias. Um paradoxo, tendo em vista que a represa da usina de Furnas está logo ali, ao alcance dos olhos e das linhas de pesca. Há, ainda, no Santo Dias, uma estrutura muito bem projetada e construída pelas mãos dos camponeses. Trata-se de uma pequena agroindústria para a produção de doces, geleias, rapadura, açúcar mascavo, dentre outros produtos. Este contexto se entrelaça ao desafio de manter acesa a chama organizativa no assentamento, fato que marcou os anos de luta, de modo especial após a ocupação da fazenda Capão Quente e pouco antes da divisão dos lotes. Algumas experiências agrônômicas foram realizadas no Santo Dias, inclusive com acompanhamento técnico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Trata-se de ensaios realizados com variedades de milho “crioulas”. Teste para a produção de sementes de feijão-guandu também foi realizado. Há também em curso a experiência de produção de sementes orgânicas de tomate e alface, cuja produção foi comercializada junto à Bionatur, organização ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Do tomate, tiram-se as sementes, que são encaminhadas pelos correios, e fabrica-se a polpa de forma artesanal, destinada ao autoconsumo ou à venda em feiras ligadas ao Movimento (Caderno de campo, 2012).

Estas questões inicialmente identificadas, envolvendo os agricultores do Santo Dias, foram aprofundadas no decorrer das abordagens de campo, fato que proporcionou uma maior clareza para a definição da questão chave da pesquisa, sintetizada da seguinte forma: *como as famílias camponesas assentadas no Santo Dias estão construindo respostas que as levem a ampliar a sua autonomia diante um contexto adverso?*

Diante a esta indagação, que traz como centro a questão da autonomia, buscou-se maior embasamento para compreender sobre a condição camponesa na sociedade ao longo do tempo, sobre a sua racionalidade orientadora e as suas formas de reprodução social. Leituras sinalizaram uma condição de marginalidade e um ambiente marcado por ações de coerção sobre esses atores, realizadas por estruturas de mercado, pela indústria e, mesmo, pelo Estado. Ao visitar e revisitar determinadas obras, chegou-se às ideias de Ploeg, que busca refletir o camponês a partir da condição de agente.

Segundo Ploeg (2008, 2009), a condição camponesa, na contemporaneidade, passa pela busca constante por autonomia, estando esta busca atrelada às lutas sociais abertas, desenvolvidas, por exemplo, nas ruas e nas ocupações de terra. Mas, fundamentalmente, ela envolve um esforço exercitado cotidianamente por meio do modo de fazer agricultura. Ou seja, a autonomia, na leitura de Ploeg, corresponde a diversas formas de lutas cotidianas estabelecidas nos campos, nos estábulos, na seleção de sementes, na intensificação do trabalho, na solidariedade e na reciprocidade, dentre outros aspectos. Esta busca por autonomia envolve, ainda, a melhoria continuada das bases de recursos autogeridas pelos agricultores e dos aspectos relacionados à coprodução (uma interação multifacetada entre o homem e natureza viva), contribuindo para a ampliação do bem-estar e para o progresso da agricultura de base familiar camponesa. Ela ainda se articula com a ampliação de níveis elevados de agregação, realizada por meio de variadas estratégias colocadas em

prática pelos agricultores, algo que compõe um arsenal de práticas produtivas e sociais, visando dar respostas ao ambiente marcado por relações de coerções e de hostilidades. Portanto, a partir desse olhar, estabeleceram-se as bases para discutir a busca por autonomia no Assentamento Santo Dias.

A combinação envolvendo esses alicerces teóricos, a indagação norteadora e as análises das informações que foram sendo recolhidas em campo facilitaram a definição dos objetivos deste estudo, dos quais o geral é *compreender, a partir dos olhares dos camponeses assentados no Santo Dias, como são desenvolvidas as ações para a busca de autonomia pelas famílias assentadas.*

Por sua vez, os objetivos específicos foram assim estruturados:

- a) identificar ações de criação e de desenvolvimento de uma base de recursos autogerida, envolvendo aspectos físicos, sociais e naturais;
- b) compreender as estratégias de coprodução (processo de produção agrícola, envolvendo uma interação entre o homem e a natureza) estabelecidas pelas famílias assentadas; e
- c) discutir a dinâmica estabelecida entre a criação e o desenvolvimento da base de recursos autogerida e as estratégias de coprodução na busca por autonomia.

Vale destacar que as análises desenvolvidas buscaram, ainda, considerar a configuração em que se desenvolveu esta pesquisa, ou seja, um assentamento de reforma agrária. Dessa forma, foram consultadas bibliografias que clarificam os ritos de passagem que envolvem o processo de ressocialização das famílias assentadas, na busca de estabelecer algo novo, seja no tocante à vivência social (no assentamento, especialmente) ou nos processos sócio produtivos, e literatura que evidencia os percalços e os limites desencadeados por um processo de

reforma agrária, auxiliando na compreensão da dura jornada que os assentados devem percorrer para se inserirem em uma nova realidade social. Estes aspectos incidem, dentre outras questões, na organização interna do assentamento, nas estratégias, conjuntas ou familiares e na busca por progresso, por autonomia.

No tocante a este estudo, ressalta-se seu relacionamento com as atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas, desde 2008, pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Gênero e Diversidade em Movimento (GEDIM), do Departamento de Administração e Economia/Programa de Pós-Graduação em Administração, do qual este pesquisador faz parte. Foram desenvolvidas, nesta caminhada iniciada por estudantes de graduação, duas monografias e duas dissertações de mestrado, que se somaram a outras atividades realizadas junto às famílias assentadas, especialmente com o grupo de mulheres chamado Olhos D'água: produzindo e preservando.

Esta dissertação está dividida em seis tópicos, além desta introdução. No tópico dois, apresenta-se o referencial teórico que orientou as reflexões sobre o campesinato, abordando-se as ideias de Ploeg (2008, 2009) que retratam a condição camponesa na contemporaneidade e, ainda neste tópico, busca-se refletir sobre assentamentos de reforma agrária, a partir de literaturas que retratam as vivências de agricultores assentados e suas jornadas. No terceiro tópico, descreve-se a estratégia metodológica utilizada na investigação de cunho qualitativo. No quarto tópico, são apresentadas algumas análises sobre o ambiente hostil, cuja característica, de acordo com Ploeg (2008, 2009), envolve uma ampla rede de corporações que atua no complexo agroalimentar e fora dele, compondo e formatando um ordenamento que gera um ambiente de privação e dependência por grande parte dos agricultores. Nesse sentido, busca-se retratar esta rede de corporações, elucidando o atual quadro de concentração de capital nesse complexo agroalimentar e, em seguida, narra-se o processo histórico da luta pela terra e citam-se as características das formas de organização interna do

ASD e as características naturais do ambiente. Neste tópico, são apresentadas algumas análises, no intuito de iniciar um aprofundamento dos achados desta pesquisa, especialmente no que tange à configuração em que ocorreram os levantamentos de campo. No sexto tópico, são descritas algumas políticas públicas que podem sustentar a comercialização dos produtos advindos da agricultura de base familiar, bem como a busca por autonomia pelas famílias assentadas. Em seguida, realiza-se um aprofundamento das análises sobre as dinâmicas sócio-produtivas estabelecidas no Assentamento Santo Dias e a busca por autonomia, descrevendo-se e analisando-se como estão estruturadas as bases de recursos (físicos, sociais e naturais) e a correlação com as estratégias de coprodução desenvolvidas pelas famílias, nas perspectivas individual e coletiva. Por fim, são narradas as considerações finais e apresentada a bibliografia consultada. Alguns registros fotográficos constam no Anexo.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Neste tópico são apresentadas as ideias, desenvolvidas por determinados autores, sobre o camponês. Foi realizado um resgate histórico das diferentes leituras e percepções sobre esse ator social, a fim de buscar respostas sobre a sua condição na sociedade e a racionalidade orientadora de suas ações. Não é objetivo deste trabalho esgotar o amplo leque de pensamentos sobre o tema, explorando as áreas do conhecimento, como a sociologia, a economia, a antropologia e a história, bem como fazer contraposições entre estas ideias, a partir de diferenças epistemológicas, pois esta tarefa requer mais tempo do que o foi disponibilizado para o desenvolvimento desta dissertação. Pretendeu-se, sim, explorá-las, tendo em vista que parte dessas compreensões pode ser aplicada neste estudo, apesar de ter sido desenvolvida há um bom tempo.

Buscou-se, ainda, retratar as discussões ocorridas no Brasil sobre esse ator social, abarcando aspectos que o levaram a um quadro de marginalização no cenário nacional, bem como reações implementadas para a sua maior valorização. Nesse sentido, foi considerada a dimensão política do campesinato.

Além desses temas, descreve-se sobre assentamento de reforma agrária, a fim de ampliar a compreensão, sob a perspectiva de vários autores no tocante à vivência e à dura lida dos agricultores sem terra na busca de sua (re)inserção na sociedade.

Foi realizado, ainda, um resgate das ideias de van der Ploeg, por considerá-las pertinentes para o contexto que envolve esse estudo, que visa compreender a busca por autonomia pelos camponeses assentados em um ambiente marcado por adversidades. As ideias deste autor, caracterizadas por uma coreografia da nova condição camponesa, configuram uma das bases para as análises estabelecidas no decorrer desse estudo.

2.1 O camponês: interpretações clássicas sobre esse ator social

Na obra intitulada “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia²”, Vladimir Ilitch Lênin, tomando por base o pensamento marxista, buscou destituir os argumentos apresentados pelos chamados populistas russos que, segundo Shanin (2005), sustentavam que a homogeneidade e a estabilidade da sociedade camponesa freariam o desenvolvimento capitalista naquele país.

Lênin (1988) considerou, como bases para a sua análise, os censos agrícolas e os dados estatísticos da época, a fim de comprovar sua hipótese de que o campesinato estaria passando por uma desintegração na Rússia. Segundo o autor, o desenvolvimento da produção mercantil e o do capitalismo estavam alicerçados na divisão social do trabalho e na transformação de matérias-primas que passavam a ser realizadas por diferentes ramos industriais sob o domínio privado.

No modelo capitalista, o camponês se subordinava ao mercado, pois os produtos agrícolas passaram a ter valor de troca (mercadoria), sendo convertidos em dinheiro mediante a sua comercialização e assim adquiridos novos produtos para as atividades agrícolas e para as demais necessidades familiares. A partir desse contexto, aumentou-se a venda da força de trabalho e da terra, bem como os arrendamentos, fato que gerou um elevado êxodo rural. Dessa forma, se faziam evidentes a desintegração do campesinato e uma diferenciação social dentro do campo russo. Esta diferenciação se tornaria mais ampla a partir da livre concorrência, pois os chamados burgueses proprietários, tendo o controle sobre o capital, sobre as bases de recursos e sobre o emprego do trabalhador assalariado, bem como o acesso à tecnologia, estariam em ampla vantagem competitiva (LÊNIN, 1988). Escreveu o autor que

² 3ª edição brasileira datada em 1988.

O sistema de relações econômicas e sociais entre o campesinato (agrícola e comunitário) mostra a existência de todas as contradições próprias de qualquer economia mercantil e de qualquer capitalismo: a concorrência, a luta pela independência econômica, o açambarcamento da terra (comprada ou arrendada), a concentração da produção por uma minoria, a proletarização da maioria e a sua espoliação pela minoria que detém o capital comercial e emprega operários agrícolas. Não há nenhum fenômeno econômico no campesinato que não apresente essa forma contraditória exclusivamente própria do sistema capitalista, isto é, que não traduza a luta e a divergência de interesses, não redunde em mais para uns e menos para outros. É o que se dá no arrendamento, nas compras de terras e nas ‘oficinas’ com seus tipos diametralmente opostos; é o que se dá, ainda, no progresso técnico do estabelecimento agrícola (LÊNIN, 1988, p.113).

Esse conjunto de contradições levaria à extinção do campesinato na sua forma mais pura e ao estabelecimento de classes sociais no campo, chamadas, por Lênin (1988), de grupos extremos, compostas por um proletariado rural, campesinato médio e a burguesia rural que, com o passar do tempo, tenderiam apenas à primeira e à última. As características do proletariado rural incluíam a posse de estabelecimento com pouca dimensão e em total decadência (forçando os camponeses a arrendarem suas terras), a venda da força de trabalho, o baixo nível de vida e os poucos recursos para impulsionar a atividade produtiva³. Além disso, o autor argumentava que a constituição dessa classe se fazia necessária aos olhares do capitalismo, que necessitaria de “operários livres e sem terra” para o estabelecimento de mão de obra para a indústria, formando, ainda, um proletariado necessário para o fortalecimento do mercado interno.

O camponês médio configurava-se como o elo intermediário que ligava os opostos. A situação dos atores que compunham esta classe era demasiadamente instável, pois, somente a partir da ausência de intempéries, seja

³Lênin analisava o número de cabeças de animais, como equinos, fundamentais como força motriz nos processos agrícolas.

relacionado ao clima ou a outras condições, o fruto do trabalho agrícola seria suficiente para arcar com os custos necessários à sua manutenção. Assim, se tornava habitual para este camponês contrair dívidas, em grande parte pagas por meio da venda de sua força de trabalho. Lênin afirmava que, a cada colheita ruim, uma enorme massa de camponeses médios era lançada para o proletariado. Entretanto, em algumas condições favoráveis, observava-se em menor proporção a ascensão de alguns camponeses médios na escala social, se tornando burgueses. Este fenômeno Lênin denominou de descampenização, que se caracteriza pela “eliminação dos componentes médios e a intensificação dos extremos” (LÊNIN, 1988, p.118).

A burguesia rural (também chamada por Lênin de campesinato rico) compreendia os chamados cultivadores independentes (praticantes da agricultura mercantil) e os proprietários de estabelecimentos industriais, de empresas comerciais, dentre outros. Assim, uma característica dessa classe é a associação da agricultura com variadas empresas. A dimensão agrícola explorada pela burguesia estava bem acima da capacidade (força de trabalho) de uma única família, fazendo com que os burgueses recorressem à contratação de trabalhadores assalariados e de diaristas. Estas características, associadas à descampenização, levariam à formação de um amplo contingente de operários agrícolas no campo russo (LÊNIN, 1988).

Embora Lênin não se ocupasse, de forma central, em tecer análises sobre a perda de autonomia por parte dos camponeses, percebe-se, em seu pensamento, que tais atores estariam subordinados às estruturas de poder capitalistas, perdendo, assim, essa importante característica que ainda marca significativamente a sua reprodução. Em suma, de acordo com as ideias de Lênin, descritas na obra já citada, o camponês tenderia a desaparecer da sociedade, tratando-se, portanto, de um cenário.

Karl Kautsky configura-se outro pensador de grande expressão à época de Lênin, que teceu densas análises sobre o camponês. Em 1898, foi lançada sua obra intitulada “A questão agrária⁴”, na qual, a partir de princípios também marxistas, discorreu sobre a proletarização da camada mais pobre do campesinato. Além disso, argumentou, nesta obra, que a racionalidade produtiva do campesinato estava passando por rupturas, devido ao avanço da indústria na agricultura e à mercantilização dos produtos agrícolas. O autor descreve que, na Idade Média, o camponês poderia ser confundido com um artesão, e suas interações com o mercado se davam em âmbito local e serviam para a venda de alguns excedentes e para a compra de determinados produtos considerados necessários (KAUTSKY, 1968). A partir da intensificação dos processos industriais e de sua influência crescente sobre a produção agrícola, houve a dissolução desta racionalidade, algo que era corroborado pelas novas e complexas exigências do mercado.

Dessa forma, Kautsky (1968) evidenciou a subjugação da agricultura pela indústria e a intensificação dos produtos agrícolas como mercadorias que, de certa forma, também estavam sob as rédeas do mercado, incidindo significativamente no grau de autonomia dos agricultores. Esta subjugação teve forte impulso em meados do século XX, por meio da estratégia mundial da chamada Modernização Conservadora da Agricultura ou Revolução Verde⁵.

Uma passagem de sua obra evidencia, em parte, esses aspectos, como se observa no trecho a seguir.

⁴ Edição brasileira datada em 1968.

⁵ De acordo com Brum (1988), a Revolução Verde foi patrocinada por grandes corporações estadunidenses e se propunha a contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, por meio da disseminação maciça de tecnologias atreladas a um modelo de agricultura vinculado ao complexo agroindustrial que, por sua vez, era dominado pelas mesmas corporações.

O camponês caíra agora sob a dependência do mercado, que era para ele ainda mais caprichoso e mais incerto que a temperatura. Contra as perfídias desta última podia ao menos premunir-se até certo ponto. Por meio de fossos de descarga podia atenuar as consequências de verões muito úmidos; por meio de trabalhos de irrigação podia reagir contra uma seca excessiva; por meio de fogueiras podia provocar espessas fumaças, e assim preservar os seus vinhedos das geadas da primavera, etc. Mas não tinha recursos com que impedir a baixa dos preços e tornar vendáveis os grãos invendáveis. E justamente o que lhe fora antes uma benção, tornava-se um flagelo: uma boa colheita. Isto se manifestou com relevo, sobretudo no começo do século quando a produção agrícola da Europa Ocidental já recebera universalmente o caráter de produção de mercadorias, mas quando ainda os meios de comunicação eram imperfeitos e incapazes de estabelecer equilíbrio entre a superabundância verificada aqui e a escassez evidenciada acolá. Assim como as más colheitas faziam com que subissem os preços, as boas os faziam cair (KAUTSKY, 1968, p.28).

Kautsky (1968) narrou, ainda, o desenvolvimento de um conhecimento científico na agricultura, algo para ele essencial para o avanço no campo, porém, nos moldes socialistas e não capitalistas. Ele discorreu sobre as máquinas e os implementos que passavam a ser utilizados na agricultura, gerando rendimento e menos sofrimento para os trabalhadores e sobre as novas ervas forrageiras que traziam maior rendimento por área, possibilitando alimentar um número maior de rebanhos em uma determinada propriedade, que poderia, inclusive, ser estabulado, gerando mais esterco e uma oferta maior de terras para o plantio de grãos. Abordou o desenvolvimento de uma indústria de insumos, como os adubos solúveis, cujo uso evitaria o plantio alternado e o uso de esterco, fazendo com que fosse possível adequar o plantio de certas culturas às exigências do mercado. Relatou sobre o avanço da química na agricultura, a partir das descobertas das plantas fixadoras de nitrogênio no solo (azoto, de acordo com a terminologia por ele utilizada) e das ideias de Liebig (notório químico alemão

que se consagrou pela chamada Lei do Mínimo, base central para compreender a fertilidade dos solos).

Em paralelo a esses avanços tecnológicos, o autor ressalta o estabelecimento da divisão de trabalho nas explorações agrícolas e a constituição de certas especializações, devido ao atrelamento da agricultura à indústria e ao comércio, gerando subcategorias na agricultura, tais como as relacionadas à cultura de cereais, às criações de animais, à fruticultura e à viticultura, entre outras. Além disso, por meio desse processo de inovação e conforme já narrado, fortalecia-se a dependência da agricultura a fatores externos à produção, adquiridos no mercado. Assim, os agricultores eram forçados a alargar suas escalas para se inserirem nos mercados, bem como para ampliar seus dividendos para custear os insumos industriais (KAUTSKY, 1968).

Kautsky (1968) observou que essa nova dinâmica influenciaria decisivamente o campo e que grande parte dos camponeses não obteria sucesso devido a essa nova lógica geradora de maior dependência de capital (dinheiro) para as aquisições dos produtos industriais, pois estas exigências seriam mais facilmente alcançadas por grandes agricultores, deixando à margem os considerados pequenos. O autor narrou que uma forma de contrapor tal tendência estaria na estratégia de se estabelecer cooperativas de produção entre os camponeses, mas estas deveriam ser regidas pelo sistema socialista, pois, caso tais estruturas fossem guiadas à luz do capitalismo, da expropriação, da proletarização e da dependência à indústria, fatalmente levariam à diferenciação de classes sociais.

As análises desenvolvidas por esses pensadores buscavam considerar os efeitos da estrutura macroeconômica sobre a forma social de produção camponesa, evidenciando uma subjugação do camponês frente a tais estruturas. Diferentemente dos aspectos desenvolvidos pelos pensadores marxistas estariam as análises do agrônomo russo Alexander V. Chayanov, que elaborou uma teoria

na qual a racionalidade camponesa independia, inclusive, do sistema econômico em que se encontrava inserida a unidade de produção. Esta teoria desenvolvida por Chayanov partiu de análises de censos agrícolas da Rússia, que identificaram que, mesmo em condições econômicas extremamente adversas e com a baixa de preços de determinados produtos agrícolas, os camponeses não deixavam de produzir, sendo que, em alguns casos, a produção elevava-se, incluindo culturas consideradas não rentáveis.

A essência organizativa do trabalho familiar é fundamental para o entendimento de seu conceito. Segundo Chayanov (2012), a exploração familiar é a unidade central da economia camponesa, na qual a equação envolvendo o trabalho e o consumo se configura norteadora de suas ações. Assim, Chayanov buscou, a partir da compreensão da estrutura interna da produção camponesa (ou seja, um olhar micro econômico), alicerçar sua tese sobre a capacidade de este ator sobreviver, mesmo inserido no sistema capitalista (HEYNIG, 1982).

No trabalho intitulado “Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas” (1924), Chayanov fez densas análises no intuito de comprovar que elementos da teoria clássica do sistema econômico, como renda, capital e preços, estavam baseados em uma racionalidade em que o trabalho assalariado e a tendência de maximizar lucros seriam a tônica, sendo marginalizadas das análises outras categorias não capitalistas da vida econômica. Diante disso, Chayanov (2012) buscou comprovar que a economia camponesa estava centrada no trabalho familiar, que não considerava categorias relacionadas ao salário, ao lucro e à renda, se distinguindo, portanto, de uma empresa tipicamente capitalista. Sendo assim, para se analisar uma “empresa” camponesa, seria necessária outra explicação sobre o funcionamento de sua racionalidade. Dessa forma, ele sugere um novo modelo, no qual a exploração familiar torna-se categoria central, contrapondo-se às abordagens marxistas anteriormente apresentadas.

Nesta exploração familiar há uma equação envolvendo o trabalho (número de braços aptos para desenvolver as diversas atividades necessárias na unidade de produção) e o consumo (número de “bocas” que deveriam ser alimentadas) pelos quais perpassam as decisões sobre a produção. Nesse sentido, o próprio camponês determina o tempo e a intensidade de trabalho a ser realizado, retratando uma ampla autonomia que se relaciona, inclusive, ao seu modo de vida e aos seus costumes e hábitos. O nível de equilíbrio, envolvendo o consumo e o trabalho, é balizado pelo tamanho da família (“bocas e braços”), a fim de satisfazer às suas necessidades. Dessa forma, equacionado o equilíbrio, não seria necessário o aumento no desgaste da força de trabalho da família camponesa; em outras palavras, esse aumento se tornaria desvantajoso na exploração familiar (CHAYANOV, 2012).

As decisões tomadas pela família no que diz respeito à introdução de inovações no sistema produtivo configuram-se outra característica analisada por Chayanov que repercute na capacidade de resistência dos camponeses, frente ao capitalismo. Estas decisões são influenciadas pelo resultado final da relação entre o trabalho e o consumo anteriormente exposta. Dessa forma, o camponês pode aderir a uma “novidade”, mesmo que desvantajosa ao olhar da economia clássica. Por exemplo, o plantio consorciado em dada área, envolvendo o cultivo do milho, do feijão, da abóbora, da melancia e do café, que, sob o olhar econômico clássico, se tornaria mais produtivo se realizado isoladamente, se torna uma estratégia viável, pois se aumenta a efetividade do trabalho visando à reprodução familiar.

Nesta perspectiva, os produtos advindos da exploração familiar tinham valor de uso, destinados especialmente para o autoconsumo, ao invés de valor de troca, priorizado pelo sistema capitalista. Porém, esta prerrogativa não impediria as interações com o mercado, por meio de intercâmbios de produtos, especialmente aqueles por eles não produzidos.

Heynig (1982) esclarece que as ideias de Chayanov contribuíram demasiadamente para a melhor compreensão da racionalidade camponesa, mas também não ficaram imunes às controvérsias e às críticas. Heynig (1982) descreve, por exemplo, que a teoria de Chayanov considerou o comportamento da economia camponesa de forma abstrata e isolada das relações econômicas e sociais de seu entorno. Dessa forma, ignorou as possibilidades de ocorrência de acumulação por parte dos camponeses por meio de interações mercadológicas mais intensas. Além disso, os argumentos de Chayanov sobre a economia camponesa como um modo de produção podem levar à interpretação de que ela se adéqua aos modos de produção escravista, feudal ou capitalista.

Entretanto, de acordo com as ideias de Gonçalves (2003), na leitura de Chayanov, a unidade camponesa pode ser vista como um sistema aberto, pois, para compreender a conduta econômica da família camponesa, deve-se ater ao mercado, à história natural, à tecnologia e, naturalmente, à exploração doméstica.

O antropólogo Wolf (1976), a partir de uma leitura marxista e, principalmente, chayanoviana, estudou o campesinato, a fim de demonstrar as formas e as particularidades de sua organização, sendo estas variadas de um ambiente camponês a outro.

Na obra “Sociedades Camponesas”⁶, publicada originalmente em 1966, Wolf defende que as comunidades camponesas se constituíram como resultado de um processo civilizador, no qual as sociedades chamadas primitivas, cujas características envolviam a posse dos meios de produção e as trocas diretas de bens e serviços equivalentes, foram sendo paulatinamente transformadas por meio de uma ordem social mais complexa, envolvendo o controle dos meios de produção, incluindo a distribuição do trabalho humano, por grupos detentores de

⁶ Edição brasileira datada em 1976.

poder materializados pela figura do Estado. Escreveu Wolf (1976, p. 26) o seguinte:

Portanto, o que serve para distinguir a forma primitiva da civilizada é mais a cristalização do poder executivo... o Estado que constitui o critério decisivo para o reconhecimento da civilização, sendo o aparecimento do Estado o limiar da transição entre cultivadores de alimentos em geral e camponeses. Portanto, é somente quando um cultivador está integrado em uma sociedade com um Estado – isto é, somente quando o cultivador passa a estar sujeito à exigência e sanções de detentores do poder, exteriores a seu estrato social – que podemos falar apropriadamente de um campesinato.

Partindo desta perspectiva, Wolf (1976, p. 16) buscou conceituar os camponeses como

cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para as mãos de grupos dominantes, constituídos pelos que governam, que os utilizam para assegurar seu próprio nível de vida, e para distribuir o restante entre grupos da sociedade que não cultivam a terra, mas devem ser alimentados, dando em troca bens específicos e serviços.

Segundo o autor, a relação assimétrica de poder, estabelecida a partir de um elevado grau de subordinação dos camponeses em relação aos grupos detentores de poder, incidiria negativamente em sua autonomia. Porém, paradoxalmente, Wolf (1976) compreende que o acesso à terra e seu cultivo trariam aos camponeses maior autonomia, especialmente no tocante à sobrevivência, por meio do autoconsumo e do trabalho familiar.

Em sua obra, Wolf apresenta o conceito de “ecótipo”, que se caracteriza como um “sistema de transferência de energia do meio ambiente para o homem” (WOLF, 1976, p. 36). Segundo o autor, os camponeses podem utilizar, em seus processos de produção, fontes orgânicas de energia, como a madeira, o vento e a

água, mas também outros tipos de fontes a partir de adaptações mecânicas utilizadas para bombear água ou mover moinhos para triturar cereais. Nesta perspectiva, o autor afirma que

A adaptação ecológica do campesinato consiste, portanto, uma série de transformações de alimentos e numa série de projetos que têm por finalidade a canalização de forças inorgânicas de energia para os processos produtivos (WOLF, 1976, p. 36).

Segundo Wolf (1976), há dois tipos distintos de ecótipos, assim caracterizados:

- a) ecótipo paleotécnico: caracterizado pelo emprego do trabalho humano e animal que pode estar associado às máquinas simples impulsionadas pela água ou pelo vento e ao uso de determinados instrumentos, como a enxada ou o arado (puxado por meio da tração animal);
- b) ecótipo neotécnico: caracterizado pelo uso de tecnologias proporcionadas pelo avanço científico na agricultura e por meio das inovações advindas da Revolução Industrial. Além disso, esse ecótipo utiliza energia advinda de combustíveis fósseis.

Como principais conquistas advindas do ecótipo neotécnico, o autor cita o cultivo de terras aráveis durante todo o ano, em paralelo ao uso da rotação de culturas e de fertilizantes químicos, além de novos sistemas de drenagem e formas modernas de erradicação das chamadas “ervas daninhas”. Menciona, ainda, a melhoria genética de variedades de plantas e animais e a introdução de novas máquinas (arado móvel a ferro, máquina debulhadora e de sementeação, e ceifadeiras puxadas a cavalo) e a introdução de novas espécies de plantas

advindas de diversas regiões do mundo, bem como uma crescente tendência de especialização regional de certas culturas (WOLF, 1976).

Essa modernização encontrada no campo tem fortes influências da indústria, algo que impôs à agricultura outra racionalidade, transformando-a numa empresa econômica voltada para o lucro. Wolf (1976) acenou que a utilização desses novos métodos inovadores, por parte dos camponeses, acarretou uma regressão, pois se rompeu com a racionalidade fundadora de sua ordem social. Assim, os camponeses foram sendo requeridos para a produção de culturas e determinados produtos que eles não consumiam, tendendo à especialização e à busca pelo lucro por meio da venda de seus produtos em mercados específicos. Pode-se dizer, a partir desse raciocínio de Wolf, que estava em curso uma profissionalização dos camponeses.

Mendras (1978), sociólogo francês, em sua obra também intitulada “Sociedades Camponesas”⁷, originalmente lançada no ano de 1976, demonstra que o avanço do capitalismo e do complexo agroalimentar incidiu significativamente na racionalidade camponesa, historicamente marcada pela produção para o autoabastecimento da unidade de produção e autoconsumo familiar, transformando este ator social, cujas novas características acenavam para o trabalho, agora mercantil, de base familiar.

Mendras (1978) apresenta cinco traços que, segundo ele, definem um tipo ideal de sociedades camponesas. São esses traços:

- a) A autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina, mas tolera as suas originalidades.
- b) A importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social da coletividade.

⁷ Edição brasileira datada em 1978.

- c) Um sistema econômico de autarquia relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente.
- d) Uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas.
- e) A função decisiva do papel de mediação dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente (MENDRAS, 1978, p. 14-15).

A partir de uma abordagem chayanoviana, Mendras (1978) discorre que, historicamente, a racionalidade da economia familiar camponesa se configurava como um elemento central que distinguiu o camponês de um agente econômico estritamente capitalista, apesar de afirmar que parte da produção camponesa era destinada ao mercado. “Essa exigência não é mais do que um acessório para compreender a lógica que preside o cálculo econômico do camponês” (MENDRAS, 1978, p. 44). Nesse sentido, as interações com o mercado seriam uma característica secundária na economia familiar camponesa, indo ao encontro das ideias de Wolf anteriormente expostas que, por sua vez, também estavam alicerçadas em Chayanov.

No entanto, Mendras (1978) acena que o avanço do sistema industrial, da economia mercantil e do desenvolvimento de um complexo agroalimentar fez com que houvesse uma transformação na racionalidade econômica camponesa que passava a ser integrada nos diversos ciclos de produção desse complexo, distanciando-se de suas características típicas relacionadas ao trabalho e à produção para o autoabastecimento da unidade de produção e familiar. Escreveu o autor que

[...] a agricultura se restringe até transformar-se em uma etapa de um processo entre os industriais dos setores que proporcionaram as máquinas, os combustíveis, os produtos químicos, as sementes etc., e os industriais e comerciantes que asseguram o tratamento, o acondicionamento e a

colocação no mercado dos produtos alimentícios (MENDRAS, 1978, p. 61).

Dessa forma, e aproximando-se de leituras marxistas, Mendras (1978) defende a extinção dos camponeses, conforme retratado em outra passagem de sua obra que evidencia tanto esta questão como reforça a descrita anteriormente, sobre a tendência de inserção no complexo agroalimentar.

A passagem brusca, em alguns anos, de uma economia camponesa a uma economia socializada [referindo-se as estratégias desenvolvidas pelos países de regime político socialista] faz ressaltar com vivacidade o contraste entre duas lógicas econômicas. Na maioria das outras regiões do mundo, a passagem levou séculos, e ainda se realiza. Encontra-se em via de completar-se nos países capitalistas ocidentais de industrialização avançada, onde se pode falar, no sentido estrito do termo, do fim dos camponeses, pois a lógica da economia camponesa desapareceu completamente, desde o século XVIII, de uma parte da Inglaterra, e nos últimos vinte anos da maior parte da França e da Alemanha. As explorações familiares continuam sendo numerosas, mas não do tipo artesanal e não mais estritamente camponesas, já que o autoconsumo se reduziu consideravelmente e que o auto abastecimento foi grandemente reduzido pela introdução maciça de *inputs* industriais (petróleo, máquinas, fertilizantes, alimento do gado, etc.) (MENDRAS, 1978, p. 57).

Mendras (1978) argumenta que a pressão capitalista exercida sobre os camponeses se configuraria como uma via de mão única, em que não haveria espaços para a reprodução camponesa fora desse contexto, fato que marcaria uma nova racionalidade na ordem social camponesa. Em mais uma passagem pela sua obra, evidenciam-se essa prerrogativa e sua natureza coerciva e subjugadora.

Atualmente a sociedade industrial volta-se contra o campesinato, do qual saiu, e o condena irremediavelmente,

porque não pode tolerar algo que se rebele contra sua racionalidade. O fim dos camponeses, no sentido preciso aqui dado a este termo, já foi atualmente alcançado no Ocidente (MENDRAS, 1978, p. 246).

Segundo Bosetti (2012), apesar de Mendras apresentar, em suas ideias, uma vertente marxista, ele buscou transcender a essa concepção, pois considerou que os camponeses se transformariam em um agricultor adaptado às tendências capitalistas, interagindo no complexo agroalimentar que se fortalecia mediante o crescimento do capitalismo, especialmente nos países ditos centrais. Estas idéias marcam um novo olhar, uma nova abordagem de pensamento sobre o camponês que, no decorrer do tempo, ficou conhecida na sociologia rural como pós-marxista. Esta corrente de pensamento considera que o ambiente controlado por relações mercantis intensas impossibilitaria a reprodução da forma social camponesa em seu modo mais puro, dando margem para a necessária integração deste ator na moderna economia formal.

Insistindo com Bosetti (2012), pode-se considerar que Mendras, ao assumir o fim do camponês nos países desenvolvidos, foi de um prognóstico a um diagnóstico, diferenciando-se das formulações (que retratavam apenas previsões ou cenários) dos pensadores marxistas e dos liberais da economia clássica.

Por fim, de acordo com as ideias de Mendras (1978), pode-se considerar que chegara a hora de uma transformação mais intensa da racionalidade camponesa, atrelada às relações mercantis e econômicas que geravam dependência. Em suma, depreende-se que sua autonomia, mesmo que relativa, estava terminantemente ameaçada e os modos de vida característicos do camponês passariam por transformações; ele se profissionalizaria.

A passagem pelos pensadores clássicos buscou elucidar as compreensões acerca do comportamento, da lógica e das mais variadas formas de pressões sobre o campesinato, sendo que as ideias acima descritas têm em comum, com

exceção posta à Chayanov, o estado de coerção e o ambiente de hostilidade em que o campesinato se insere, gerado pelas ações de diversos setores da sociedade como o Estado, o mercado e a indústria.

Segundo Ploeg (2008), as ideias e as compreensões clássicas sobre o campesinato se configuram válidas para as análises desse ator social, porém, incompletas, tendo em vista, dentre outros aspectos, que pouco se explorou (diferentemente do que buscou Chayanov) sobre as reações desenvolvidas pelos camponeses frente ao contexto de subjugação e coerção que estavam inseridos. Ou seja, esse ator social também se configura como um ser que reage, um tomador de decisão, um conhecedor que é capaz de executar variadas estratégias de enfrentamento a um ambiente hostil. Esta questão será aprofundada no decorrer deste capítulo por meio da abordagem de Ploeg, sintetizada, nas palavras do próprio autor, por uma coreografia que marca a atual condição camponesa em um ambiente contemporâneo, caracterizado, dentre outras questões, pelo contexto da globalização e pela atuação dos chamados impérios alimentares.

2.2 O camponês no Brasil: origem, interpretações, dimensão política e estratégias desenvolvidas pelo Estado

De acordo com as ideias de Wanderley (1996), a formação do campesinato no Brasil foi moldada a partir do processo histórico desenvolvido no país. Nesse processo houve uma deliberada tendência a privilegiar a grande propriedade na ação do Estado, por meio de políticas públicas, ficando a agricultura de base familiar num plano secundário. Este fato inibiu demasiadamente o avanço e o reconhecimento social da produção de base familiar.

Entretanto, este quadro gerou diversas formas de manifestação e de lutas em grande parte marcadas pela busca por autonomia, especialmente no tocante

ao acesso à terra. Uma passagem pela historiografia brasileira sobre o campesinato deixa evidente tais afirmações, bem como retrata certo antagonismo na compreensão do camponês, compreendido como um ator submisso ou combativo nos processos de mudanças sociais.

O Brasil, de acordo com Furtado (2005), foi o primeiro local na América onde se instalou uma base europeia, cujo principal eixo para a ocupação do território e para o desenvolvimento econômico estava atrelado à agricultura, haja vista que, ao contrário das colônias espanholas no início do século XVI, não foram encontrados, de imediato, os metais preciosos como o ouro e a prata. Dessa forma, a empresa agrícola comercial se configurou como a base do domínio português na América, bem como marcou, de forma significativa, a formação da sociedade rural brasileira.

Moraes (2000) narra que as formas iniciais de produção agrícola, no Brasil Colônia, tinham por base as capitânicas hereditárias e o plantio de cana-de-açúcar, e os investimentos para a fabricação do açúcar, especiaria apreciada na Europa, originavam-se no capital privado. O sistema agrícola de produção adotado seguia o modelo europeu denominado *plantation*, que se caracterizava pelo uso de grandes extensões de terra e pela monocultura. A implantação desse sistema demandava a derrubada das matas, pois, a partir dessa racionalidade de produção agrícola a limpa de grandes extensões de terra deveria ser a tônica e, para baratear todo o processo, utilizava-se a mão de obra escrava indígena e, mais tarde, devido ao seu declínio, a negra. Além disso, essa atividade econômica envolvia uma complexa rede com divisão de trabalho, instrumentos especializados, maquinarias, linhas de montagem, dentre outros aspectos, caracterizando, assim, uma empresa que apresentava características tipicamente capitalistas, controlada por “proprietários” com grande poder econômico.

Entretanto, de acordo com os achados historiográficos de Palacios (2009) sobre o nordeste oriental do Brasil, no período de 1700 a 1875, também

se desenvolveu na colônia uma agricultura tocada por “cultivadores pobres e livres” (em suas palavras), cuja produção se configurava como o alicerce para o abastecimento dos povoados, bem como das grandes propriedades, especialmente para a alimentação dos escravos. Esta atividade desenvolveu-se de forma significativa ainda no século XVIII, beneficiando-se de uma crise envolvendo o escravismo nordestino e as *plantations*, a ponto de o governador de Pernambuco à época (1760), Luiz Diogo Lobo da Silva, afirmar sobre a existência de “uma ‘alternativa camponesa’ ao escravismo” na região (PALACIOS, 2009, p. 155). Porém, ainda segundo este autor, as ações do Estado em relação a tais cultivadores se caracterizaram pela repressão, tanto na base da lei como da força, como, por exemplo, ao proibir a continuidade da cotonicultura desenvolvida pelos “pobres e livres”, cuja produção vinha sendo comercializada no mercado internacional. O Estado considerava elevado o risco de desabastecimento alimentar na colônia por conta da diminuição do plantio de produtos alimentares básicos e temia o comprometimento da economia das *plantations*⁸.

Toda essa iniciativa, estabelecida pela mão forte do Estado, gerou impactos negativos, pois, ao contrário do previsto, ocorreu uma escassez de alimentos (a população crescia e, em grande parte, devido ao aumento do número de escravos) e, ainda, o aumento do número de “desocupados” e de “baderneiros”. Dessa forma, o Estado exigiu que as *plantations* destinassem parte de suas áreas para o plantio de alimentos básicos.

⁸ A percepção do autor é a de que os valores associados a tal comercialização alarmaram a engenharia econômica à época, que tinha por base as grandes propriedades. Vale ressaltar que, nesse processo, houve resistência camponesa e embates que motivaram o Estado a tomar medidas repressivas, como, por exemplo, prisões, queimas de campos e erradicação de algodoais. Grande parte dos cultivadores distanciou-se de tudo isso, deixando suas terras, que se localizavam próximas aos mercados, interiorizando-se em busca de outras, porém, distantes dos principais pontos de comercialização.

Assim, paradoxalmente, alarga-se no Brasil uma brecha camponesa que corresponde à “existência de atividades que, nas colônias escravistas, escapavam ao sistema de plantation entendido em sentido estrito” (CARDOSO, 2009, p. 97).

De acordo com Linhares e Silva (2009), a brecha camponesa no sistema escravista brasileiro se expandiu quando os grandes proprietários passaram a destinar uma fatia de terra para que os escravos fizessem suas roças (que também gerariam excedentes que seriam comercializados) e criassem seus animais. Decerto, essa estratégia tenderia a baratear os custos relacionados à alimentação dos escravos. Aliado a esta questão, os autores ressaltam determinadas conquistas por parte dos escravos, advindas de pressões, reivindicações e revoltas, tais como reservar os domingos e os dias santos, além de mais um dia também livre da semana, para cuidar das suas roças.

Uma análise mais aprofundada, realizada pelos autores citados, sobre a condição do “escravo camponês” no Grão-Pará, levou a crer que se estabeleceram três aspectos básicos que caracterizavam a brecha camponesa, quais sejam: a segurança no acesso à parcela, a relação direta com o mercado⁹ e a gestão dos custos.

Além de considerarem os escravos cultivadores, Linhares e Silva (2009) narraram que as atividades agrícolas também eram desenvolvidas por cultivadores “livres”, à margem da grande fazenda produtora de cana-de-açúcar ou no seu interior. Destas atividades saíam produtos para o autoconsumo e para o abastecimento das *plantations*.

Guimarães (2009) fez uma reflexão teórica sobre o campesinato no Brasil, com forte vertente política ideológica. Este autor narrou que, no período colonial, houve intensas resistências de um contingente de “trabalhadores

⁹ Os autores em questão versam que há indícios de que os excedentes da produção dos escravos eram por eles comercializados em mercados locais, tipo feiras.

servos” ao latifúndio, por meio de ações subversivas, como a violação de leis (relacionada ao regime de sesmaria) para se firmar sobre uma terra. Ele chamou a atenção para a figura do colono e, especialmente, do posseiro (também chamado de intruso). Das reações realizadas pelos posseiro-intrusos aos senhores detentores da terra germinava, segundo Guimarães, um campesinato no Brasil. Assim escreveu este autor:

Intrusos e posseiros foram os precursores da pequena propriedade camponesa. A princípio, as invasões limitavam-se às terras de ninguém nos intervalos entre as sesmarias, depois orientavam-se para as sesmarias abandonadas ou não cultivadas; por fim, dirigiram-se para as terras devolutas e, não raramente, para as áreas internas dos latifúndios semi-explorados. À força da repetição desses atos de atrevimento e bravura, pelos quais muitos pagaram com a vida, foi que o sagrado e até então intangível monopólio colonial e feudal da terra começou a romper-se (GUIMARÃES, 2009, p.51).

De acordo com Martins (1990), o agregado, os posseiros e os sitiantes configuram tipos que constituíram o campesinato no período colonial. Ao agregado cabia, dentre outras funções, a abertura de áreas para a exploração agrícola, especialmente da cafeicultura nas fazendas do Rio de Janeiro e de São Paulo (século XIX), bem como a produção de alimentos para o consumo nas propriedades rurais. Já aos posseiros e aos sitiantes cabia, além da primeira função acima citada, a produção de mercadorias voltadas para o mercado, porém, tais mercadorias configuravam-se excedentes, haja vista que as famílias produziam prioritariamente para o seu sustento. Portanto, a forma de produção não se baseava no mercado ou na divisão do trabalho.

As marcas históricas do processo social e econômico desenvolvido no Brasil figuraram como elementos centrais no debate sobre o campesinato no país, especialmente no período compreendido entre as décadas de 1950 a 1970,

quando se verificou o renascimento do interesse em compreender o campesinato, bem como a importância da agricultura para o desenvolvimento do país.

Cabe ressaltar que, na década de 1950, o país vivia um contexto marcado por lutas camponesas, tendo como marcos o surgimento e a expansão das Ligas Camponesas, que buscavam organizar os pobres do campo, a fim de fazer frente aos latifundiários. As reivindicações das Ligas Camponesas giravam em torno das melhorias sociais para o povo do campo, envolvendo os direitos trabalhistas e, fundamentalmente, a reforma agrária (JULIÃO, 2009). A esse movimento somavam-se a expansão dos sindicatos de trabalhadores rurais e as ações da igreja e de partidos políticos ligados ao campo, da chamada esquerda (MARTINS, 1990).

Nesse período ocorria uma forte discussão entre intelectuais brasileiros sobre o campo, marcada, de um lado, pelo discurso da justiça social e, por outro, por pressupostos mais liberais.

O economista Garcia (1990) buscou compreender os principais argumentos, que foram produzidos por várias correntes de pensamento, sobre a agricultura no Brasil, durante as décadas citadas. Destas correntes, destacam-se três: a) a que defendia a tese do modelo feudal (também chamado de semifeudal); b) a que defendia a tese do modelo capitalista no processo histórico brasileiro e v) a que defendia teses baseadas nos pressupostos da economia neoclássica.

A primeira corrente alicerçava suas ideias em arranjos históricos, desenvolvidos no século XIX, evidenciando que, em meados do século passado, esses arranjos ainda eram observados na sociedade brasileira, quais sejam, o modo de produção capitalista e o modo de produção feudal (ou semifeudal). De acordo com esta corrente, o modo de produção capitalista estava atrelado aos centros urbanos, enquanto o feudal ao campo, sendo a concentração fundiária o principal elemento desta característica. Este último aspecto teve origem nas

estratégias colocadas em prática pela Coroa Portuguesa, por meio das capitânias hereditárias, onde os donatários detinham o poder sobre a terra e sobre as pessoas e, assim, inibiam o aparecimento de uma classe camponesa que se encontrava adormecida e subjugada aos domínios “dos donos da terra”. De acordo com a leitura feudal, este aspecto havia sido perpetuado na sociedade agrária brasileira, portanto, ainda seria observado (referindo-se a meados do século passado) no campo. Um trecho da obra de Guimarães (2009), expoente defensor dessa tese, elucida em parte essa questão.

Durante 388 anos, o latifúndio colonial e feudal e seu semelhante, o sistema escravista de plantação, lançaram mão dos mais variados meios a seu alcance para impedir que as massas humanas oprimidas, que vegetavam a ourela das sesmarias ou se agregavam aos engenhos e fazendas, tivessem acesso à terra e nela fixassem em caráter permanente suas pequenas ou médias explorações. Quando ali o fizeram, longe do núcleo principal das plantações e a seu derredor, eram, mais cedo ou mais tarde, expulsas com a dilatação dos cultivos ou das criações dos grandes senhores. E se lhes concediam pequenos tratos de terra para a agricultura necessária ao seu sustento, era com a finalidade de mantê-las subjugadas, com a mão-de-obra de reserva, dentro ou às proximidades dos latifúndios (GUIMARÃES, 2009, p.45).

Além da concentração fundiária, outra fonte de observação, à época, para sustentar a perpetuação das características feudais residia no caráter não capitalista das relações sociais estabelecidas, em grande medida, no setor agrícola brasileiro, envolvendo os proprietários de terra e os seus trabalhadores que não eram remunerados por meio de salários, mas, por exemplo, por meio do repasse de pequenos lotes para a produção de alimentos, que poderiam ser estabelecidos e divididos com o proprietário a partir de suas determinações. Além disso, o proprietário estipulava os períodos de trabalho, as formas de remuneração e alguns serviços gratuitos que deveriam ser realizados. Dessa

forma, a renda gerada pela agricultura tinha um caráter pré-capitalista. Apesar deste fato, não se descartava a possibilidade de ocorrência de outra forma de relação social de caráter capitalista, tal como os arrendamentos de terra estabelecidos entre os proprietários e os cultivadores que, por sua vez, pagavam pelo aluguel das terras em dinheiro e tinham autonomia para a gestão dos lotes.

Os autores que defendiam a tese feudal acenavam, ainda, para o fato de que as relações pré-capitalistas no campo poderiam ser observadas nos pequenos estabelecimentos, cuja produção destinava-se, essencialmente, à manutenção e à reprodução familiar, em vez do mercado e cujo trabalho não remunerado fundamentava-se na família. Dessa forma e por meio das demais relações pré-capitalistas citadas, estabelecia-se, no campo, uma enorme massa de trabalhadores de reserva descapitalizada, que gerava uma fraquíssima demanda por bens de consumo, especialmente industriais, pois a circulação de dinheiro era muito aquém das reais possibilidades, tendo por base o número de habitantes que residiam no campo. Aliavam-se a este fato as estratégias governamentais para a agricultura, que priorizavam a grande propriedade agroexportadora.

A saída para tal situação apontada pelos sustentadores da tese feudal passava pela redistribuição fundiária, por meio da reforma agrária, a fim de modificar as relações sociais no campo. Estas relações deveriam ser acompanhadas pelo trabalho assalariado e a disseminação do arrendamento capitalista.

A segunda corrente contestava até se feudal e teve como referência o cientista social Caio Prado Júnior. Garcia (1990) relatou que Prado Júnior alicerçava suas críticas na linearidade imposta pelos defensores da tese feudal (que seguiam uma vertente marxista), em que o capitalismo deveria ser precedido obrigatoriamente pelo modo de produção feudal, tal como se verificou na Europa.

Uma passagem pela obra de Marx (1974 apud WANDERLEY, 2009) clarifica essa questão da seguinte forma:

A forma de propriedade que nos interessa é a forma histórica, específica desta: a que foi transformada pela ação do capital e do modo capitalista de produção, a partir da propriedade fundiária feudal ou da exploração agrícola que praticam os pequenos camponeses para prover sua alimentação (MARX, 1974 apud WANDERLEY, 2009, p. 26-27).

Porém, essa linearidade cairia por terra, ao serem consideradas as realidades históricas distintas dos países colonizados sob um regime capitalista, como o Brasil, que desenvolveram suas bases econômicas a partir de um modelo agroexportador, sustentado por grandes propriedades e que se voltava ao comércio europeu. De acordo com Prado Júnior (1979, p. 48),

A grande propriedade fundiária constituiria a regra e o elemento central e básico do sistema econômico da colonização, que precisava desse elemento para realizar os fins que se destinava. A saber, o fornecimento em larga escala dos produtos primários aos mercados europeus.

Outro argumento dessa corrente é que, mesmo a partir da abolição da escravidão e da ascensão do imperialismo, não deixaram de existir duas classes sociais distintas na estrutura agrária brasileira, quais sejam: a dos latifundiários e a dos trabalhadores. As relações sociais envolvidas entre estas classes eram capitalistas, mesmo que a remuneração ofertada aos trabalhadores não chegasse a ser estritamente monetária, como, por exemplo, nas relações de parcerias.

Garcia (1990) narra que, a partir desses elementos, Prado Júnior buscava contrargumentar as ideias de que haveria traços feudais no setor agrário brasileiro. Além disso, o fato da existência da grande propriedade como centro tanto para o desenvolvimento dos processos agrícolas produtivos como para uma

agricultura de baixa produção (que se fazia em áreas marginais da grande propriedade ou em seu entorno) diferenciava a estrutura agrária brasileira da europeia, cuja história pretérita caracterizava-se pelo sistema feudal e pelo modo camponês de produção. Daí derivava-se outra linha argumentativa para separar o caso histórico brasileiro do europeu e, assim, buscar rebater a tese feudal.

Vale, ainda, destacar que, na leitura de Prado Júnior (1979), as reivindicações sociais dos trabalhadores do campo deveriam ser centradas na busca por melhores condições de trabalho e emprego (incluindo melhor remuneração). Nesse sentido, a noção da luta estaria, fundamentalmente, na efetivação dos direitos trabalhistas e não no tocante à posse da terra, como argumentavam os defensores da tese feudal.

Segundo Wanderley (1985), Prado Júnior (1979) falhou ao não dar o merecido valor à presença de um agricultor de base familiar na estrutura social do campo brasileiro e ao minimizar a importância da atuação política desenvolvida por meio de diversas formas de luta pela terra. Assim, a autora supracitada conclui que

Mesmo tendo admitido [referindo-se a Prado Júnior] a necessidade de maiores estudos e reconhecido certas especificidades do processo histórico brasileiro, suas posições levantam muitos questionamentos. Algumas destas posições, vale lembrar, foram posteriormente assumidas pelo pensamento conservador e oficial do Brasil (WANDERLEY, 1985, p.18).

De acordo com Martins (1990), o termo camponês e seu oposto, latifúndio, têm um forte conteúdo político, enraizado numa concepção histórica que se relaciona com as lutas políticas e os confrontos entre classes sociais. A partir destes elementos, o autor radicaliza na busca de superar a polarização entre a tese feudal e os seus argumentos contrários, ao enfatizar que os embates em torno dessas teorias serviram apenas para “escamotear” a posição do

camponês no cenário nacional. Segundo ele, o enfoque central deveria se ater à posição do campesinato na sua história política e social no Brasil, que o privou do acesso à terra, mas que, por outro lado, animou sua resistência, por meio de vários conflitos de fundo revolucionário que marcaram a história do campesinato no Brasil. Como exemplos, o autor cita a Guerra do Contestado, a resistência de Canudos e o bando de Lampião, dentre outros acontecimentos que, segundo ele, foram marginalizados na historiografia do campo no país.

Além dessas correntes de pensamento, e em paralelo aos densos debates de caráter político e ideológico que seus defensores travavam, desenvolveu-se outro raciocínio sobre a agricultura brasileira, alicerçado por pressupostos da economia neoclássica. Esta corrente de pensamento, segundo Garcia (1990), sustentava a chamada tese dualista, em que se verificavam, no Brasil, dois setores econômicos extremos, sendo um atrasado e tradicional (representado pelo setor agrícola) e outro moderno e dinâmico (relacionado ao urbano-industrial).

A agricultura, segundo os pensadores que se posicionavam nessa corrente, prestava um valioso serviço ao desenvolvimento industrial, ao fornecer trabalhadores cuja força de trabalho se configura barata. Porém, argumentava-se sobre a necessidade de se impulsionar esse setor, a fim de sustentar o fornecimento de alimento de forma abundante e também barata. As políticas públicas deveriam ser orientadas, portanto, para ampliar a capacidade de produção de alimentos e, assim, suprir os centros urbanos, não “pendendo a balança” dos aportes públicos somente para a indústria e para estes centros.

A ampliação da capacidade de produção, por sua vez, deveria estar alicerçada na aplicação das técnicas modernas de agricultura (fertilizantes, máquinas, agrotóxicos, sementes melhoradas, etc.) e para maior efetividade desta proposta, paradoxalmente, a estrutura fundiária não deveria ser alterada.

Havia a percepção de que a pequena produção refletia o atraso, a estagnação e a parcela pobre de capital de reserva.

A partir do governo que se instaurou com o golpe militar no Brasil, em 1964¹⁰, foram colocadas em prática medidas para a agricultura que coadunavam com as ideias dessa última corrente exposta. Estas medidas tinham por base os pressupostos da chamada Modernização Conservadora da Agricultura, ou Revolução Verde.

As bases para a promoção da “modernização” estavam nas ações do Estado, como, por exemplo, por meio dos repasses de créditos fartos e subsidiados e pela atuação de instituições públicas voltadas para a pesquisa e a extensão, a fim de desenvolver o necessário suporte científico e técnico. Porém, estas ações apresentavam um caráter conservador, caracterizado, de acordo com Silva, J. (1999), pelo privilégio dado a determinadas regiões do país (o centro-oeste, o sudeste e o sul), a determinadas culturas de exportação (a soja e o trigo) e a determinados extratos de produtores (grandes e médios). Como resultados e característica desta política conservadora, o autor aponta a ampliação da concentração fundiária e de renda (ou seja, aumento da desigualdade), além de um elevado êxodo rural.

Ribeiro (2002), ao analisar o processo de modernização da agricultura no Bioma Cerrado, aponta que, na década de 1970, foram investidos 1,194 bilhão de dólares, por meio de programas governamentais¹¹, como o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba

¹⁰ Neste período, o termo camponês foi banido do vocabulário oficial, dado o seu conteúdo político (SABOURIN, 2009). As terminologias adotadas passaram a ser pequenos, médios e grandes produtores.

¹¹ Todos esses programas foram desenvolvidos à época, em Minas Gerais. O POLOCENTRO abrangeu, ainda, os estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul.

(PADAP). Os impactos negativos destes programas foram sintetizados pelo autor a partir de duas vertentes, uma ambiental e a outra social. Em relação à vertente ambiental, foram citadas: a perda da biodiversidade (a partir da implantação de monoculturas, como soja, milho, café, pasto e eucalipto) a degradação dos solos; a poluição e contaminação de solos e das águas e o assoreamento e a diminuição dos recursos hídricos. Em relação à vertente social, o autor apresenta: a concentração fundiária, a exclusão dos agricultores familiares e de populações tradicionais da participação e dos benefícios econômicos, a redução relativa do emprego no campo, a intensificação da migração rural-urbana e, numa perspectiva macroeconômica, o aumento da dívida externa brasileira, em benefício de uma minoria.

O modelo da Revolução Verde considerava a formação dos complexos agroindustriais, caracterizados pela integração da agricultura aos capitais industriais, comerciais e financeiros, algo que foi impulsionado na década de 1980 (GUANZIORI et al., 2001). De acordo com Sorj e Wilkinson (1983), o fortalecimento do sistema agroindustrial constituiu *um novo elo de dominação e exploração dos camponeses*, considerando, por exemplo, as indústrias que se postavam tanto a montante do sistema (produtoras de máquinas e de insumos agrícolas, como agrotóxicos e fertilizantes) como a jusante (processadoras de alimentos, por exemplo). Além disso, o caráter seletivo com que foram sendo estruturados esses complexos, compreendendo determinadas regiões do país e não atingindo a todas, resultou, segundo Gonçalves (2003), na coexistência de formas de comercialização que perduram desde o período da colônia, como as feiras livres, e de formas de integração com contratos rígidos com as agroindústrias.

A partir do processo de redemocratização do país, em meados da década de 1980, observam-se a criação e/ou a reestruturação dos movimentos sociais e populares ligados ao campo e uma maior problematização dos impactos do

modelo da Revolução Verde. Dessa forma, amplia-se o processo de mobilização social e política, partindo de vários movimentos, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e dos grupos (seringueiros, extrativistas, entre outros) que reúnem os chamados Povos da Floresta. As ações destes grupos demonstravam tanto a pertinência como o não desaparecimento dos camponeses no cenário nacional. Além disso, esses movimentos sociais passaram a pressionar o Estado para o estabelecimento de políticas públicas voltadas para tal extrato de agricultores, incluindo o fortalecimento da reforma agrária. Neste contexto, que caracteriza uma nova emergência das discussões correlacionadas à produção de base familiar no campo, surgiu, no Brasil, na década de 1990, uma terminologia que apresenta um caráter operacional para o estabelecimento de políticas públicas e que se vê, atualmente, fortemente enraizada nas discussões acadêmicas, qual seja, agricultura familiar (ALTAFIN, 2012).

De acordo com Silva (2007), esta nova terminologia buscou superar o pensamento que norteou os debates acadêmicos e o desenvolvimento de políticas públicas no campo agrário que consideravam o termo pequeno agricultor. Assim, o tamanho da propriedade foi substituído pelo caráter familiar ou patronal, para diferenciar as formas básicas de exploração agrícola. No entanto, segundo o autor, o termo agricultura familiar ainda apresenta limites, dada a sua amplitude que dificulta a diferenciação das várias categorias que a comporta, como empresa familiar agrícola, agricultor moderno, dentre outras, cuja base de produção se caracteriza pela familiar.

A amplitude da terminologia pode ser observada em Lamarche (1993, p. 15), que afirma que as explorações familiares “correspondem a uma unidade de

produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”.

Na avaliação crítica de Silva, C. (1999, p. 70-71), a definição de Lamarke,

tanto do ponto de vista antropológico quanto histórico e socioeconômico, não contribuiu para a construção de uma identidade da agricultura familiar (assim como existia no campesinato), tornando-a categoria difusa. Este fato pode contribuir para confusões e distorções quando se pensa por exemplo, em políticas públicas específicas para a agricultura familiar no Brasil.

Abramovay (1992) alicerça suas ideias na corrente pós-marxista ao defender que o agricultor (familiar) moderno é fruto de uma transformação, de uma metamorfose. Esta transformação, segundo ele, está atrelada às relações mercantis mais intensas desenvolvidas pelos agricultores, levando-os a alterarem as suas bases técnicas e a se integrarem nas estruturas de mercado, desvinculando-se das características constitutivas que marcam seu ambiente social e sua forma de reprodução. As análises de Abramovay (1992) foram marcadas pela preeminência de aspectos econômicos. Escreveu o autor que

O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta do indivíduo se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira universal como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social (ABRAMOVAY, 1992, p.127).

Aproximando-se das leituras de Mendras e Wolf, Abramovay (1992) afirma que o modo de vida camponês se converteria numa profissão, numa forma de trabalho.

Martins (2011) acena sobre a importância da leitura econômica para a compreensão da racionalidade dos agricultores familiares. No entanto, esclarece que há outras condicionantes que influenciam o processo de reprodução social das famílias agrícolas, como, por exemplo, aquelas relacionadas ao “valor cultural expresso no patrimônio sócio-territorial per si” (MARTINS, 2011, p.33).

De certa forma, há uma relação envolvendo as características que fundamentam a racionalidade do agricultor familiar e as transformações marcadas pelo contexto da sociedade moderna, conforme aponta Wanderley (1996), ao se contrapor à idéia de que o agricultor familiar se configura como um novo personagem no cenário social, gestado a partir dos interesses do Estado. Segundo a autora, as transformações que condicionaram o agricultor familiar moderno, a partir de uma necessária integração com a sociedade envolvente, não representam uma ruptura definitiva com as suas formas anteriores, mas podem ser consideradas frutos de um processo, resultado de uma continuidade.

É bem verdade que a agricultura assume atualmente uma racionalidade moderna, o agricultor se profissionaliza, o mundo rural perde seus contornos de sociedade parcial e se integra plenamente à sociedade nacional. No entanto, parece-me importante sublinhar - e o formularia como uma terceira hipótese - que estes ‘novos personagens’, ou pelo mesmo uma parte significativa desta categoria social, quando comparados aos camponeses ou outros tipos tradicionais, são também, ao mesmo tempo, o resultado de uma continuidade (WANDERLEY, 1996, p. 7).

A autora acena, ainda, para o fato de que a manutenção das características camponesas por parte desses “novos personagens” facilitou as necessárias adaptações às novas exigências sociais do mundo contemporâneo.

Os elementos históricos e conceituais apontados sobre o campesinato no Brasil revelam uma configuração que tem, de um lado, um contexto de submissão (aos senhores da terra, aos latifundiários, ao Estado conservador e ao complexo agroalimentar), refletindo certa passividade e adequação ao processo de mudança social e, de outro lado, o extremo exposto, um contexto de resistência, de lutas camponesas, como retrataram Julião (2009) e Martins (2011), bem como a existência de movimentos sociais do campo que buscam refletir o papel do campesinato como agentes ativos no processo de mudança social. É importante observar uma forma particular de resistência, fundamental para compreender os processos desenvolvidos em torno do campesinato, sendo esta correlacionada às práticas rotineiras construídas nas roças, nos pomares, nos quintais, nos estábulos, enfim, nas práticas agrícolas, e, ainda, visualizadas nas formas de articulação com o mercado. Destas práticas cotidianas, individuais ou coletivizadas, pode-se observar a busca por autonomia por meio de processos de resistência e em ambientes marcados pela hostilidade. Essa prerrogativa, defendida por van der Ploeg (2008, 2009) a partir de uma nova compreensão sobre o camponês, será retratada a seguir.

2.3 Coreografia da condição camponesa e autonomia: o velho e o novo dilema camponês

Ploeg (2008, 2009) buscou refletir sobre a atual condição camponesa diante de um contexto em que a atuação dos impérios alimentares acaba gerando um quadro de hostilidade, marcado por relações de privações e de dependência, algo que será mais bem descrito na seção 4. Entretanto, este quadro acaba por alimentar variadas formas de reações por parte dos camponeses, por meio de

lutas abertas (reivindicações, protestos, ocupações de terra etc.), mas, essencialmente, por meio de uma forma de resistência cotidiana, dentro de espaços produtivos e organizativos, onde ocorre, em grande parte, a busca por autonomia. A partir de um paradigma centrado no agente, Ploeg buscou compreender o camponês como atuante no seu contexto social.

De acordo com Cotrin e Dal Soglio (2010), a perspectiva de análise orientada a atores busca superar a ideia de que forças externas advindas de centros de poder tendem a condicionar as ações pessoais, subestimando, assim, as forças locais de cooperação e solidariedade. Para estes autores, o ator se configura um sujeito ativo que processa informações (uso da ação reflexiva) e age por meio de estratégias subversivas no contexto de suas relações sociais. Esta construção leva em conta uma perspectiva múltipla da realidade, que se soma a determinadas trocas envolvendo a experiência e a cultura. Em suma, o ator se configura num sujeito ativo, capaz de processar informações e sua experiência social vivida e, assim, delinear formas de enfrentamento, mesmo diante de um ambiente coercivo.

Para Ploeg (2008), no mundo atual, verificam-se três grupos agrários, quais sejam: a agricultura camponesa, a agricultura empresarial e a agricultura capitalista. A agricultura camponesa baseia-se no uso sustentável do capital ecológico, que acaba por orientar as condições de vida dos camponeses. O trabalho é fundamentalmente familiar, podendo ser mobilizado por meio de ações de reciprocidade. As terras e os meios de produção pertencem à família, sendo a produção orientada para o mercado e, ainda, para a reprodução da unidade agrícola e da unidade familiar (leitura que se adere aos pressupostos de Chayanov). A agricultura empresarial tem suas bases no capital financeiro e industrial (créditos, insumos agrícolas e tecnologia), e o aumento de escala configura o alicerce para a sua expansão. A dependência dos mercados é grande, especialmente do mercado de insumos, e a industrialização (produção,

processamento e distribuição) é considerada o mote para seu pleno desenvolvimento. A agricultura capitalista caracteriza-se pelo modelo agroexportador, sendo ela a condicionante básica dos segmentos dos mercados agrícolas e alimentares. O trabalho é essencialmente atrelado a trabalhadores assalariados.

A questão da escala de produção é uma forma clássica de diferenciar esses grupos agrários. Entretanto, Shanin (2005) acena para a análise da forma de fazer agricultura, por meio do uso das forças produtivas (naturais e produzidas pelo homem), como uma alternativa para diferenciar o camponês do não camponês. De acordo com o autor,

Quando, se acontecer, um camponês deixa de ser camponês, mantendo embora uma unidade de produção o estabelecimento rural familiar? Especificamente uma família dinamarquesa que utiliza a força de trabalho para dirigir e supervisionar dois tratores próprios, quatro carros e uma propriedade rural super mecanizada, sustentada por um investimento massivo de capital e lucro, mas sem trabalhador assalariado algum, deve ser definida como camponesa? Se não, onde reside o divisor? Um estudo recente de Danilov *et alii* sugere uma hábil solução conceitual para o caso. Divide as forças produtivas do estabelecimento rural familiar em 'naturais' (terra e força de trabalho) e aquelas que são produzidas pelo homem (maquinaria e equipamento) e sugere que definamos como camponeses somente aqueles estabelecimentos em que a produção é decisivamente determinada pelos meios 'naturais' de produção (SHANIN, 2005, p.9).

Ploeg (2008, 2009) também corrobora a diferenciação por meio da análise da forma de fazer agricultura, considerando esta característica central para condicionar diferentes formas de estruturar o social e o material, marcando, assim, o que o autor denomina de graus de campesinidade, ou seja, um gradiente de aproximação ou afastamento da lógica camponesa de produção e reprodução, tendo como objeto central a busca por autonomia.

Nesta perspectiva, o autor afirma que a agricultura camponesa se caracteriza pela articulação orgânica dos recursos materiais e sociais sob o controle daqueles que estão envolvidos no processo de trabalho, não se visualizando dicotomias entre determinadas categorias, como capital e trabalho ou trabalho manual e trabalho intelectual. Já as regras que regulam as inter-relações dos atores envolvidos (membros da família, parentes próximos, vizinhos ou amigos em relação de reciprocidade) que, por sua vez, definem as relações com os recursos disponíveis (terra, quintal, animais de grande e pequeno porte, trabalho, etc.), estão atreladas aos aspectos culturais, incluindo as relações de gênero. A centralidade do trabalho configura-se um elemento determinante e condiciona o alcance do progresso da unidade produtiva (PLOEG, 2009).

Além dessas características, Ploeg defende que a produção camponesa se baseia numa relação de troca não mercantilizada com a natureza, em que a mobilização de recursos resulta no que o autor chama de coprodução do ser humano com a natureza viva: “uma interação multifacetada e em constante evolução, onde a natureza é convertida em bens e serviços para o consumo humano” (PLOEG, 2008, p.134).

A coprodução implica na manutenção e no desenvolvimento continuado do capital ecológico, que se materializa nas práticas desenvolvidas na unidade produtiva, como, por exemplo, terra bem fertilizada, especialmente a partir de procedimentos de não dependência química; gado cuidadosamente selecionado e reproduzido ao longo do tempo; pastagens melhoradas e sementes selecionadas que deverão ser utilizadas em ciclos agrícolas sucessivos, não condicionando sua compra no mercado, dentre outros aspectos. Os recursos produzidos¹² e reproduzidos têm valor de uso, fato que contrasta significativamente com a

¹² Estes recursos, em forma de mercadoria e mediante a venda, passam a ter valor de troca.

agricultura de base empresarial e capitalista, na qual prevalece um processo de dependência a partir do uso de uma gama de produtos externos à propriedade. As transformações dos produtos advindos da natureza viva também se configuram como expressões da coprodução, como a transformação da palhada e do esterco em adubo, de leite em queijo, de frutas em doces e geleias, de mandioca em farinha, dentre outros exemplos.

Outra característica da agricultura camponesa, no contexto das ideias de Ploeg (2009), refere-se à busca do maior valor agregado possível na unidade produtiva, que representa a diferença dos valores monetários dos bens produzidos e o custo técnico da produção. Portanto, sistemas produtivos com altos valores de produção e baixos valores agregados acabam por expressar um elevado grau de dependência em relação a agentes externos, como fornecedores de insumos, e uma menor autonomia.

Ploeg (2008) acena, ainda, para mais uma característica da agricultura camponesa: o estabelecimento de atividades não agrícolas, visando à sobrevivência, bem como o desenvolvimento da base de recursos físicos. Este tema é compreendido pelo conceito da pluriatividade.

De acordo com Martins (2011, p. 28), o recurso à pluriatividade realizado pelos agricultores familiares

é um componente de uma estratégia de reprodução social cujo significado na economia familiar nem sempre visa a responder a determinações de ordem econômica. Ela não é um fim em si, mas segue uma (ou várias) lógica(s) de reprodução social da família.

Para Ploeg (2008), a pluriatividade pode se configurar um elemento importante para o fortalecimento da base de recursos (especialmente os físicos), a depender das diferentes lógicas familiares para as quais acena Martins (2011). Por meio dela, pode-se diminuir a dependência dos camponeses a circuitos

econômicos. Dessa forma, a compra de determinados produtos não estaria condicionada à futura produção da unidade produtiva e às possíveis relações de mercado para a venda dos produtos, fato que tende a retratar a importância da pluriatividade no contexto da agricultura camponesa. Assim, ela não se restringiria a um simples padrão de dependência ou a uma expressão de pobreza, embora não se deva desprezar que, a variar das circunstâncias socioeconômicas, ela possa assumir esse caráter.

Os elementos descritos são combinados, a fim de compreender a condição camponesa na contemporaneidade e sua luta por autonomia e progresso, mesmo em um ambiente marcado por hostilidade. Esta luta, por sua vez, se materializa por meio da criação, do desenvolvimento e da defesa de uma base de recursos (sociais e naturais) e do estabelecimento de processos de coprodução, cujos produtos obtidos são comercializados e utilizados para a reprodução da unidade familiar e da unidade produtiva. A depender das posições socioeconômicas dos camponeses, conforme explicitado acima, eles podem fazer uso da pluriatividade para o fortalecimento da base de recursos. Essa dinâmica inclui, ainda, ações de cooperação que não levam em conta aspectos estritamente financeiros. A articulação desses arranjos (base de recursos, coprodução, pluriatividade, venda e consumo da produção e cooperação) proporciona a retroalimentação do processo, que inclui, ainda, o conhecimento adquirido. Esta *coreografia da nova condição camponesa* (nas palavras do autor) pode refletir inúmeras estratégias colocadas em prática por estes atores, na busca constante por autonomia. A coreografia da atual condição camponesa está retratada na Figura 1 (PLOEG, 2008, p. 40).

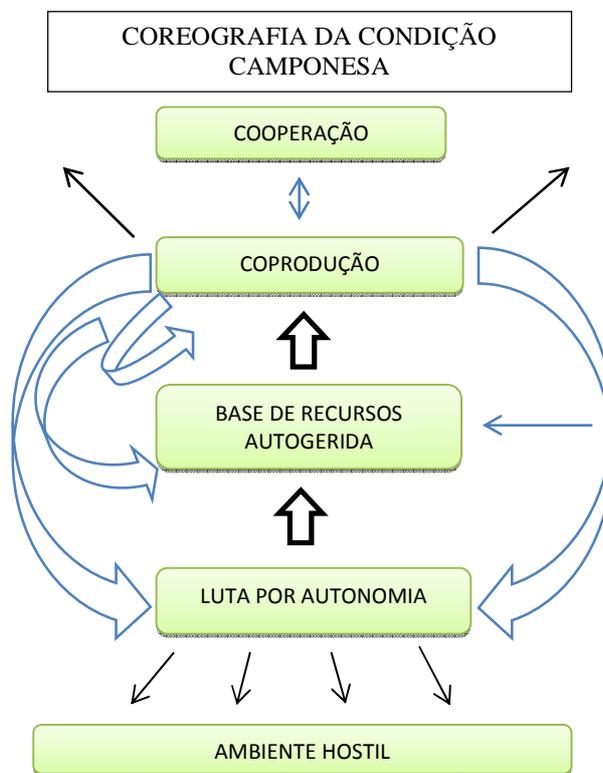


Figura 1 Coreografia da condição camponesa
 Fonte: Ploeg (2008, p. 40)

A abordagem defendida por Ploeg reflete certa complexidade para análises, haja vista que a busca por autonomia, no seu sentido mais amplo, requer o entendimento de variadas dinâmicas relacionadas à posse, à interação com a terra, com o mercado e com as relações sociais estabelecidas em determinadas figurações. Entretanto, a natureza de sua proposta contribui para um melhor entendimento dessas dinâmicas no tempo e no espaço social dado. Além disso, as fontes de informações e análises geradas podem se configurar um rico arsenal para estudos de caráter longitudinal.

Obviamente, os arranjos propostos pela coreografia de Ploeg não se fazem dentro de um “ambiente perfeito”. Assim, inúmeras dificuldades poderão ser observadas, ainda mais se considerarmos determinados espaços sociais, como os assentamentos de reforma agrária, nos quais relações sociais estabelecidas podem incidir no estabelecimento da coreografia camponesa, potencializando-a ou retardando sua efetividade. A formação e a consolidação dos assentamentos envolvem uma dinâmica complexa, marcada por situações de cooperação e conflito, haja vista as interações entre famílias com diferentes jornadas, soma das às ações do poder público e dos processos e dinâmicas organizativas estabelecidas por movimentos sociais na condição de mediadores. Lidar com conjunturas de maior cooperação e/ou de conflitos diversos pode representar um ambiente de permanente negociação e amadurecimento de debates.

A leitura de Ploeg e sua utilização dentro do contexto de um assentamento de reforma agrária constituem pilares das análises empreendidas para compreender como a autonomia vem sendo buscada pelas famílias assentadas no Santo Dias.

2.4 Assentamentos de reforma agrária: vivência e interpretações

A reforma agrária é uma estratégia historicamente defendida para amenizar os problemas agrários no Brasil, especialmente no tocante à concentração fundiária. De acordo com Girardi (2008), o processo de reforma agrária é amplo, e sua integridade deve abranger variados aspectos, como a ocupação, a conquista da terra, a melhoria das condições de vida e de produção da população assentada e a resistência na luta fundiária, incluindo o engajamento na busca de outras formas de desenvolvimento que permitam o estabelecimento estável da agricultura camponesa.

Apesar da importância do processo de reforma agrária para uma melhor distribuição de terra e combate à desigualdade, a constituição de um assentamento tem grande complexidade. Ao analisar diferentes casos de assentamentos de reforma agrária, Martins (2009) aponta que as pessoas que buscam terra por meio da reforma agrária correspondem a uma massa residual do processo de desenvolvimento e grande parte dos integrantes desta massa passou por formas de desenraizamento, decorrentes de variados aspectos históricos que, dentre outras questões, abrangem a coerção imposta pela “grande lavoura”, seja por meio do trabalho assalariado ou pela dependência imposta para o estabelecimento da agricultura de base familiar. O autor narra, ainda, que as histórias pessoais desse contingente revelam um elenco de singularidades, fato que leva a uma heterogeneidade de situações, de formas de pensamento, de desejos e de motivações encontrados em um único assentamento. Esta realidade, não raramente, leva a conflitos de interesses que tendem a dificultar a cimentação social no assentamento e a afirmação de uma identidade própria com vistas ao estabelecimento de uma comunidade autêntica.

De acordo com Oliveira (2006), a experiência vivenciada pelos assentados na fase de acampamento influencia, em grande medida, a cimentação social no cotidiano do assentamento. No entanto, a autora ressalta que esta vivência não ocorre em todos os casos, ocasionando perdas no processo de integração.

Silva (2009), ao analisar a trajetória do assentamento Bela Vista, versa que as famílias que passaram pela fase de acampamento compreendem que este momento foi crucial para a compreensão do significado da luta pela terra. Estas famílias, segundo a autora, apresentam laços estreitos de solidariedade. Para elas, os assentados locais, que não passaram pela fase de acampamento, “não sabem o que é viver debaixo da lona preta” (SILVA, 2009, p.118), então não dão o mesmo valor e significado a terra, pois a conseguiram “sem muito esforço”. A

luta e a árdua passagem pelo processo de acampamento constituíram significados que, em muitos casos, não são compartilhados pelos assentados que não vivenciaram essa fase. Um exemplo disso se manifestou na polêmica sobre o plantio de cana-de-açúcar no assentamento. Desenvolvido por determinados assentados, em “parceria” com uma usina, o plantio gerou fortes resistências nas famílias que passaram pelo acampamento. Para estas famílias, o assentamento deve buscar a produção de alimentos, pois a reforma agrária, para elas, tem sua natureza na agricultura familiar. Além disso, a produção da cana-de-açúcar seria uma via de entrada da usina no assentamento.

Quinteiro (2009), ao tecer análises sobre os processos desencadeados na constituição do assentamento Rio Paraíso, esclarece que os afazeres da família, incluindo homens, mulheres e filhos em idade de colaborar, relacionados à produção para o autoconsumo, garantiam a sustentação do acampamento. A solidariedade e as ajudas mútuas entre os acampados predominaram nesse primórdio, pois “o espírito de união era o que lhes dava ânimo para continuar e a esperança de dias melhores” (QUINTEIRO, 2009, p.164).

Este aspecto foi também visualizado por Wanderley (2009), em seu estudo sobre os assentamentos Pitanga I e Pitanga II, em Pernambuco. A autora, ao analisar alguns fatores decisivos para a conquista da terra, acena que a coesão interna dos acampados reforçava a capacidade de resistência e os laços de solidariedade para o enfrentamento de adversidades, como ameaça de fome e de doenças. Esta unidade dava sentido ao acampamento e alimentava a esperança da vitória.

Neves (1999) retrata os ganhos sociais advindos da constituição de assentamentos de reforma agrária, ao narrar sobre o processo de ressocialização de um contingente de pessoas excluídas. Nesse processo se tornam mais lúcidas as relações de poder que governam a vida social e, conseqüentemente, há uma maior percepção do jogo de forças que se estabelece a partir das posições sociais

que estão sendo reconstituídas e fortalecidas, como, por exemplo, por meio de diversas formas de reivindicação e de pressão.

Wanderley (2009) apresenta a ideia de que a luta pela terra representa uma alternativa viável na perspectiva social e política, apesar de se configurar uma experiência dolorosa, algo que exige uma extraordinária capacidade de resistência. A autora destaca o desejo pela terra, por uma moradia e por um local de trabalho como motivações centrais para a dura jornada dos camponeses no processo de reforma agrária. Passada a dura fase do acampamento, a chegada às parcelas (ou lotes), na condição de titular, concretiza o desejo de sentir-se dono, de estar no que é seu para dar início à produção, considerando os saberes, as práticas e as experiências anteriores de agricultores. O trabalho nas parcelas representa um fundamento central nas relações familiares, na constituição de um núcleo mais coeso, no fortalecimento da sociabilidade.

Silva (2009) constatou variadas formas de clivagem entre os assentados, mesmo considerando que todas as famílias foram beneficiadas com os mesmos recursos, tais como os referentes à infraestrutura física, aos créditos e aos subsídios. Estas formas de clivagem se relacionam à ascensão social diferenciada entre as famílias; ao estabelecimento, por determinadas famílias, de estratégias não condizentes com a reforma agrária ou ao fato de parte dos assentados recorrerem ao trabalho assalariado. Estes aspectos retratam uma realidade não homogênea estabelecida nos assentamentos que, por sua vez, refletem em estratégias diferenciadas por parte das famílias assentadas para permanecerem na terra e construir alternativas futuras para a reprodução social.

Retornando às análises desenvolvidas por Quinteiro (2009), mais especificamente no tocante ao desempenho dos assentados em relação à atividade agropecuária e ao nível tecnológico adotado, a autora narrou sobre três grupos, assim definidos:

a) os bem-sucedidos, os que 'deram certo'; b) os bem-sucedidos, mas com dificuldades, que se encontram num patamar intermediário e c) os que 'não deram certo', que pelem com muitas dificuldades, que são os poucos que produzem, basicamente, para a subsistência (QUINTEIRO, 2009, p.189).

Quinteiro relata que os capitais de origem dos assentados, como máquinas, avalistas e escolaridade, encontram certa relação com a classificação sugerida, sendo um facilitador da mudança de mentalidades, da adoção de novas técnicas e dos créditos bancários, que requerem avalistas. Entretanto, não são determinantes, pois foram observadas situações em que a ressocialização foi possível, mesmo sem alterar a posição econômica, porém, modificando a qualidade de vida para melhor.

Neves (1999) acena que há diferenças nas condições de produção dos assentados que estão relacionadas ao momento e ao ciclo de vida biológico e social da família, da sua condição social e das virtualidades do uso da força de trabalho familiar segundo o sexo e a idade. Além desses aspectos, a autora aponta que a integração dos assentados em determinados circuitos de trocas econômicas pode se estabelecer de forma diversa e, em variados casos, gerar dependência, como de atravessadores. Entretanto, a autora também entende que a relação com o mercado pode se configurar um aspecto de grande valia na constituição econômica e política dos assentados, bem como na constituição de novas alianças e de redes sociais. Além dessas questões, esta interação pode contribuir para a produção de novos saberes.

A atuação de mediadores no processo de constituição de um assentamento pode influenciar significativamente a coesão social entre as famílias. Silva (2009) verificou contradições que levaram a rupturas envolvendo os mediadores que atuavam no assentamento por ela analisado, bem como estes

com os assentados. Um fato desencadeador desse desfecho são as diferentes leituras envolvendo tais atores (assentados e mediadores) para a construção de um projeto legitimado de assentamento. Por um lado, os mediadores estabeleciam imposições que prezavam o desenvolvimento de um viés produtivo-econômico e, por outro lado, os assentados carregavam uma cultura calcada em sua experiência de vida. Este estranhamento de percepções, segundo a autora, traduziu-se em individualismos e desavenças cotidianas. A autora conclui que as ações dos mediadores eram pautadas por concepções políticas e ideológicas que se distanciavam dos valores e das concepções dos assentados.

A partir de tais leituras e interpretações, balizadas pela vivência e a trajetória de determinados assentamentos, percebe-se que a constituição de um assentamento de reforma agrária como um novo espaço de relações sociais é recheado de desafios, de superações e de estratégias diferenciadas para a reprodução social das famílias. Estas questões foram consideradas para a análise da busca por autonomia no Assentamento Santo Dias e somadas à concepção de Ploeg.

3 METODOLOGIA

3.1 Estratégia metodológica

Tendo em vista o objetivo de compreender, a partir dos olhares dos camponeses assentados no Santo Dias, como são desenvolvidas as ações para a busca de autonomia pelas famílias assentadas, optou-se pela pesquisa qualitativa, a partir da adoção do processo investigativo de sequência circular (Figura 2), e de foco prioritário que se propõe à compreensão de processos sociais.

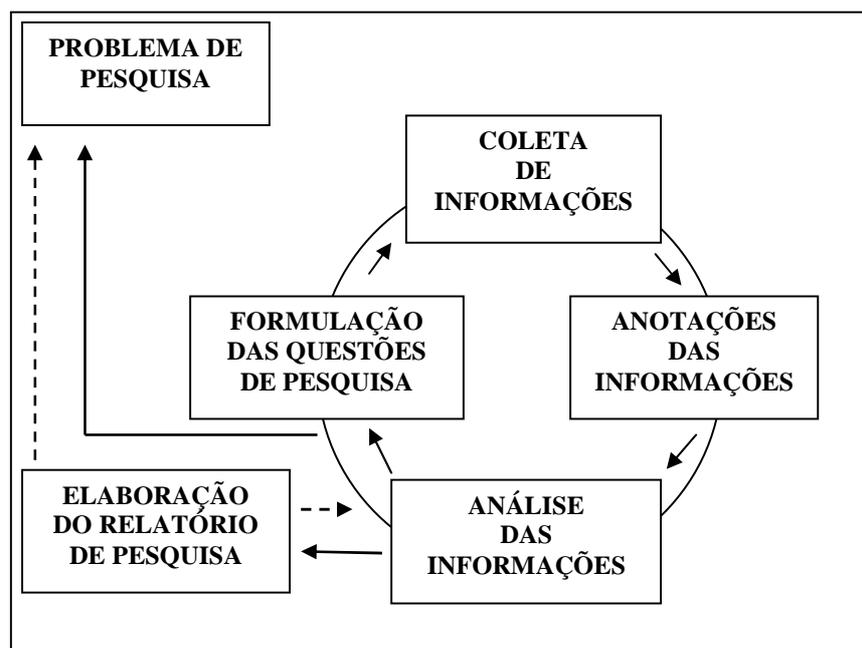


Figura 2 Processo circular de pesquisa em ciências sociais
Fonte: Alencar (1999, p.29), adaptado do esquema de Spradley (1980)

Seguindo a compreensão de Alencar (1999) sobre o processo circular de pesquisa, desenvolveu-se um roteiro bastante amplo, alicerçado nas reflexões

teóricas iniciais sobre camponeses e assentados de reforma agrária, bem como nas experiências adquiridas nas atividades de extensão desenvolvidas pelo grupo GEDIM. Este roteiro buscou explorar variados temas, como os relacionados ao histórico do processo de ocupação e instalação do Assentamento Santo Dias, as estratégias sócio-produtivas realizadas pelas famílias, as formas de manifestação de solidariedade e de reciprocidade, a compreensão sobre as formas de organização interna e de tomada de decisão e a compreensão dos assentados sobre a reforma agrária e sobre o MST.

Houve uma aplicação teste do roteiro, nos dias 18 e 19 de julho de 2012, com cinco famílias, o que resultou em mudanças (algumas questões foram suprimidas e outras aperfeiçoadas). A coleta de dados realizada no teste se deu por meio de entrevistas semiestruturadas e observações anotadas no caderno de campo. O teste proporcionou o início de algumas análises, ainda bastante prévias, que subsidiaram as reflexões no intuito de problematizar os objetivos iniciais estabelecidos e reorientar a reflexão teórica.

Esse processo circular, que requer idas e vindas ao campo, seguidas de análise das informações coletadas e reorientação da investigação, pode trazer elementos que levem o pesquisador a reformular as questões inicialmente traçadas e readequar a pesquisa à realidade observada, permitindo maior alinhamento com a prática e a possibilidade de questionamento da teoria (ALENCAR, 1999; DENZIN; LINCOLN, 1994; SPRADLEY, 1980).

O teste também possibilitou a elaboração de estratégia para o levantamento das informações, considerando a subdivisão do Assentamento Santo Dias em quatro núcleos de base (ou de família), em que as famílias estão instaladas. São estes núcleos: Margarida Alves (11 famílias), Bartolina Cissa (15 famílias), Sidney Dias (12 famílias) e Florestan Fernandes (10 famílias), totalizando uma população de 48 famílias (embora haja, no Assentamento, 49 lotes, um deles em litígio). Estes núcleos de base fazem parte do arranjo político-organizativo adotado pelo MST nos

assentamentos onde este movimento atua como mediador/organizador. As composições dos núcleos, segundo Magrini (2010), são voluntárias e estabelecidas por afinidade. No caso do Assentamento Santo Dias, a formação dos núcleos de base considerou ainda os interesses comuns de trabalho e a preferência do local de moradia (ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA DE MINAS GERAIS - AESCA, 2010).

A realização desta pesquisa envolveu, além da fase teste, outras duas rodadas de levantamento. Na rodada realizada no período de 1º a 4 de agosto, foram entrevistadas oito famílias, sendo cinco do Núcleo Bartolina Cissa, duas famílias do Núcleo Florestan Fernandes e uma família do Núcleo Sidney Dias. Neste período, foi possível acompanhar a reunião mensal do Núcleo Bartolina Cissa e a realização de um mutirão para a limpeza da área destinada ao cultivo de plantas medicinais. Na terceira rodada, realizada no período de 7 a 9 de agosto, foram realizadas três entrevistas, sendo duas no Núcleo Margarida Alves e uma no Núcleo Sidney Dias. Durante esta rodada, foi possível entrevistar os responsáveis pela Associação dos Agricultores Familiares de Guapé (AAFAG), que gerenciam o Programa Barriga Cheia e as comercializações no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Nessas rodadas, a sede do Grupo de Mulheres “Olhos D’água: produzindo e preservando” serviu de morada. Na Tabela 1 são apresentadas as relações de entrevistas, considerando as datas em que foram realizadas, os núcleos de base onde os entrevistados residiam, bem como o sexo dos participantes.

As famílias entrevistadas foram selecionadas por amostragem não probabilística por julgamento e do tipo bola de neve. Nessa forma de amostragem, segundo Alencar (1999), o pesquisador pode apontar quem fará parte da amostra. Dessa forma, buscou-se entrevistar, inicialmente, assentados que tinham informações sobre a disposição geográfica das famílias nos núcleos estabelecidos, bem como a relação daquelas que dificilmente seriam encontradas nos lotes, devido

ao fato de estarem na “panha” de café ou em outros serviços fora do assentamento. Inclusive, este fato se caracterizou como um limitador na abordagem de campo, tendo em vista que grande parte das famílias encontrava-se indisponível. Este aspecto impactou especialmente a coleta de informações no Núcleo Sidney Dias.

Tabela 1 Relação de entrevistas

Código das Entrevistas	Data	Núcleo de Base e AAFAG	Participantes/Sexo	
			Homem	Mulher
Entrevista 1	18/07/2012	Florestan Fernandes	1	
Entrevista 2	18/07/2012	Florestan Fernandes	1	
Entrevista 3	19/07/2012	Florestan Fernandes		1
Entrevista 4	18/07/2012	Florestan Fernandes	1	
Entrevista 5	19/07/2012	Margarida Alves	1	
Entrevista 6	01/08/2012	Bartolina Cissa	1	
Entrevista 7	02/08/2012	Florestan Fernandes		1
Entrevista 8	02/08/2012	Florestan Fernandes		1
Entrevista 9	02/08/2012	Bartolina Cissa		1
Entrevista10	02/08/2012	Sidney Dias	1	1
Entrevista 11	02/08/2012	Bartolina Cissa	1	
Entrevista12	03/08/2012	Bartolina Cissa	1	2
Entrevista13	04/08/2012	Bartolina Cissa		1
Entrevista 14	07/08/2012	Margarida Alves	1	1
Entrevista15	08/08/2012	Margarida Alves	1	
Entrevista16	09/08/2012	Sidney Dias		1
Entrevista 17	07/08/2012	Associação dos Agricultores Familiares de Guapé	1	1

De posse dessas informações, iniciou-se a coleta de dados, considerando os seguintes critérios de participação: mulheres e homens; lideranças formais e informais; assentados cujos lotes se encontravam mais estruturados e menos estruturados; assentados que fazem uso da pluriatividade para o sustento familiar e assentados cuja fonte de renda vem de programas governamentais do tipo Bolsa Família ou via previdência social; assentados que desenvolvem ações coletivas de coprodução e aqueles que preferem atuar de forma individual.

Os métodos utilizados para o levantamento de dados foram:

- a) pesquisa documental: refere-se a documentos que não receberam algum tipo de análise aprofundada (SILVA; GRIGOLO, 2002). Para a escolha desta ferramenta, considerou-se a quantidade de informações relevantes contidas em documentos oficiais, que retratavam o município de Guapé, MG, bem como sobre o Santo Dias (como o Plano de Desenvolvimento do Assentamento) e determinadas políticas públicas de aporte à comercialização.
- b) entrevista semiestruturada: seguindo as considerações de Boni e Quaresma (2005) sobre este instrumento, foi possível combinar, durante as entrevistas, perguntas abertas e fechadas, permitindo que o/a entrevistado/a discorresse sobre o tema proposto. Neste caso, pôde-se dirigir a entrevista conforme a necessidade de elucidar determinadas questões, por vezes utilizando perguntas adicionais. Outra questão que potencializou a utilização dessa ferramenta refere-se à abertura que foi possibilitada para a abordagem de assuntos delicados. Em algumas entrevistas foi utilizado o gravador, a partir da permissão expressa por parte do/a agricultor/a assentado/a. No entanto, em vários casos, percebeu-se que este instrumento inibia o aprofundamento de determinadas questões. Nesse sentido, a certa altura da pesquisa, ele não foi mais utilizado;
- c) observação não participante: de acordo com Lakatos e Marconi (2002), esta ferramenta é utilizada por um observador que assume o papel de expectador. De acordo com Quivy e Campenhoudt (1988), a observação não participante pode oferecer a oportunidade de verificar a prática vivida, captando comportamentos e acontecimentos que, muitas vezes, escapam da consciência dos agentes no exato momento em que são produzidos. Esta ferramenta

foi utilizada praticamente durante todo o período de levantamento. Por meio dela, foi possível visualizar a estruturação dos lotes, as estratégias produtivas, o comportamento dos agricultores diante de algumas questões mais delicadas, os recursos físicos existentes nos lotes e de uso comunitário e os vários lotes vazios durante o dia, dentre outras questões. Esta ferramenta foi particularmente útil no acompanhamento da reunião do Núcleo Bartolina Cissa e durante a ação de mutirão.

As análises dos dados recolhidos nas três rodadas de levantamento de campo consideraram a organização da transcrição das gravações, das informações contidas no caderno de campo e das informações obtidas por meio dos documentos pesquisados. A partir desta organização preliminar, os dados foram sistematizados, considerando como temas centrais: a) os aspectos relacionados às bases de recursos (físico, social e ambiental) existentes no Assentamento; b) as estratégias de coprodução, c) as estratégias de geração de renda, incluindo a pluriatividade e d) o ambiente hostil (caracterizado por indicadores socioeconômicos da microrregião e do município de Guapé, MG, bem como das relações estabelecidas na agricultura por instituições que atuam a montante e a jusante da cadeia agrícola).

Para a realização das análises, utilizou-se o método de análise de conteúdo, que se caracteriza por um

conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens (BARDIN, 1977, p.42).

Lima (1993) aponta que a análise de conteúdo pode ser empregada dentro de uma abordagem quantitativa (por meio da análise da frequência com que características aparecem em determinado texto) ou dentro de uma abordagem qualitativa, que “considera a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou conjunto de características num determinado fragmento da mensagem” (LIMA, 1993, p.541).

A escolha por técnicas qualitativas de análise de conteúdo está alinhada ao modelo teórico utilizado, por meio do qual procura-se transpor a mera descrição do conteúdo das informações coletadas em campo, buscando, mediante a inferência, uma interpretação mais profunda.

Dessa forma, seguiu-se a compreensão de Bardin (1977) de que a análise de conteúdo não deve se restringir à descrição do conteúdo das mensagens, mas deve incluir a inferência de conhecimentos sobre as condições de produção e de recepção das mesmas, permitindo que não apenas levante características da comunicação, mas atribua significado a elas.

Minayo (2004, p. 202) afirma que existem duas concepções de comunicação: a) a do modelo “instrumental” (utilizado nesta pesquisa), que entende que o mais relevante na comunicação não é o conteúdo da mensagem, mas o que ela quer dizer, tendo em vista seu contexto e circunstâncias e b) a do modelo “representacional”, na qual o que importa é o conteúdo lexical da mensagem, visto que é por meio das palavras contidas na mensagem que se torna possível realizar uma boa análise de conteúdo, sem necessidade de considerar o contexto e o processo histórico.

Para Bardin (1977), Minayo (2004) e Triviños (1995), a análise de conteúdo pode se utilizar de diferentes tipos de técnicas. Nesta pesquisa, utilizou-se a chamada análise categorial, que “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos” (BARDIN, 1977, p.153).

Dessa forma, para as análises dos dados recolhidos foram estabelecidas três etapas, que foram: a) pré-análise; b) exploração do material e c) tratamento dos resultados e interpretação (BARDIN, 1977). A primeira etapa se configurou como um momento de organização, na qual foram selecionados os documentos a serem analisados, bem como se ordenaram as ideias que auxiliaram na interpretação. Nesta etapa, buscou-se reunir todo o material coletado, a fim de se realizar uma leitura flutuante sobre ele. Em seguida, constituiu-se, a partir dos dados coletados nas leituras da prática, o corpus de análise, buscando atender aos critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência, conforme elencado por Bardin (1977) e Minayo (2004). Esta primeira etapa foi finalizada com a preparação do material, transcrevendo recortes do texto para fichas específicas.

Na segunda etapa, foi priorizada a exploração do material, considerando uma análise categorial. Nesta análise, o texto de documentos e as entrevistas foram desmembrados em unidades de registro, buscando diferentes núcleos de sentidos que indicavam simetrias ou dissimetrias em relação aos grandes temas definidos.

Na terceira etapa, que compreendeu o tratamento e a interpretação, foram realizadas análises reflexivas, triangulando essas análises com o material observado, com as questões propostas para o estudo e com as ideias relacionadas à condição camponesa proposta por Ploeg (2008).

Esse arsenal de informações e as análises configuraram as bases para *compreender, a partir dos olhares dos camponeses assentados no Santo Dias, como são desenvolvidas as ações para a busca de autonomia pelas famílias assentadas.*

3.2 A região onde se encontra o ASD: breve caracterização

De acordo com Martins (2011), o município de Guapé, MG, está inserido no Território Médio Rio Grande. Este autor fez uma caracterização deste território, abarcando, dentre outras dimensões, indicadores de riqueza e renda, e calculou que o índice de Gini¹³ médio dos municípios que compõem o território equivale a 0,52, o que indica a necessidade de melhorias na distribuição da renda. Em relação à porcentagem de pobres no território, o município de Guapé apresentou média acima da identificada para o território, o que leva a considerá-lo como prioritário no combate à pobreza. A partir dos estudos de Resende e Marchetti (2010 apud MARTINS, 2011), que buscaram classificar determinadas microrregiões a partir do cruzamento de duas variáveis (rendimento domiciliar médio e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) municipal *per capita*), Martins (2011) concluiu que o território coincide com uma microrregião classificada como estagnada¹⁴.

O município de Guapé, MG, de acordo com o censo demográfico (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE, 2010), apresentava, em 2010, uma população total de 13.872 habitantes, e deste montante, 52% se encontra na sede urbana e 48% na área rural.

Dados disponibilizados pelo sistema DATA SOCIAL¹⁵ apontam que 54,3% da população economicamente ativa de Guapé recebiam até um salário mínimo por mês. Em relação à distribuição das pessoas ocupadas por seção de

¹³ Este índice mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Quanto mais próximo de 1 for o seu valor, maior a desigualdade existente (IBGE, 2010).

¹⁴ A metodologia de classificação levava ao estabelecimento de quatro grupos de microrregiões, quais sejam: alta renda; dinâmicas; estagnadas; e baixa renda (MARTINS, 2011).

¹⁵ Este sistema considera dados oficiais, como do Censo Demográfico (IBGE), e está sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (BRASIL, 2013).

atividades, o mesmo sistema demonstra que a seção correspondente à agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura representava 43,9% do total da população ocupada no município.

De acordo com o senso agropecuário (IBGE, 2006), em Guapé, MG, havia, em 2006, 1.267 estabelecimentos agrícolas, distribuídos em 40.605 hectares (ha). Destes estabelecimentos, 1.116 (88,08%) eram de agricultores familiares¹⁶, ocupando uma área de 16.759 ha¹⁷ (41,27%). O restante, somando 151 (11,91%), representava estabelecimentos não familiares, ocupando uma área de 23.846 ha (58,73%). Estes dados evidenciam uma distribuição desigual de terras no município, entretanto, se comparado ao restante do país, a área ocupada pela agricultura familiar em Guapé se encontra acima da média nacional, conforme retratado na Figura 3, o que demonstra uma realidade menos perversa, embora ainda abusiva.

O PDA (AESCA, 2010) descreve que a agropecuária representa um importante setor econômico do município de Guapé, MG, apesar de apresentar, a partir de 1999, um Produto Interno Bruto (PIB) menor que o setor de serviços.

Dados do sistema DATA SOCIAL, referentes ao ano de 2009, indicam que o PIB do setor de serviços equivalia a 51,1% do total do município; enquanto o do setor agropecuário correspondia a 40,3%, o setor da indústria era de apenas 5,5% e o percentual do PIB referente à parcela dos impostos equivalia a 3,2%.

¹⁶ O IBGE considera os critérios da Lei 11.326, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para estratificar agricultor familiar e não familiar.

¹⁷ O módulo rural de Guapé equivale a 26 hectares, de acordo com a Instrução Especial do INCRA nº 20, de 28 de maio de 1980

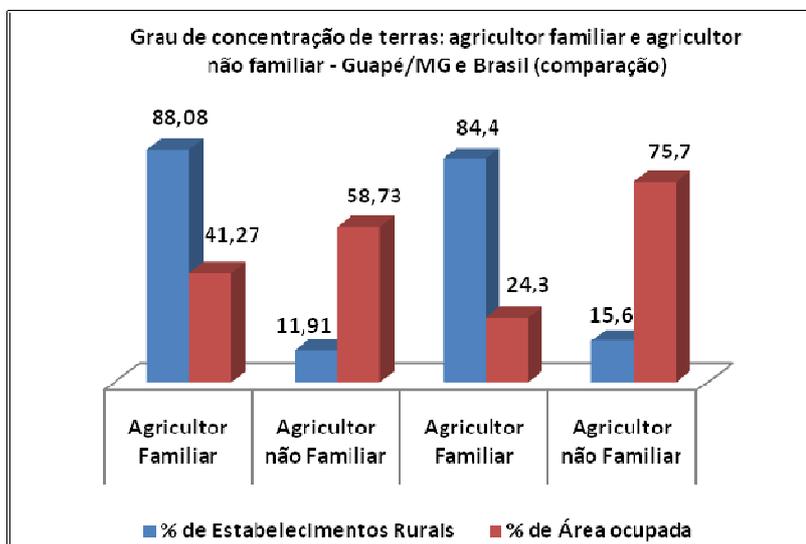


Figura 3 Grau de concentração de terras: Guapé e Brasil (comparativo)
Fonte: IBGE (2006)

A Pesquisa da Pecuária Municipal (IBGE, 2011) apontou que, no município de Guapé, havia em 2011 um rebanho de animais de grande porte equivalente a 35.095 cabeças, sendo que o rebanho bovino representava a grande maioria, correspondendo a 33.540 cabeças. Em relação ao rebanho de médio porte (1.976 animais), o maior número de cabeças refere-se ao de suínos (1.804). Já em relação ao rebanho de pequeno porte, o predomínio no ano de referência da pesquisa era de galináceos (47.665 cabeças). Quanto à produção animal, merece destaque a produção de leite, ovos e mel.

Na Tabela 2 apresenta-se o efetivo de rebanhos por categoria (grande, médio e pequeno portes) e os valores referentes à produção animal.

Tabela 2 Perfil da agropecuária do município de Guapé, MG

Especificação	Quant. (cabeças)	Participação (%)			Valor (1 000 R\$) (*)
		Estadual	Mesorregional ¹⁸	Microrregional ¹⁹	
Categorias					
Grande porte	35 095	0,1	1,3	10,8	...
Bovino	33 540	0,1	1,3	10,8	...
Bubalino	164	0,3	3,7	17,7	...
Equino	1 199	0,2	1,3	9,7	...
Asinino	6	0,0	0,7	4,9	...
Muar	186	0,1	0,9	17,9	...
Médio porte	1 976	0,0	0,5	6,3	...
Suíno	1 804	0,0	0,5	6,1	...
Caprino	65	0,1	0,6	12,2	...
Ovino	107	0,0	0,5	8,2	...
Pequeno porte	47 665	0,0	0,3	13,6	...
Galos, frangas, frangos e pintos	36 316	0,0	0,4	19,5	...
Galinhas	11 349	0,1	0,2	6,9	...
Produtos					
Leite produzido (1 000 litros)	15 976	0,2	1,1	9,5	13 899
Ovos de galinha (1 000 dúzias)	57	0,0	0,0	2,6	170
Mel de abelha (t)	1	0,0	0,3	2,1	9

Fonte: IBGE (2011)

Em relação aos principais produtos agrícolas das lavouras permanentes, o PDA (AESCA, 2010), a partir de dados de 2006, deu destaque para o café (4.000 ha de área colhida, rendendo 4.800 toneladas de café beneficiado) e a banana (3 ha de área colhida, rendendo 39 toneladas). Quanto às lavouras temporárias, destacam-se: o milho em grão (1.200 ha de área colhida, rendendo

¹⁸ Refere-se ao sul/sudoeste de Minas Gerais¹⁹ Refere-se à microrregião de Varginha

5.400 toneladas), o feijão em grão (1.000 ha de área colhida, rendendo 1.200 toneladas), o arroz em casca (300 ha de área colhida, rendendo 300 toneladas) e a mandioca (5 ha de área colhida, rendendo 75 toneladas).

A partir desses dados, nota-se que a pecuária leiteira e a cafeicultura configuram-se como as principais atividades agropecuárias de Guapé, fato que vai ao encontro da maioria dos municípios sul-mineiros.

Em relação à extração vegetal (produtos da silvicultura), foram produzidos, no ano de 2006, 102 m³ de lenha.

É neste ambiente que as famílias do ASD buscam consolidar suas ações de produção e de reprodução. Se, de um lado, percebe-se certa fragilidade municipal e regional (concentração fundiária, pobreza, estagnação), por outro, as dinâmicas socioeconômicas estabelecidas no assentamento podem colaborar para um maior dinamismo, especialmente municipal. O próprio assentamento contribui para reduzir a concentração fundiária e, conseqüentemente, as condições de desigualdade. A depender das dinâmicas estabelecidas, as condições de pobreza também poderão ser atacadas.

4 OS IMPÉRIOS ALIMENTARES: A SUPERESTRUTURA NO CAMPO AGROALIMENTAR - HOSTILIDADE E RESPOSTAS

Neste capítulo busca-se clarificar o ambiente em que se encontra inserida a agricultura na contemporaneidade, apresentando como as transformações vislumbradas pelos autores clássicos, no tocante à modernização e à inserção econômica da agricultura nos ambientes de mercado, levaram ao estabelecimento de estruturas organizacionais com grande poderio econômico, cuja atuação representa uma forma de pressão junto aos agricultores, estabelecido por meio de um modo de ordenamento. No entanto, apesar desse contexto, há de se considerar a importância da agricultura de base familiar para a produção de alimentos e a geração de emprego e renda, muitas vezes estabelecida por meio de arranjos que fogem à lógica de tal ordem.

O processo de transformação da agricultura tem como referência o desenvolvimento de uma base tecnológica aplicada nos processos agrícolas em consonância com a emergência dos capitais industriais aplicados à agricultura. Esse novo arranjo, em um primeiro momento, buscou encontrar alternativas de superação das características intrínsecas da agricultura (que a impediam de se constituir num ramo específico da produção industrial), tais como conversão biológica de energia, tempo de crescimento das plantas e tempo de gestação dos animais, dentre outros aspectos. Dessa forma, paulatinamente, foram sendo constituídos ramos industriais que levaram em consideração tais especificidades da natureza da produção agrícola, emergindo, num primeiro momento, novas tecnologias que incidiam sobre o tempo de trabalho, a citar: as máquinas de semear, de ceifar, de debulhar, tratores, dentre outros.

Na sequência, a indústria química emergiu como ramo promissor, especialmente no tocante ao fornecimento de fertilizantes químicos sintetizados, que garantiam maior produtividade por unidade de área. Essa estratégia impulsionada a partir do avanço científico da química aplicada à agricultura,

bem como de outras áreas do conhecimento, como a biotecnologia e a engenharia genética, proporcionou o estabelecimento de outros ramos industriais voltados para a agricultura, como o dos agroquímicos e o das sementes melhoradas geneticamente (GOODEMAN; SORJ; WILKINSON, 2008).

De acordo com Ploeg (2008), esta estratégia de apropriação dos processos e dos produtos agrícolas extrapola o domínio da agricultura, haja vista que ainda envolve o processamento, a conversão de alimentos e a sua distribuição e venda, sendo todo esse mecanismo desenvolvido pelo que o autor supracitado convencionou chamar de Impérios Alimentares.

Ploeg defende que estes Impérios configuram-se em uma forma de ordenamento que envolve variadas tramas e diversos domínios, como os aparelhos estatais, os acordos supranacionais, as grandes corporações multinacionais e as suas redes de comunicação, a saúde pública, as universidades e variados centros de pesquisa. Esta vasta trama e os variados domínios envolvidos sustentam o processo de acumulação de capital e de poder por parte dos Impérios.

Esta acumulação pode ser verificada ao analisar determinados mercados, como o de insumos (sementes, agrotóxicos e adubos) e o de processamento e transformação de alimentos, e ainda aquele referente à comercialização de alimentos. A concentração é uma marca nesses mercados, visualizada pela participação de um número reduzido de empresas que detêm grande parte da fatia mundial de mercado.

De acordo com o *Action Group on Erosion, Technology and Concentration* (ETC GROUP, 2008), as dez maiores empresas que atuam no ramo de sementes, patenteadas²⁰ em 2007, dominavam 67% das vendas no mercado mundial, movimentando 22 bilhões de dólares (estima-se que o volume

²⁰ As sementes patenteadas correspondem a determinadas marcas sujeitas a monopólios, tendo como característica sua natureza de propriedade intelectual (ETC GROUP, 2008).

total comercializado por este ramo, envolvendo sementes sem patentes, em 2007, correspondeu a 26,7 bilhões de dólares). Já as dez maiores empresas que atuam no ramo dos agrotóxicos dominavam, em 2007, a impressionante marca de 89% do mercado global. Dados referentes ao mesmo ano apontam que o volume comercializado pelo mercado global de agrotóxicos foi de 38,6 bilhões de dólares. As seis principais empresas que atuaram nesse ramo comercializaram 28,8 bilhões de dólares (75% do volume total). Vale destacar que determinadas organizações que despontam nesses mercados atuam de forma simultânea em ambos, conforme apontado nos Gráficos 1 e 2.

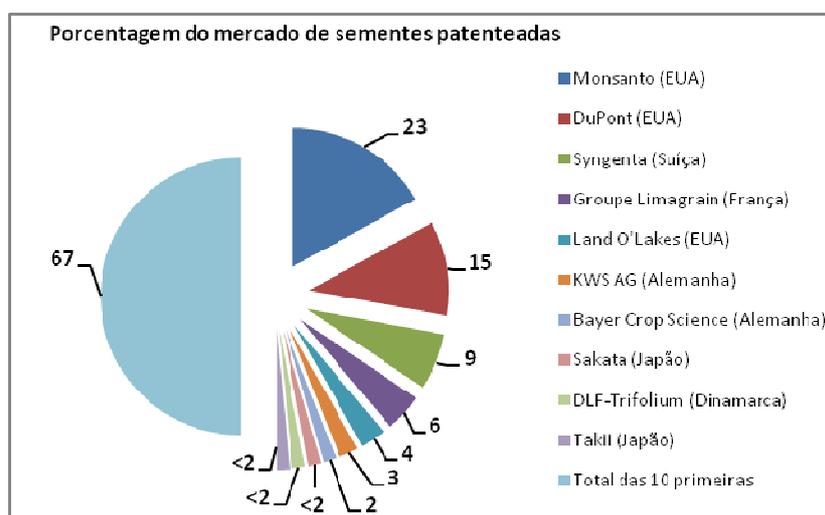


Gráfico 1 Participação das 10 maiores corporações no mercado mundial de sementes patenteadas

Fonte: ETC Group (2008)

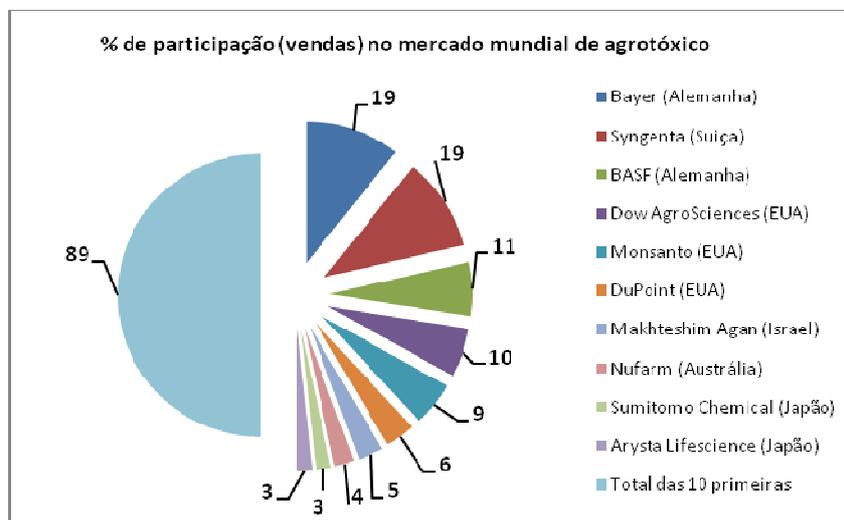


Gráfico 2 Participação das 10 maiores organizações no mercado mundial de agrotóxico
 Fonte: ETC Group (2008)

As sete maiores empresas de fertilizantes obtiveram um lucro líquido, no ano de 2007, equivalente a 4,610 bilhões de dólares (Gráfico 3). Deste total, 66,7% corresponderam ao lucro líquido das três maiores empresas mundiais deste ramo.

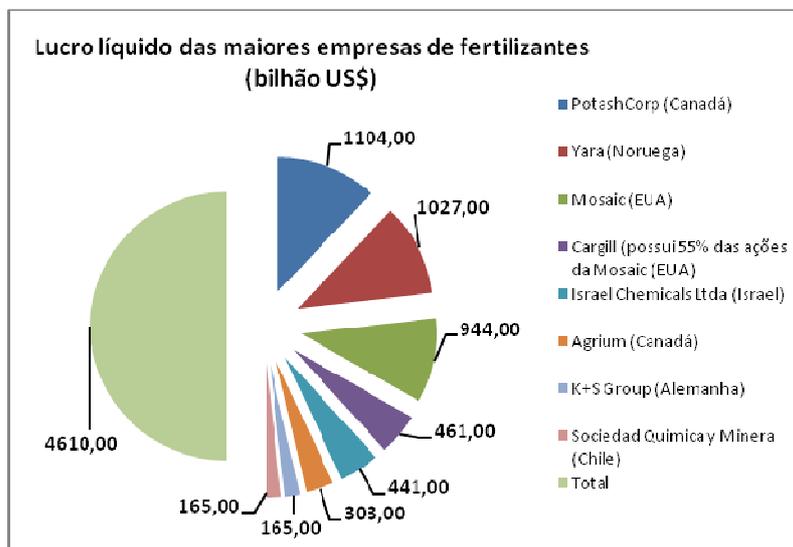


Gráfico 3 Lucro líquido (em bilhão de dólares) das maiores empresas mundiais do ramo de fertilizantes, em 2007

Fonte: ETC Group (2008)

A atuação dos Impérios Alimentares, ainda segundo Ploeg (2008), implica numa perda no grau de autonomia por parte dos agricultores, haja vista que, além do crescente grau de dependência dos processos agrícolas a determinados insumos de natureza externa à propriedade, a estratégia adotada pelos Impérios baseia-se em uma desconexão, no tempo e no espaço, da produção e do consumo de alimentos. Esta desconexão atinge especificidades dos ecossistemas locais e de características sociais regionais.

A participação de empresas no mercado de alimentos e bebidas, bem como de empresas que atuam no ramo dos supermercados varejistas, exemplifica tanto o poder como a lógica que gera as desconexões supracitadas.

Ainda de acordo com os dados da ETC Group (2008), que consideraram as 100 maiores empresas do ramo de alimentos e bebidas que atuam no mercado global, conclui-se que as dez maiores deste ramo foram responsáveis por 36%

das vendas de alimentos empacotados no ano de 2007, conforme mostrado no Gráfico 4.

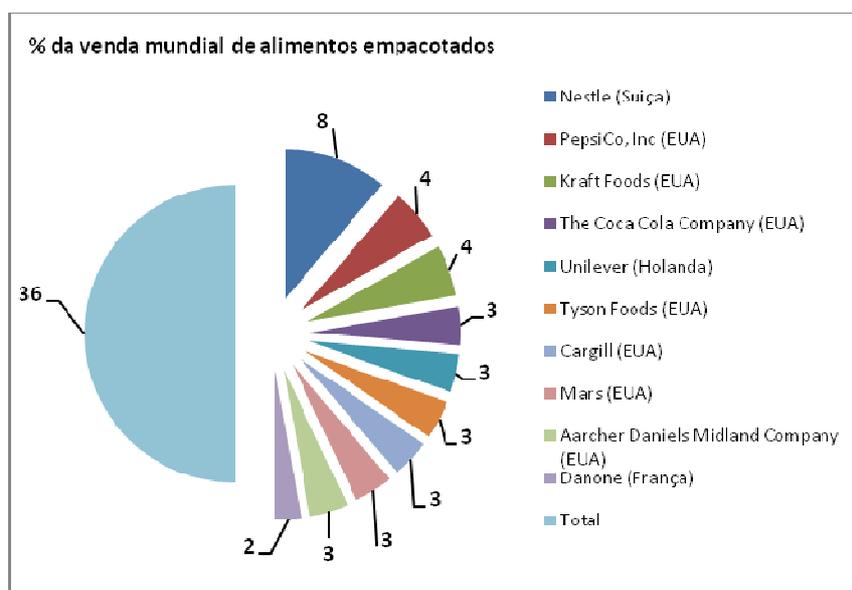


Gráfico 4 Participação das dez principais empresas com atuação no mercado mundial de alimentos empacotados
Fonte: ETC Group (2008)

Os alimentos convertidos são comumente comercializados em grandes redes de supermercados. Neste mercado também se observa uma concentração, pois, das cem maiores empresas que atuam na venda de comestíveis ao público, as dez primeiras dominam 40% desse mercado (ETC Group, 2008), conforme demonstrado no Gráfico 5.

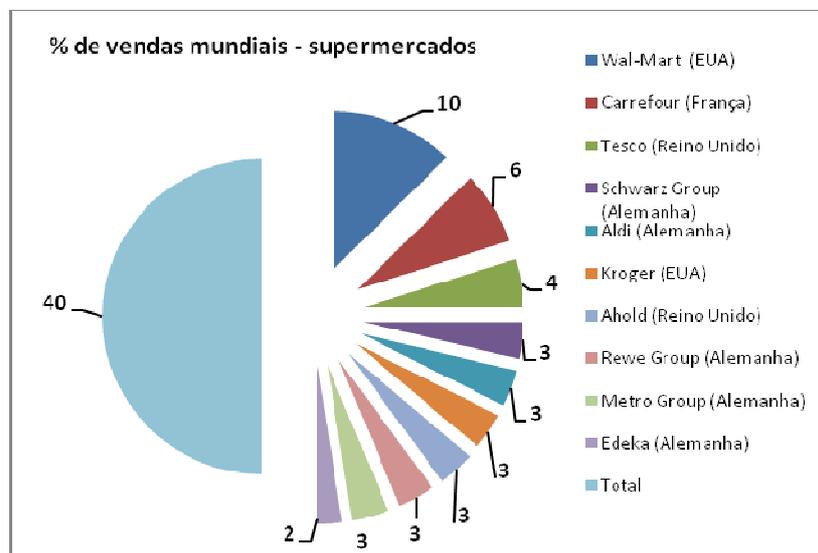


Gráfico 5 Participação no mercado mundial de venda de alimentos
Fonte: ETC Group (2008)

Para Ploeg (2008), os grupos agrários correspondentes à agricultura capitalista e à agricultura empresarial se encontram mais fortemente ligados ao consumo mundial de alimentos por meio de empresas de processamento e comercialização, enquanto o grupo agrário correspondente à agricultura camponesa baseia-se, embora não exclusivamente, em circuitos curtos e descentralizados que ligam tais produtores à sociedade. Nestes circuitos, segundo o autor, estima-se que sejam canalizadas por volta de 85% da produção mundial de alimentos.

Apesar da atuação dos Impérios Alimentares no complexo agroalimentar e das variadas pressões advindas do seu ordenamento, a contribuição da agricultura de base familiar para a produção de alimentos é considerável. Tomando por base os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006), evidencia-se esta contribuição, mesmo considerando determinados aspectos da agricultura nacional que demonstram outras formas de pressão sobre a agricultura de base

familiar, como a concentração fundiária, que implica, dentre outras questões, em uma menor proporção de área para o estabelecimento de práticas agrícolas de base familiar e um menor aporte de recursos públicos, em comparação com a agricultura de base não familiar (voltada ao agronegócio). Apesar desse quadro e do ambiente de hostilidade que se encontra inserida a agricultura de base familiar, ela se configura importante via para a produção de alimentos e incorpora a grande maioria de trabalhadores ocupada no campo. No Gráfico 6 evidenciam-se estas questões.

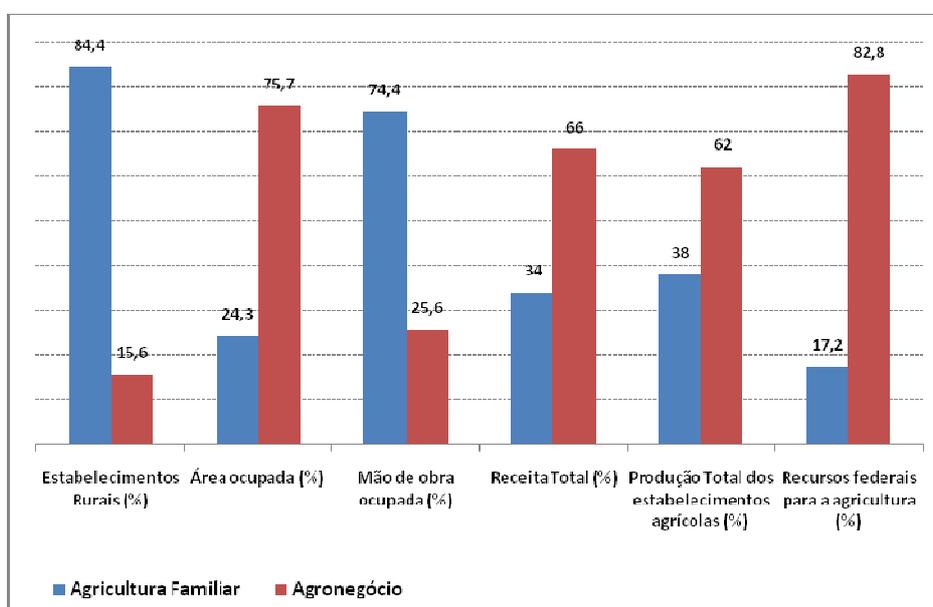


Gráfico 6 Dados comparativos entre a agricultura de base familiar e de base não familiar no Brasil
Fontes: Brasil (2012, 2013) e IBGE (2006)

Embora os dados acima apontados sejam insuficientes para maior detalhamento em relação à base tecnológica adotada, evidencia-se que a agricultura de base familiar, mesmo inserida sob o ordenamento da cadeia agroalimentar, configura-se um elemento importante no cenário nacional. As respostas evidenciadas por meio dos dados do censo agropecuário (considerando

a área, a receita, a produção e os investimentos federais) demonstram, de certa forma, resposta a ordem vigente dos Impérios Alimentares, bem como a grande capacidade de atuação da agricultura de base familiar em ambientes que apresentam hostilidades. A análise de como se constrói esse tipo de resposta em busca de autonomia foi realizada no Assentamento Santo Dias. Nesta configuração, as estratégias adotadas se mostraram heterogêneas, tendo em vista, dentre outros aspectos, que o assentamento se configura como um espaço social em processo de construção, onde as ações dos atores nele inseridos balizam-se de acordo com as circunstâncias, especialmente no âmbito familiar.

5 O ASSENTAMENTO SANTO DIAS: CONTEXTUALIZAÇÃO

Abordam-se, nesta seção, a origem e a trajetória do assentamento, bem como a sua forma de organização. Destaca-se que a redação deste tópico ficou facilitada devido à obtenção, junto ao INCRA/MG, do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA)²¹, cuja condução técnica ficou a cargo da Associação Estadual de Cooperação Agrícola de Minas Gerais (AESCA), bem como devido às dissertações que envolveram o Santo Dias, realizadas por Magrini (2010) e Martins (2011). Somaram-se a estas referências um conjunto de dados secundários, as informações recolhidas em campo e as observações realizadas.

5.1 A conquista da terra

O processo de ocupação da fazenda Capão Quente, uma antiga usina de produção de álcool que, após a falência, passou a destinar as terras para pasto, envolveu um trabalho de base desenvolvido pelo MST, com apoio do Sindicato dos Metalúrgicos de Guapé, Itajubá e a regional de Varginha, junto às comunidades rurais do município de Guapé denominadas Aparecida do Sul e Santo Antônio, além da zona urbana do município. Este trabalho culminou na ocupação pacífica da fazenda, na madrugada do dia 30 de outubro de 2002, envolvendo 96 famílias. Um aspecto peculiar deste processo, relatado no PDA (AESCA, 2010), é que a ocupação ocorreu logo após a eleição presidencial de 2002. Este fato ocasionou uma maior repercussão na mídia regional e nacional e certa visibilidade para a ação política relacionada à reforma agrária na região do

²¹ Instrumento de gestão do Assentamento que será mais bem detalhado no decorrer deste tópico.

sul de Minas, que apresenta somente dois projetos de assentamentos: o Santo Dias e o Primeiro do Sul, localizado no município de Campo do Meio, MG.

À época, as condições eram precárias e as famílias foram se instalando em antigas casas existentes na propriedade e em barracos de lona. Após a limpeza da área e com poucos recursos (sementes, por exemplo), iniciou-se o plantio de arroz, milho e feijão, mas a produção não foi suficiente para a manutenção de todas as famílias. Este fato, somado às suas precárias condições e as dificuldades iniciais que envolvem um processo de ocupação, fizeram com que uma parte das famílias não agüentas se a prova, partindo da fazenda ocupada (MAGRINI, 2010).

O preparo do solo, o plantio e os tratos culturais eram realizados com os materiais que os acampados possuíam, como enxadas, foices, facões (ecótipos paleotécnicos) e no primeiro plantio não se utilizaram insumos, como fertilizantes químicos. A união era a tônica e, literalmente, “batiam-se ombros” na realização das tarefas no campo. Uma horta foi também estruturada e os produtos diversos eram destinados à alimentação familiar. Houve solidariedade por parte de um proprietário local que repassou uma vaca aos acampados para o fornecimento de leite que, diluído em água para maior rendimento, era repassado às famílias. Aquelas que tinham um maior número de criança recebiam uma quantidade maior. Mesmo com a comida racionada, famílias dividiam o pouco que tinham. A ajuda mútua era comum.

Neste período inicial, as famílias acampadas tinham de superar variadas formas de preconceito por parte das comunidades do entorno e da própria cidade. Estes preconceitos influenciaram a oferta de empreitas por parte de proprietários locais aos acampados, fato que agravou ainda mais a precariedade das condições iniciais no acampamento, devido à ausência de recursos financeiros. Aos poucos, e na base da amizade, alguns acampados, criados em Guapé, foram conseguindo empreitas, como roçar arroz ou apanhar café, que

empregavam um grupo de pessoas do acampamento. Assim, os preconceitos foram sendo superados e algumas divisas passaram a ser geradas, dando um alento para as famílias, especialmente as mais numerosas. Atualmente, há oferta de trabalho e um maior respeito e confiança nas famílias assentadas.

Em relação às trajetórias das famílias entrevistadas, foram verificadas semelhanças. Naturais de diversas localidades do país, como dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Bahia, os assentados têm origem rural e comumente migravam para outras regiões em busca de trabalho ou terra. Nesta jornada, puderam experimentar a vida na periferia de grandes e médias cidades, como em São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, convivendo com a violência urbana, com a fome, com o desemprego e o subemprego, dentre outras mazelas sociais das grandes cidades. A partir de uma diversidade de formas, as famílias tiveram acesso à informação sobre a luta pelo acesso à terra, como em reuniões paroquiais, de sindicatos ou por meio de repasses realizados por familiares que já se encontravam acampados. Por meio desse processo de formação política, parte dos receios que envolviam o engajamento na luta se diluiu, sendo o suficiente para encorajá-las a “romper a cerca” em busca de melhorias de vida, envolvendo o retorno à terra, a busca por uma morada, um local onde tivessem maior autonomia para trabalhar e produzir (Caderno de campo).

O ano de 2004 foi marcante para o assentamento Santo Dias, pois se intensificou o conflito envolvendo os acampados e o antigo proprietário, por meio de ações judiciais de reintegração de posse. À época, houve a realização de uma vistoria pelo juiz local, onde se observaram os chamados coletivos (as áreas de plantio comunitário), repletos de milho, arroz, feijão e hortaliças, entre outras culturas e as precárias condições que se encontravam as famílias acampadas. Na ocasião, a reintegração de posse foi negada por decisão judicial. No entanto, houve outras tentativas, por parte do antigo proprietário e, ainda em 2004, por

meio de decisão judicial, foi acatada a reintegração de posse, com uma liminar de despejo. Esta decisão ocasionou uma operação policial, no intuito de retirar as famílias acampadas da área. Porém, houve rápida resposta de uma advogada ligada ao MST, postergando, por alguns dias, o processo de desocupação da área. A tensão era grande no acampamento, pois o risco de uma ação policial mais rígida, visando destruir as casas, os barracos e as lavouras, aumentava com o passar dos dias.

O PDA (AESCA, 2010) descreve que esse processo culminou na decisão do juiz da vara agrária, autorizando a liberação de uma área equivalente a 250 hectares para a realização de plantio. Após esse processo, foi realizada, pelo INCRA/MG, em dezembro de 2004, uma vistoria na área e, em 12 de julho de 2005, foi registrada em cartório a carta de imissão de posse da fazenda.

A criação do Assentamento Santo Dias, depois de percorridos mais de quatro anos desde a ocupação, foi formalizada por meio da Portaria da Superintendência Regional do INCRA nº 74, de 5 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União no dia 28 de dezembro de 2006 (BRASIL, 2006).

O nome escolhido para o Assentamento é uma homenagem ao líder operário Santo Dias da Silva, assassinado por policiais militares em 30 de outubro de 1979 (mesmo dia em que houve a ocupação da fazenda Capão Quente) (INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS-INCUBACOOOP/UFLA, 2007).

5.2 O Assentamento Santo Dias: do planejamento às formas de organização, do objetivo comum à heterogeneidade de pensamento

Após a criação do ASD, grande parte das atenções se voltou para o estabelecimento do Plano de Desenvolvimento do Assentamento, iniciado em

2007 e concluído, por meio de sua aprovação pelo INCRA/MG, em 2010. O PDA faz parte da legislação referente à reforma agrária, estando previsto na Lei 8.629/93(BRASIL, 1993) e na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 387, de 27 de dezembro de 2006²². Esta Resolução diz que o PDA é um

plano que reúne os elementos essenciais para o desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, em estrita observância à diversidade de casos compreendida pelos diferentes biomas existentes, com destaque para os seus aspectos fisiográficos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo instrumento básico à formulação de projetos técnicos e todas as atividades a serem planejadas e executadas nas áreas de assentamento, constituindo-se numa peça fundamental ao monitoramento e avaliação dessas ações (CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA, 2006).

De acordo com o PDA, o parcelamento do ASD considerou uma estratificação ambiental, a disponibilidade de água (para o abastecimento familiar e para a produção), o acesso às estradas e a existência de infraestrutura de uso cooperado. Estas questões foram somadas às expectativas e aos desejos das famílias. Além disso, a proposta prevê lotes familiares individuais e áreas de exploração coletivas em cada um dos quatro Núcleos de Base (ou de Família) existentes no ASD: Margarida Alves; Bartolina Cissa; Sidney Dias; e Florestan Fernandes.

De acordo com o PDA, o Assentamento Santo Dias tem uma área de 1.788,30ha e, deste total, 499,60 há correspondem à área de reserva legal e 414,72 ha às áreas de preservação permanente. Há 49 lotes parcelados e estão previstas três áreas sociais no Assentamento: uma área comum a todos os

²² A Lei em questão dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, enquanto a Resolução CONAMA estabelece procedimentos para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária.

assentados (7,02 ha) e as outras duas previstas nos Núcleos Florestan Fernandes e Sidney Dias (totalizando 2,0 ha). Em todos os núcleos se considerou a presença de áreas produtivas coletivas, sendo uma comum a todos os assentados, correspondendo a 36,49 ha, e outras oito áreas distribuídas pelos Núcleos, totalizando 304,48 ha. Os lotes familiares correspondem a uma área de 504,79 ha. As estradas, atuais e projetadas, ocuparão 19,20 ha. A área média dos lotes²³ equivale a 17,26 ha.

O tamanho dos lotes é variado, pois, para a sua definição, considerou-se a presença de algum tipo de limitação natural (erosão, presença de cascalho e de grotas, por exemplo) e, ainda, o pacto estabelecido entre as famílias inseridas nos Núcleos de Base, no tocante ao tamanho da área dos lotes familiares e das áreas para os trabalhos coletivos. Os integrantes do Núcleo Bartolina Cissa optaram por ampliar as áreas coletivizadas e diminuir as áreas dos lotes familiares, enquanto os integrantes do Núcleo Margarida Alves fizeram a opção inversa. Já nos Núcleos Sidney Dias e Florestan Fernandes, observa-se uma proposta intermediária, que busca articular a produção interna de seus lotes com a área coletiva. Na Tabela 3 estão sintetizadas as informações referentes à área dos lotes familiares e coletivos, enquanto na Figura 4 apresenta-se o mapa do Assentamento Santo Dias.

²³ Para o cálculo da área média das parcelas, somou-se a área útil dos lotes, a área de exploração coletiva dos núcleos e a área de exploração comum no ASD, sendo este montante dividido pelo número de lotes.

Tabela 3 Núcleos, número de lotes, área útil familiar e área de exploração coletiva

Núcleo de base	Número de lotes familiares	Área útil dos lotes familiares (ha)	Área de exploração coletiva (ha)
Margarida Alves	11	183,02	4,67
Bartolina Cissa	15	60,39	156,30
Sidney Dias	12	139,03	71,01
Florestan Fernandes	11	122,34	72,50
Total	49	504,79	304,48

Fonte: AESCA (2010)

Este fato evidencia o respeito para com a tomada de decisão das famílias assentadas, embora resguarde as diferentes concepções sobre a dinâmica produtiva e organizativa no ASD, mesmo no Núcleo Bartolina Cissa. Embora as famílias deste núcleo demonstrem uma maior aptidão para os trabalhos coletivos e organizativos²⁴, a área destinada para a exploração coletiva segue uma espécie de parcelamento, realizado por meio de linhas imaginárias e carreadores, sem a preocupação de marcos divisórios fixos, como cercas. Nestas parcelas, cada família realiza seu plantio, preferencialmente com culturas temporárias destinadas à própria alimentação, como arroz, feijão e milho.

As discussões sobre o coletivo é assim, por exemplo: nós vamos plantar uma roça de milho aqui, eu vou plantar, a [nome de alguém] vai plantar, o outro vai plantar, então fazemos numa área só. Então, você não precisa fazer cerca no meio, entende? não precisa você plantar para dividir um com o outro. Eu planto o meu, ela planta o dela, sabe? (Entrevista 18 – fala do marido).

Só faz uma divisa, igual era, né?(Entrevista 18 – fala da esposa).

É. Igual era no começo, para não fazer cerca, nós falamos: é caro demais fazer cerca, a madeira está muito cara (Entrevista 18 – fala do marido).

²⁴ Esta questão foi também constatada no Núcleo Florestan Fernandes.

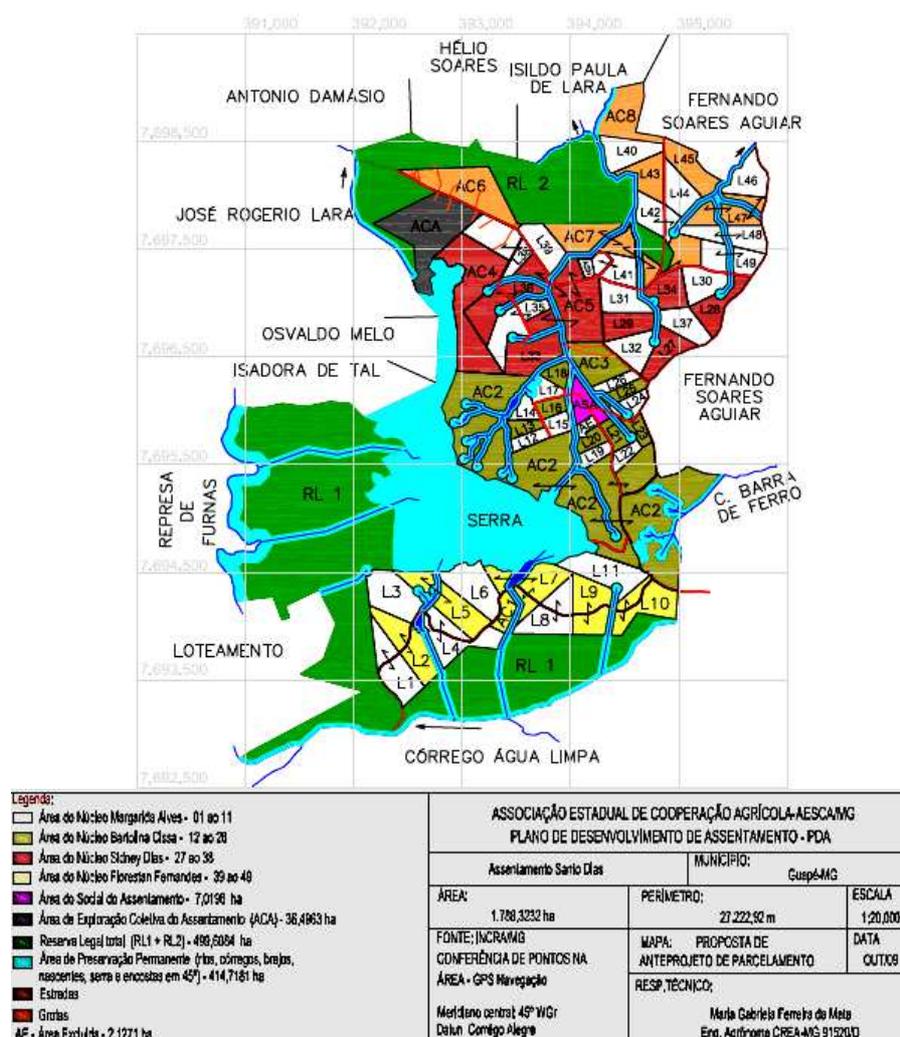


Figura 4 Mapa do Assentamento Santo Dias
Fonte: AESCA (2010)

Um aspecto vantajoso desse procedimento é a maior autonomia das famílias no tocante à gestão do tempo de trabalho com o plantio, nos tratos culturais e na colheita. A produção, fruto de um trabalho zeloso, estará

individualizada, minimizando possíveis conflitos já vivenciados na fase de acampamento.

Nos núcleos Margarida Alves e Sidney Dias, algumas famílias se instalaram antes da definição derradeira das divisas dos lotes. Este fato proporcionou iniciar a estruturação dos lotes, sendo observados vários sistemas instalados, como lavouras de pimenta, de café e de milho, mandiocais, pomares em produção, pastagem, criação de abelhas e de animais (equinos, gado de leite, aves e suínos), além de estruturas físicas, como estábulos, terreiro para secagem de café e galpões. Estas famílias demonstraram, em suas falas, que já tinham algumas posses que foram revertidas em estruturas nos lotes.

Parte das famílias se diz não adaptados processos organizativos do ASD, se distanciando dos centros de tomada de decisão. Embora permaneçam vínculos de amizade com as demais famílias, existem conflitos, velados ou manifestos, conforme demonstrado por meio da seguinte narração:

[...] os que têm força de lutar têm que lutar e continuar lutando, né?... Teve um dia que eu cheguei da reunião, era umas onze horas da manhã. Eu estava na reunião da associação, aí, eu vim chegando e ele falou assim, perto dos meus filhos, que não larguei de ser palhaça até hoje, participando de reuniões. Eu falei: “não, não vou deixar de ser palhaça até o dia que você comprar um par de óculos para você enxergar que as reuniões é que trazem as coisas [...] o dia que você enxergar, eu vou deixar de ser palhaça”. Foi a resposta que eu dei. Eu estava meio nervosa, eu não devia nem ter respondido, mas também é desaforo demais, não é? (Entrevista 18).

A opção de entrada nos lotes antes mesmo da definição dos marcos divisórios evidencia desencontros que acabam por refletir na organização interna do assentamento. Parte destes desencontros tem origem na época do acampamento, período em que ocorreram discordâncias relativas às regras que deveriam ser seguidas, como, por exemplo, não permitir a ausência dos

integrantes das famílias no acampamento, mesmo para busca de trabalhos visando o sustento da família nos momentos de maior crise (ausência de alimentos), ou pelo fato de terem que abandonar as tarefas na roça para reuniões inesperadas, cujo código para o chamamento era rojões.

Tinha que obedecer muitas regras, era muita 'pegação' no pé. Não podia sair do acampamento, mesmo se estava doente e tinha que fazer parte de algum setor e trabalhar na horta coletiva. Quando soltavam rojões, a gente tinha que parar o que estava fazendo e ir até a reunião. Era obrigado (Entrevista 11).

Mesmo diante deste contexto, na fase do acampamento, as famílias compartilhavam o mesmo objetivo: o acesso à parcela de terra. Este fato facilitava a organização e a coesão em torno da luta. Atualmente, com a chegada aos lotes, as interpretações em relação à dificuldade de organização perpassam pelos objetivos que se tornaram mais difusos e de difícil consenso. Soma-se a este fato a distância das novas moradias em relação à área social do assentamento, dificultando a chegada de informação e uma maior articulação.

Era bom, rapaz! O objetivo era o mesmo. Todo mundo queria terra. Era a melhor época. O movimento está bom quando está ruim, quando tem liminar, quando o couro está comendo, quando está para ser despejado... Quando a coisa começa a se assentar, começa a ficar bom, começa a vim um contato que, teoricamente, era para ser bom, aí começa o conflito interno, a divergência interna... mas que o povo mantivesse a mística de querer e saber por que conquistou isso aqui: pela união! Se nós chegássemos aqui, quando ocupou e cada um para o seu campo, nós não tínhamos conquistado a terra (Entrevista 12).

Esse conjunto de questões interfere na organização dos Núcleos de Base, bem como nos trabalhos dos seis setores que também compõem a divisão político-organizativa do assentamento, que são os de a) comunicação, b)

educação, c) frente de massa, d) juventude e cultura, e) produção e meio ambiente e f) saúde. Segundo depoimentos, apenas os setores de produção e meio ambiente e de saúde estavam se reunindo com certa regularidade, enquanto os outros se encontravam desarticulados.

A partir do parcelamento e da chegada aos lotes, a atenção volta-se para a estruturação dos mesmos, e os caminhos a serem trilhados seguem uma razão interna à dinâmica e à estrutura familiar. Muitas vezes, essa racionalidade orientadora envolve determinados aspectos que se apresentam de forma heterogênea no Assentamento, como os relacionados à capacidade de obtenção de recursos financeiros e à força de trabalho interno das famílias, que orienta o estabelecimento de estratégias, tanto para a sobrevivência como para a produção e a busca por autonomia.

Há uma diversidade considerável de situações. Há famílias que apresentam idosos já sem tanta força física para as variadas demandas do roçado; famílias que têm grande conhecimento sobre o trato de animais e a lida nas roças, bem como capitais financeiros que foram revertidos em base de recursos nos lotes e que comercializam parte da produção; famílias com várias jovens que desenvolvem trabalhos domésticos e, ainda, colaboram com a obtenção de recursos por meio da pluriatividade, especialmente a “panha” do café; famílias cujos lotes fazem limite com parentes (pais e filhos), facilitando o estabelecimento de estratégias comuns; famílias com filho(s) homem(ns) “bons de braço”, mas avessos aos trabalhos da roça e próximos aos da cidade; famílias cuja fonte de recursos financeiros é oriunda da previdência social ou de programas governamentais, tipo Bolsa Família e, em grande número, famílias que ainda dependem demasiadamente da pluriatividade para a sobrevivência e a estruturação dos lotes, enquanto os recursos financeiros, via políticas públicas, não são acessados. Verificou-se, ainda, certo número de famílias que vêm estabelecendo estratégias coletivas de coprodução (produção de sementes

orgânicas de tomate e de alface e produção de polpa de tomate e de açúcar mascavo), cujo intuito é agregar valor e comercializar via políticas públicas (descritas na seção 6) e junto a Bionatur, organização ligada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Além das estruturas organizativas citadas (os núcleos de base e os setores), fazem parte da organicidade interna do Assentamento a coordenação geral do assentamento (composta por representantes dos núcleos e dos setores) e a Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Santo Dias (AAFASD).

Depoimentos revelaram dificuldades no desenrolar das ações da AAFASD, como muitas famílias deixaram de pagar a mensalidade, há dificuldades financeiras e poucas pessoas se habilitam a fazer parte da direção da Associação, acarretando em rodízios de cargos entre os atuais membros, no momento de uma nova eleição. Embora esse quadro esteja presente, a AAFASD se configura uma importante instância para os debates sobre as necessárias melhorias no Santo Dias, bem como para a representação política dos assentados, fato observado durante uma reunião do Núcleo Bartolina Cissa, quando foi designado um dos presentes para dialogar com o prefeito, em nome da Associação, afim de buscar melhorias para os mata-burros existentes no Assentamento.

Na seção 7 serão analisadas algumas estratégias sócio-produtivas, coletivas e individuais, atualmente em curso, que demonstram a luta por autonomia travada pelas famílias assentadas, bem como a difícil jornada em torno do (re)fortalecimento das estruturas organizativas do Assentamento.

5.3 Aspectos ambientais no ASD

No Assentamento Santo Dias há a presença de um grande número de espécies vegetais do Bioma Cerrado e observa-se, em várias regiões dele, um

processo de regeneração natural. Estas áreas de cerrado são utilizadas para o extrativismo e, ainda, para a alimentação do gado bovino criado na solta.

Os solos, de acordo com o PDA, são de baixa fertilidade natural e, em sua maior parte, tem aptidão para a pastagem, embora ocorram determinados solos propícios para a exploração de culturas anuais e permanentes. No geral, há a necessidade de ações de conservação de solos e incorporação de nutrientes. Nos trabalhos de campo, relatos revelaram que análises químicas de solos realizados no Assentamento apontaram para acidez e a necessidade de calagem. O relevo apresenta declividade suave e forte, algo que tende a facilitar processos erosivos. Vale ressaltar que, no passado, era comum o uso do fogo para a limpeza e reforma dos pastos, fato que levou a processos de degradação dos solos. Atualmente, essa prática não é mais utilizada no Santo Dias.

Uma característica que chama a atenção no Assentamento é a presença de vários córregos e nascentes perenes e, inclusive, de cachoeiras, indicando certa abundância de água. No entanto, chama ainda a atenção a presença de pastagens e de gado às margens de determinados cursos d'água, fato que tende a facilitar processos de contaminação, devido às fezes bovinas (com coliformes fecais, por exemplo). Apesar disso, observa-se um cuidado com a água, por parte dos moradores, a partir do não uso de fogo nas práticas agrícolas, a existência de matas ciliares em longos trechos de cursos d'água e a não utilização para determinadas lidas domésticas, como lavar de roupas e utensílios.

A melhoria progressiva da qualidade da água, desde o processo de ocupação, foi retratada durante várias entrevistas. Inclusive, este fato se configurou um facilitador para a aproximação dos acampados com as comunidades do entorno, pois, a partir da interrupção das queimadas, houve uma melhora significativa no odor, na coloração da água (antes turva, devido ao acúmulo de matéria orgânica e terra) e na quantidade de água, o que é “bem

visto” pelas comunidades que se encontram a jusante do Santo Dias e que fazem uso dos córregos para abastecimento.

6 POLÍTICAS PÚBLICAS DE APORTE À COMERCIALIZAÇÃO: O PROGRAMA BARRIGA CHEIA, O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

De acordo com Sabourin (2007), a diversidade de modos de produção da agricultura de base familiar requer instrumentos específicos de políticas públicas que possam colaborar para a reprodução das unidades familiares e produtivas, especialmente aquelas baseadas no autoconsumo e na venda de excedentes. Dessa forma, pode-se destinar apoio aos sistemas produtivos de base familiar mais autônomos, no que diz respeito a uma menor dependência do mercado capitalista, incluindo o de insumos externos.

Nesta perspectiva, aquele mesmo autor acena para a importância de políticas para a comercialização dos produtos advindos de tais sistemas, em que a diversificação das relações de mercado (feiras livres, vendas diretas, dias de festas por produtivos típicos, entre outros) configura-se algo pertinente para uma maior autonomia dos agricultores. Nesta perspectiva se encontra, inclusive, a criação de mercados internos protegidos politicamente, como os mercados públicos institucionalizados de produtos alimentares a serem ofertados em restaurantes populares, na merenda escolar, em creches e em asilos, dentre outras organizações de fundo social.

Nesta linha, há duas políticas públicas desenvolvidas pelo governo federal que, inclusive, dão suporte aos assentados para a comercialização de parte de seus produtos. Estas políticas são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Estes programas, por sua vez, são a principal fonte mantenedora do Programa Barriga Cheia, desenvolvido no município de Guapé, MG (MARTINS, 2011).

O PAA foi criado por meio da Lei 10.696, de 2 de julho de 2003 (BRASIL, 2003) e regulamentado pelo Decreto 7.775 (BRASIL, 2012), de 4 de julho de 2012. As finalidades do Programa estabelecidas neste Decreto são:

- a) incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda;
- b) incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- c) promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- d) promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;
- e) constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- f) apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;
- g) fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;
- h) promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e
- i) estimular o cooperativismo e o associativismo.

Os beneficiários do PAA estão divididos em consumidores e fornecedores. Os primeiros compreendem aqueles que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional, aqueles atendidos pela rede socioassistencial e pela rede pública e filantrópica de ensino. Já os fornecedores são considerados como público apto a fornecer alimentos ao PAA, envolvendo os agricultores familiares, os assentados da reforma agrária, os silvicultores, os aquicultores, os extrativistas, os pescadores artesanais, os indígenas e os integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais. Além desses atores, consideram-se fornecedores as organizações compreendidas por cooperativas e outras formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado que desenvolvem ações em prol da agricultura familiar.

O pagamento pelos produtos comercializados é realizado diretamente aos beneficiários fornecedores ou por meio das organizações fornecedoras. O Programa apresenta seis modalidades, cujos valores máximos de participação dos beneficiários por unidade familiar variam de R\$4.000,00 a R\$8.000,00, por ano, enquanto a participação das organizações beneficiárias pode chegar, respeitando-se os limites por unidade familiar, até R\$1.500.000,00, na modalidade denominada “Apoio à Formação de Estoques” (BRASIL, 2012). No Quadro 1 apresentam-se as modalidades e os valores de participação associados.

De acordo com os dados recolhidos, no período de janeiro a setembro de 2012, foram adquiridas, junto aos agricultores familiares de Guapé, por meio do PAA, 111 toneladas de alimentos, gerando um volume de recursos correspondente a R\$189.141,19.

O PNAE não é uma política recente no país. No entanto, em 2009, por meio da Lei 11.947 (BRASIL, 2009), estabeleceu-se que uma parte dos recursos financeiros do PNAE, destinados à merenda escolar, deve ser utilizada para a compra de alimentos provenientes da agricultura familiar.

Quadro 1 Modalidades e limites de participação por unidade familiar no PAA

Modalidade	Finalidade	Limite financeiro de participação dos beneficiários por unidade familiar (R\$)
Compra com doação simultânea	Propicia a compra de alimentos diversos produzidos por agricultores familiares e a doação simultânea às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e, em condições específicas definidas pelo GGPAA, à rede pública e filantrópica de ensino, com o objetivo de atender às demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.	4.500,00
Compra direta	Permite a compra de produtos definidos pelo GGPAA, com o objetivo de sustentar preços, atender a demandas de programas de acesso à alimentação e das redes socioassistenciais e constituir estoques públicos.	8.000,00
Incentivo à produção e ao consumo de leite	Contribui para o aumento do consumo de leite que, após beneficiamento, é doado aos beneficiários consumidores.	4.000,00
Apoio à formação de estoques	Propicia apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao Poder Público ou destinação aos estoques públicos.	8.000,00
Compra institucional	Permite a compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, estados, Distrito Federal e municípios.	8.000,00
Outras modalidades a serem definidas	A serem criadas pelo Comitê Gestor do PAA.	8.000,00

Fonte: Brasil (2012)

De acordo com o artigo 14 desta Lei,

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

A aquisição, via PNAE, dos gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar poderá ser realizada com a dispensa de procedimento licitatório e os preços devem ser compatíveis com os vigentes no mercado local. Além disso, os alimentos devem atender às exigências do controle de qualidade, de acordo com as normas previstas na legislação desta matéria.

No ano de 2007, foi criado, no município de Guapé, MG, o Programa Barriga Cheia, fruto de uma parceria envolvendo o governo federal e a prefeitura municipal. Além destes atores, o programa envolve a Associação dos Agricultores Familiares de Guapé (AAFAG), a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e o Sindicato dos Agropecuaristas em Regime de Economia Familiar de Guapé (SAREFEG).

De acordo com Martins (2011), o Programa Barriga Cheia tem cinco subprojetos inter-relacionados, que são:

- a) horta comunitária: a finalidade desta horta é produzir verduras e legumes que são distribuídas no armazém municipal e, ainda, para o abastecimento do Restaurante Popular, em Guapé. Na horta comunitária há o envolvimento de detentos e desempregados locais. A horta está localizada à margem da represa de Furnas, muito próxima ao centro da cidade;
- b) lixo e cidadania: por meio deste subprojeto são realizadas trocas de materiais recicláveis por vale-alimentação;

- c) armazém municipal: local onde se processam as trocas, envolvendo os vales-alimentação por alimentos e produtos processados advindos dos agricultores locais e da horta comunitária;
- d) restaurante popular: local onde são oferecidas refeições a baixo custo à população local. O preço das refeições segue uma tabela específica: R\$1,00, para os que possuem o vale-alimentação; R\$2,00, para funcionários públicos, aposentados, pensionistas, gestantes, idosos e agricultores familiares e R\$3,00 para os outros públicos;
- e) prestação de serviços: subprojeto que visa ofertar oportunidade de trabalho a desempregados na manutenção da horta comunitária, na limpeza de vias públicas, dentre outros.

A Associação dos Agricultores Familiares de Guapé, criada em 2006, responsabiliza-se pela operacionalização da venda dos produtos da agricultura familiar de Guapé, no âmbito do PAA e do PNAE, se configurando como uma organização fornecedora devidamente formalizada para atuar nestes programas.

Os produtos comercializados por meio da AAFAG, via PAA (modalidade compra com doação simultânea), são destinados às instituições locais, como o Restaurante Popular de Guapé, a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), além de creches, hospitais e asilos, entre outras instituições. Os produtores aptos a interagir nestes programas devem ter a Declaração de Aptidão do PRONAF (DAP), fornecida pelo escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG) e se associarem à AAFAG.

Em relação ao PNAE, informações recolhidas na AAFAG apontaram que as demandas por produtos partem de nutricionistas que trabalham o cardápio da merenda nas escolas beneficiadas, e estas profissionais também monitoram a

qualidade dos produtos comercializados. O valor comercializado por unidade familiar, junto a este Programa, corresponde ao limite máximo de R\$20.000,00/ano, tornando-se mais atraente se comparado aos limites estabelecidos pelo PAA. Além disso, as informações recolhidas apontam que o pagamento pelos produtos comercializados via PNAE é mais ágil e em menor tempo, sendo desembolsado, pelas escolas, após aferição da quantidade e da qualidade dos produtos, formalizada por meio de um termo de aceitabilidade do produto, os valores associados às vendas diretamente à Associação ou, em alguns casos, aos próprios agricultores por meio de suas contas bancárias.

Considerando que a produção e a organização em torno desses programas são elevadas em Guapé, a AAFAG busca abrir novos mercados em outros municípios, atuando, ainda, no âmbito do PNAE, em Betim, Contagem e Sabará, todas em Minas Gerais. A demanda quinzenal, nestes municípios, corresponde a, aproximadamente, 10 toneladas de alimentos. Os produtos comercializados são variados, abrangendo legumes, verduras, frutas, arroz, feijão, mandioca, cará, frutas de época, açúcar mascavo, queijo, linguiça, rapadura, fubá, canjica e canjiquinha, entre outros. O controle da qualidade deve seguir a legislação, especialmente no tocante às normas e aos padrões fitossanitários, sendo atestada e acompanhada pelos técnicos locais da Emater-MG. Além desses municípios, a AAFAG vem buscando ampliar a rede de comercialização, envolvendo municípios-polo regionais, como Varginha, MG.

A comercialização de mercadorias por meio de ambos os programas envolve o pagamento de determinados impostos e taxas, correspondendo a 5,85% (impostos, com isenção de ICMS) e 3% (taxa administrativa), totalizando 8,85%.

Dados da AAFAG indicam que, no ano de 2010, foram comercializados cerca de quatro milhões de reais, via PAA e, em 2011, cerca de dois milhões de reais. Desde que estão operacionalizando a comercialização por meio dos

programas públicos citados, a AAFAG comercializou por volta de nove milhões de reais.

7 COMPREENDENDO A BUSCA POR AUTONOMIA NO ASSENTAMENTO SANTO DIAS: DISCUSSÃO A PARTIR DA COREOGRAFIA DA NOVA CONDIÇÃO CAMPONESA

A partir das definições estabelecidas no PDA e da chegada das famílias aos lotes, inicia-se uma nova etapa no ASD. Diante desse novo contexto, os assentados buscam estabelecer estratégias para o fortalecimento de suas bases de recursos (físicos, naturais e sociais), bem como da coprodução, visando garantir a reprodução das unidades agrícolas e familiares, em direção à autonomia. Os dados recolhidos revelaram que tais estratégias se encontram correlacionadas à dinâmica e à estrutura familiar (número de membros, conhecimentos nas lidas das roças, faixa etária dos membros das famílias, realização de trabalho assalariado, dentre outras) que, por sua vez, se apresentam de forma heterogênea entre as famílias, conforme narrado anteriormente.

Apesar deste aspecto, observou-se que a racionalidade que orienta as ações individuais de grande parte das famílias assentadas se aproxima da abordagem chayanoviana. O trabalho para o desenvolvimento das mais variadas tarefas no roçado é essencialmente desenvolvido pela família, sendo observada a produção para o autoconsumo, para a reprodução das unidades produtivas e para a venda de excedentes.

Eu não compro arroz, eu não compro feijão. Gordura sempre tem um porco gordo para matar, tem uma galinha... Ó, a nossa despesa aqui, por mês, pra dizer uma verdade, não atinge 200 reais. Tudo bem, pode atingir uns 200 reais por causa da conta de luz... mas, olha só. Você tem uma coisa pra comer, um milho, um ovo, então, como você não tem essas vendas? (Entrevista 5).

A fim de facilitar a organização dos achados desta pesquisa para as análises, buscou-se considerar a leitura de Quinteiro (2009), no tocante à estratificação dos grupos familiares realizados em seu estudo (especificados no

tópico 2.4). Dessa forma, foram estabelecidos três grupos familiares, quais sejam: a) famílias que possuem certo capital (financeiro e relacionado à base de conhecimento) e que foi revertido no fortalecimento das bases de recursos e da coprodução, b) famílias que se encontram menos providas de tais capitais, especialmente o financeiro e, dessa forma, se tornam demasiadamente dependentes do trabalho externo para a satisfação das necessidades familiares e estruturação dos lotes e c) famílias que desenvolvem estratégias coletivas de produção e de agregação de valor. Esse último grupo abarca famílias que também se encontram nos outros grupos citados e esta experiência coletiva configura-se a base para as análises da coreografia de Ploeg (2008), tendo em vista que os dados obtidos em campo convergem de forma mais completa para esta reflexão.

Vale enfatizar que, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, não se buscaram generalizações, mas compreender como se manifestam as estratégias estabelecidas pelas famílias assentadas, tomando por base a configuração (assentamento de reforma agrária) em que se estabeleceu o ambiente empírico da pesquisa e a sua complexidade. Além disso, não se dissociaram os objetivos, tendo em vista que a abordagem utilizada, partindo das ideias de Ploeg, se configura como uma coreografia, em que os arranjos a ela associados têm interdependência, sendo o fortalecimento da base de recursos (naturais, físicos e sociais) e os aspectos correlacionados à coprodução as bases para o estabelecimento do enredo em torno da busca por autonomia.

Em relação ao primeiro grupo, observou-se que grande parte das famílias deslocou-se para os lotes antes mesmo de terem os marcos divisórios definidos. Este fato, mesmo contendo alguns tipos de riscos, proporcionou um investimento nos lotes, antes da grande maioria das famílias, que se deslocaram posteriormente. Este investimento ficou facilitado, tendo em vista o acúmulo prévio de capital por parte dessas famílias, por meio de patrimônios vendidos,

aposentadorias ou outras fontes de recursos. Além disso, observou-se maior conhecimento sobre as lidas com o roçado, advindo de experiências pretéritas. Nesse sentido, as bases de recursos físicos se encontram mais estruturadas em relação às famílias do segundo grupo, sendo observados galpões, terreiro de terra para secagem do café, trator, estábulos, retiros e casas mais equipadas. As terras encontram-se “mais amansadas” e há uma maior diversificação da produção, envolvendo fruteiras, hortas, criação de animais de pequeno e grande porte, além de culturas destinadas à alimentação das próprias famílias e ao mercado (milho, arroz, feijão, mandioca, pimenta, café e mel, dentre outros produtos). O processo de comercialização utilizando atravessadores é o mais comum, apesar de gerar descontentamento, tendo em vista que essa dependência acarreta perdas financeiras.

Esses dias mesmo nós vendemos uns 83 superlitro [garrafa de refrigerante de 2litros] de pimenta. ‘É’, menino, nós tivemos uma falta de sorte! Chegou o momento que chegou até 30 reais o superlitro. Aí, como estava começando a colher, não tinha pimenta. Aí, a pimenta despencou, baixou, baixou, baixou, baixou, baixou, daí deu uma equilibrada e eu vendi em Guapé a 18 reais. Tive que vender. Quando foi no outro dia cedinho, quando o menino lá ia para a escola, o cara [atravessador] estava caçando uma pimenta para levar a 25 reais. No outro dia, filho de Deus! Ofereceu a 25 reais e, um dia antes, tinha vendido a 18. Pra você ver, eu perdi e muito, 18 para 25 reais. Eu tive, ainda, que levar lá e o outro pegava na porta (Entrevista 5).

Outra forma de comercialização observada diz respeito à venda de produtos para mercados protegidos politicamente, via PAA, algo considerado de extrema importância, tendo em vista, principalmente, os valores associados, considerados bastante satisfatórios, como no caso do milho, comercializado a R\$1,00/kg e a mandioca, vendida por R\$0,56/kg (valores estabelecidos em tabela pela CONAB).

Neste grupo, observou-se, com grande frequência, que a pluriatividade é desenvolvida como forma de complemento de renda, sendo parte dos recursos revertida nas estruturas produtivas. Observou-se também que há resistência ao uso de agrotóxicos, embora algumas famílias realizem determinadas práticas agrícolas que se aproximam da chamada agricultura convencional, a partir do uso de sementes melhoradas e fertilizantes químicos adquiridos no mercado local. Entretanto, uma das famílias deste grupo utiliza práticas agrícolas da chamada agricultura biodinâmica, prezando, dentre outras questões, a ciclagem natural de nutrientes, a cobertura dos solos, a adubação verde à base de leguminosas, o uso de sementes tradicionais, sendo, inclusive, considerados os ciclos lunares para os plantios e as colheitas. O trecho de entrevista transcrito a seguir retrata a aversão de um assentado ao uso de agrotóxicos.

Meu café não tem veneno. O único veneno que eu uso aqui, se eu pudesse achar outro meio de não usar, o único veneno que eu uso aqui é pra formiga. Só!... Muita gente falou, aqui [referindo-se a pessoas de Guapé], que eu não vou conseguir andar sem veneno, que eu não vou conseguir, mas eu estou batendo de testa. Até comentei com as pessoas. Amigo meu falava: “você não vai conseguir colher, você colheu o primeiro ano, depois no outro você não colhe”. Eu falei: Mas se não der, eu vou viver sem café. Se não der, eu arranco, mas vou viver sem veneno...

Eu, a criança [filho de 14 anos] e a mulher que toca, eu vou meter veneno na roça pra matar a gente mesmo? Morrer eu vou morrer, não sei se hoje, amanhã ou daqui a 200 anos, mas eu matar eu! Não vou nunca!(Entrevista 5).

Há, com maior frequência neste grupo, famílias contrárias a trabalhos associativos e a processos coletivizados, fato que gera conflito e algumas segregações. Um dos núcleos do assentamento que mais comportam as famílias que se dizem avessas às formas organizativas é apelidado de “núcleo das cobras”.

Em relação ao segundo grupo, verificou-se uma forte dependência da pluriatividade (como a “panha” de café) para a obtenção de recursos financeiros visando, fundamentalmente, à manutenção do núcleo familiar e, em caso de sobras, a estruturação dos lotes. Dessa forma, grande parte do tempo dos membros das famílias, especialmente daqueles (as) com maior força de trabalho, é destinado a trabalhos externos aos lotes.

A dependência da pluriatividade pelas famílias que se encontram nesse grupo acentuou-se devido à necessidade de obtenção de materiais para a conclusão das construções das casas, fato visualizado na maioria dos lotes e que gera a necessidade de maiores empenhos financeiros. Em vários lotes visitados, era demasiado o tempo dos membros das famílias destinado para a construção; tempo este já escasso devido à necessidade de trabalhos externos. Diante dessa realidade, observou-se um déficit ainda maior no tempo destinado para as ações de estruturação dos lotes, incluindo as de coprodução. Este fato, somado às necessidades de ampliar o reconhecimento das terras e “amansá-las”, gerava preocupações, tendo em vista a urgência de se obter da terra conquistada as demandas familiares básicas, no que diz respeito à alimentação.

Essas terras também estão brutas. Está terrível para você cuidar. Eu tenho notado nesse pedacinho aqui em volta da casa, mas é assim. Eu joga adubo, eu aproveito o esterco da galinha, das vacas... O trem tem sido difícil. Não é fácil, é difícil, difícil mesmo. A gente tem que batalhar muito para fazer um campo e ficar nele porque se começar a ‘enlarguecer’ muito, você não consegue, porque a terra crua não dá nada. Você tem que estar num pedacinho pequeno para vir ‘amansando’, vir jogando o que tiver [matéria orgânica]. Assim evita prejuízo... Teve gente ali que tinha fartura, até sobrava para vender, mas teve que tanto ajudar na casa [referindo-se à construção das casas] como sair fora para ganhar dinheiro para substituir alguma coisa que estava faltando na casa e esqueceu da roça. Não que esqueceu, teve necessidade... O rapazinho [referindo-se a um amigo] me disse: “Então eu tive que sair fora mesmo para trabalhar,

para ganhar dinheiro, para fazer alguma coisa. Esse ano nem deu tempo pra eu fazer a minha roça, mas ainda não estou comprando [comida] porque eu tinha um pouco de reserva. Agora eu vou pegar firme porque eu já fiz o que tinha que fazer”. Eu disse pra ele: “Está certo! Eu também fiz a mesma coisa... agora vamos cuidar da roça, aproveitar esse material que veio aí [recursos do INCRA] porque, para estar na roça comprando [comida], é impossível, não pode!” (Entrevista 4).

As estratégias das famílias inseridas nesse grupo, no que tange à coprodução, levam em conta as experiências pretéritas vividas na roça, as trocas de informações entre elas, os aspectos relacionados à cooperação e o montante da força de trabalho familiar. Estas questões consideradas no estabelecimento das estratégias buscam evitar a contração de dívidas, embora tenham sido observados alguns casos de exceção. Há algumas famílias que, devido a pouca experiência das lidas no roçado, estabeleceram estratégias que acarretaram endividamento, como, por exemplo, o uso demasiado de aluguel de horas máquinas para o preparo de campos “alargados”, onde a quantidade de trabalho necessária para os tratos culturais seria além da força de trabalho interna da família. Além disso, após o preparo dos solos, não foi realizado o plantio a tempo, fato que ocasionou a perda desse serviço e dispêndios desnecessários.

Embora observadas as questões expostas em relação ao parco tempo para realização dos trabalhos no roçado, verificou-se, em várias casas visitadas, um estoque de alimentos e sementes destinado para a alimentação e para a reprodução de um novo ciclo produtivo. Dessa forma, ameniza-se a dependência do mercado, embora isso não ocorra para determinados itens básicos, como o óleo. A dependência de compras de sementes também se faz amenizada, sendo utilizadas, em alguns casos, as trocas/empréstimos de sementes. Famílias que têm quantidade satisfatória de sementes repassam para outras famílias, visando à realização de um novo ciclo produtivo. Ao final da produção, essas sementes são

“devolvidas”. Por meio dessa estratégia, facilita-se, inclusive, o resgate de sementes tradicionais.

Uma assentada relatou que repassou a outras famílias sementes de milho de pipoca que eram utilizadas desde o período de sua infância. Estas sementes foram plantadas e o rendimento considerado satisfatório, tendo em vista, inclusive, que aspectos relacionados à sua “rusticidade” amenizavam a exigência do uso de insumos externos, barateando o cultivo. Esta estratégia se aproxima das ideias de Ploeg (2008), segundo as quais o uso de sementes próprias, reproduzidas por meio de ciclos produtivos sucessivos, acaba por gerar menos dependência do mercado, ampliando, assim, a autonomia dos agricultores. Além disso, por meio da doação de sementes, evidencia-se a cooperação entre as famílias como uma estratégia de enfrentamento de um ambiente ecológico ainda severo. Outras trocas e doações foram observadas, como de sementes de leguminosa para o enriquecimento dos solos, por meio da chamada adubação verde, algo que estava sendo testado por alguns agricultores.

O plantio chamado de “a meio” foi também visualizado. Famílias com maior força de trabalho colaboravam com outras, com menos força ou menos conhecimento. O resultado das lavouras era, então, dividido, não necessariamente pela metade, mas seguindo critérios que consideravam a necessidade da manutenção alimentar de cada família, durante certo período. A ajuda mútua em torno dos cuidados com as criações foi também ressaltada. Há pessoas com maior experiência prática na lida com gado, algo que é repassado aos demais, inclusive em forma de auxílio durante partições ou trato de infecções.

Embora levantadas estas formas de cooperação, foram identificados conflitos gerados a partir da ausência de cercas nas áreas de pastagens (a falta de recursos financeiros é a justificativa relatada para esta realidade), o que facilita a entrada do gado em lotes de terceiros. Este fato acarreta prejuízos devido ao

estrago de determinadas plantações e, assim, o nível de tensão aumenta entre os assentados.

A comercialização de produtos também se faz por meio de atravessadores, sendo, ainda, realizadas vendas locais de queijos produzidos de forma artesanal, a partir das sobras de leite.

A caracterização dos grupos familiares descrita revela algumas singularidades, no que diz respeito ao fortalecimento de suas bases de recursos e das suas estratégias para a coprodução, e o capital de origem das famílias assentadas, incluindo uma base de conhecimento, configura-se importante elemento que tende a distinguir os grupos. Há evidência de que a busca pela sobrevivência diante de um contexto de privação passa a ser um elemento balizador para as articulações internas e aproximações por meio de laços de solidariedade e de cooperação. Estas características, apesar de serem apontadas pelos assentados como de maior magnitude durante o período de acampamento (quando as residências improvisadas das famílias eram bem próximas, proporcionando um maior contato diário entre elas), ainda se fazem presentes, mesmo diante do quadro de individualismo que se apresentou após a entrada nos lotes, quando as atenções foram, então, voltadas para a estruturação das parcelas e, especialmente, para a construção das casas.

Outra evidência que corrobora os achados de Silva (2009) diz respeito a determinadas formas de clivagem envolvendo as famílias que fazem parte do Assentamento. Por um lado, há famílias que buscam, por meio da ajuda mútua, superar determinadas dificuldades cotidianas, pois acreditam que os aspectos relacionados à união, que levaram, inclusive, à vitória pela conquista da terra, são determinantes para a busca de novos objetivos comuns. Por outro lado, há famílias que apresentam outras motivações e que não aderem à ideia de fortalecimento das articulações internas, preferindo desenvolver atividades individuais relacionadas, por exemplo, à produção e à venda de mercadorias.

Em relação ao terceiro grupo de famílias, observou-se a realização de duas estratégias de articulação associativa, em fase de teste, em torno de processos de coprodução e que envolvem agregação de valor. Uma estratégia diz respeito à produção de açúcar mascavo e a outra se refere à produção de sementes orgânicas de alface e de tomate, e de molho de tomate. Há lideranças, formais e informais, que fazem parte desse grupo, inclusive algumas ligadas ao MST, que atuam na qualidade de principal agente mediador no assentamento.

A produção de açúcar mascavo, realizada por um grupo de 11 famílias, é facilitada devido à existência de uma agroindústria artesanal no ASD, construída pelas mãos dos próprios assentados em regime de mutirão. Os recursos necessários para a construção da estrutura e para a compra dos materiais e equipamentos foram captados por meio da empresa Furnas Centrais Hidrelétricas.

A presença dessa base de recurso físico no ASD tende a corroborar o combate à pobreza, por meio da possibilidade de produzir mercadorias com maior valor agregado, destinadas à geração de renda. É também uma ação de combate à desigualdade, ao considerar que essa agroindústria representa um bem de capital, um patrimônio pertencente aos agricultores do Santo Dias.

A estratégia de se buscar aumento de renda por meio da agregação de valor à produção tem um diferencial em relação ao combate à pobreza por meio de macro políticas compensatórias, do tipo Bolsa Família ou de seguridade social, usufruídas por várias famílias do ASD, tendo em vista que ela vai além da simples transferência de renda ou de bens de consumo. Nessa estratégia, há a necessidade de se desenvolver processos de trabalho para garantir escala na produção, devendo ser empregados nas unidades produtivas dos lotes (produção de cana-de-açúcar e de madeira para lenha, por exemplo) e na agroindústria. O desenvolvimento desses processos, por sua vez, tende a gerar novos conhecimentos, alimentando ciclos de aprendizagem que proporcionam

aprimoramentos no processo de produção, bem como nas relações sociais exercitadas (entre os próprios assentados e com o mercado). Esta leitura, envolvendo a centralidade dos processos de trabalho e o desenvolvimento de ciclos de aprendizado, corrobora as reflexões de Ploeg (2008) acerca do fortalecimento das bases de recursos para o alcance do progresso e da autonomia por parte dos agricultores camponeses.

Os conhecimentos em torno do processo de fabricação do açúcar mascavo foram repassados por um agricultor assentado. A cana-de-açúcar utilizada para a fabricação teste do açúcar mascavo era oriunda de uma área coletiva do núcleo Bartolina Cissa, onde a plantação foi realizada por meio de um sistema de mutirão, ainda na fase de acampamento. Observou-se a não utilização do bagaço da cana gerado no processo, revelando desperdício da possibilidade de seu uso na alimentação bovina e de aves, ou como cobertura dos solos, conforme apontado, inclusive, por alguns assentados. Outro aspecto que ainda demanda melhorias, e que se configura fruto do ciclo de aprendizagem, diz respeito à necessidade de investimento na estrutura, como, por exemplo, na criação de um local apropriado para a recepção, a lavagem e a moagem da cana-de-açúcar (realizada a céu aberto) e de um engenho com maior capacidade de moagem. Outro conhecimento proporcionado pela experiência refere-se à necessidade de se investir no plantio de espécies lenhosas para suportar um possível aumento na escala de produção. Assim, evidencia-se a análise da coreografia que salienta a relevância da criação de processos de trabalho, associada ao estabelecimento de ciclos de aprendizagem, no sentido de se obter autonomia.

Os processos de trabalho em torno da produção do açúcar mascavo envolveram a força de trabalho masculina (corte, transporte, limpeza, lavagem e moagem da cana-de-açúcar, corte da lenha e preparo do fogo, peneiramento, empacotamento e pesagem) e feminina (lavagem e moagem da cana-de-açúcar,

manutenção do fogo, limpeza do caldo, realizadas nos tachos de alumínio com auxílio de escumadeiras na presença de bastante calor e na “bateção”, realizada na masseira, no peneiramento, no empacotamento e pesagem do açúcar), em regime de mutirão.

A experiência colocada em prática rendeu 2.100 kg de açúcar mascavo. Uma pequena parte da produção, considerada “mais grosseira”, foi destinada às famílias envolvidas, amenizando, assim, gastos para a compra desse mantimento. A comercialização se deu via PAA, por meio da Associação dos Agricultores Familiares de Guapé. O preço do produto correspondeu a R\$4,50/kg, gerando uma renda bruta aproximada de R\$9.450,00. Este é um importante aspecto em torno da sustentabilidade desse projeto associativo. Por meio do acesso a essa política pública pôde-se garantir um preço satisfatório para o produto, evitando perdas financeiras por meio da atuação de atravessadores, bem como outras formas de dependência de determinados mercados. Além disso, ampliam-se as articulações locais e o estabelecimento de uma rede, prezando circuitos curtos de comercialização de produtos advindos da agricultura de base familiar. A partir da geração de circuitos curtos de comercialização, surgem aspectos simbólicos atrelados à viabilidade de assentamentos de reforma agrária. Esse simbolismo está calcado no surgimento de processos que abastecem o mercado para alimentação local, onde antes era um cenário árido representado pela grande fazenda improdutiva.

Na Figura 5, baseada na coreografia da condição camponesa proposta por Ploeg (2008), sintetiza-se a experiência da produção de açúcar mascavo.

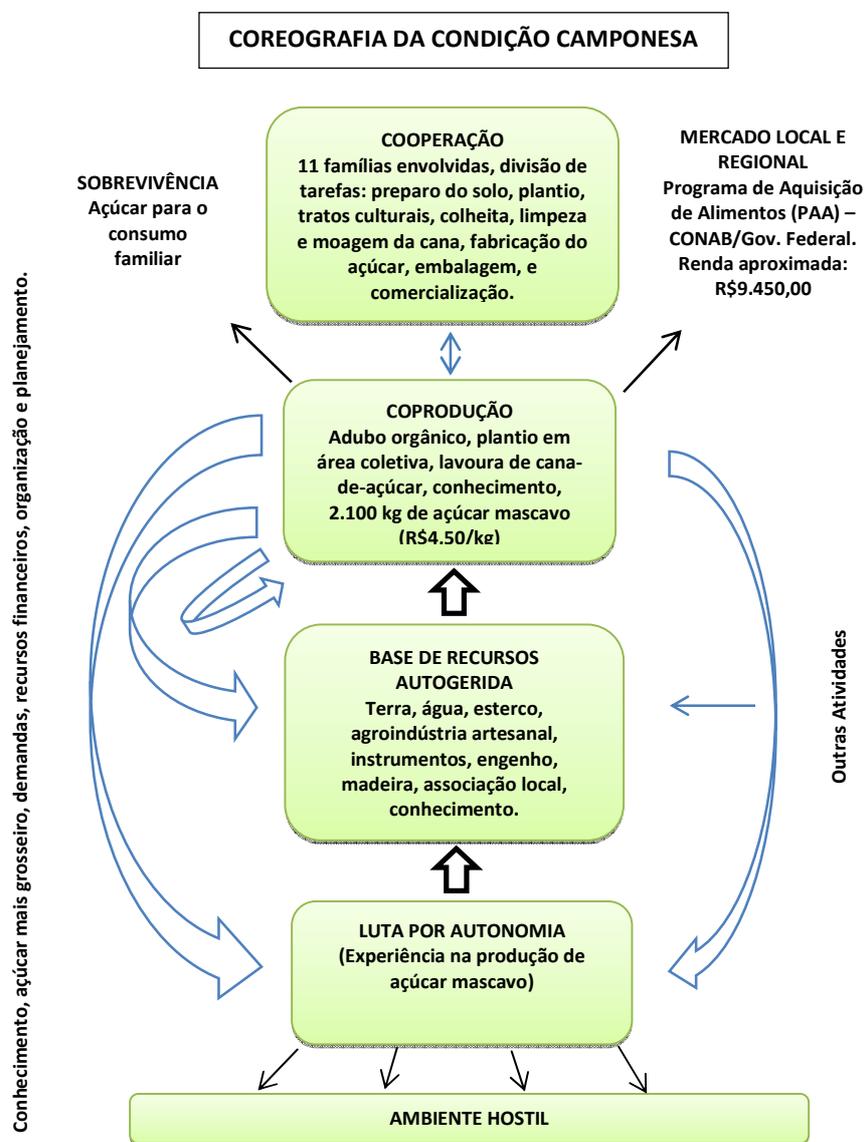


Figura 5 A experiência produtiva do açúcar mascavo a partir da coreografia da condição camponesa de Ploeg (2008)

Em relação à experiência de produção de sementes orgânicas de tomate e de alface, os dados recolhidos apontam para dois elementos relevantes para a sua realização: um relacionado à estrutura de comercialização e outro às questões de ordem técnica.

A comercialização das sementes produzidas foi realizada junto a uma organização ligada às cooperativas do MST no sul do país, denominada Rede Bionatur de Sementes Agroecológicas. Esta organização busca envolver produtores assentados da reforma agrária em torno da produção orgânica de sementes de hortaliças, adquirindo a produção e revendendo as sementes em variados mercados, a preços compatíveis com o das sementes convencionais. Em relação aos aspectos técnicos que alicerçam as justificativas sobre a possível viabilidade dessa estratégia de coprodução, foi enfatizado que a região onde está inserido o ASD tem clima e altitude compatíveis com a produção de hortaliças. Além disso, não há, na região e no entorno do Assentamento, produção em larga escala destas culturas, fato que minimiza riscos de contaminações, de pragas e doenças. Vale ressaltar, ainda, a presença de vários cursos d'água no assentamento, facilitando a irrigação. Além desses elementos, merece, ainda, destaque o argumento de que as sementes produzidas podem chegar ao destino final (estado do Rio Grande do Sul) por meio dos Correios, tendo em vista o pouco peso associado, o que minimiza os custos elevados de frete, como observado na comercialização de cultivos tradicionais, como o milho. Outro aspecto correlacionado a esta estratégia produtiva refere-se à possibilidade de aproveitar os frutos do tomate orgânico para a produção de polpa, algo colocado em prática a partir dos conhecimentos das agricultoras assentadas.

Os recursos físicos para o desenvolvimento desta estratégia envolvem materiais permanentes, como estufa e estruturas para a irrigação. O preparo do solo para o plantio, realizado no lote de um dos assentados associados, foi com arado de tração animal e, para a fertilização dos solos, utilizaram-se fontes

orgânicas a partir de esterco bovino e de preparados biodinâmicos. Os tratamentos culturais, como capina e irrigação, foram realizados em regime de alternância pelos membros desse grupo familiar. Nesse processo de divisão de tarefas ocorreram ausências, supridas por um assentado responsável pelo acompanhamento direto da experiência. A extração e a embalagem das sementes foram realizadas pelas mulheres, assim como o aproveitamento dos frutos para a fabricação da polpa, que foi repartida pelo grupo. Ao final do processo, foram colhidos 5 kg de sementes de tomate, comercializada a R\$150,00/kg e 30 kg de sementes de alface, cujo valor correspondeu a R\$35,00/kg. A renda bruta estimada foi de R\$1.800,00. As polpas de tomate orgânico foram comercializadas em feiras da reforma agrária, por um valor correspondente a R\$9,00/ unidade (embalagem de vidro de 400 g). Na Figura 6 apresenta-se esta estratégia sócio-produtiva, a partir da coreografia desenvolvida por Ploeg (2008).

As atividades associativas, desenvolvidas no Assentamento, representam uma estratégia relevante em direção à maior autonomia dos agricultores assentados. Dessa forma, destaca-se a viabilidade de alguns elementos dessa estratégia, como, por exemplo, a possibilidade de criação de novas unidades produtivas concatenadas com um processo que eleve a agregação de valor dos bens produzidos e reproduzidos nas unidades familiares, considerando aspectos voltados à cooperação, incluindo as relações de gênero. A partir dessa estratégia de ação coletiva, as bases de recursos individuais e coletivos proporcionariam um conjunto de bens associados, potencializando as iniciativas de coprodução e as respostas ao ambiente hostil, principalmente no tocante aos aspectos naturais ainda severos, visualizados em grande parte dos lotes, bem como no que tange às características econômicas regionais, tidas como estagnadas por Martins (2011) e a perversa rede ministrada pelos chamados “Impérios Alimentares”, seguindo a terminologia de Ploeg (2008), retratada na seção 4.

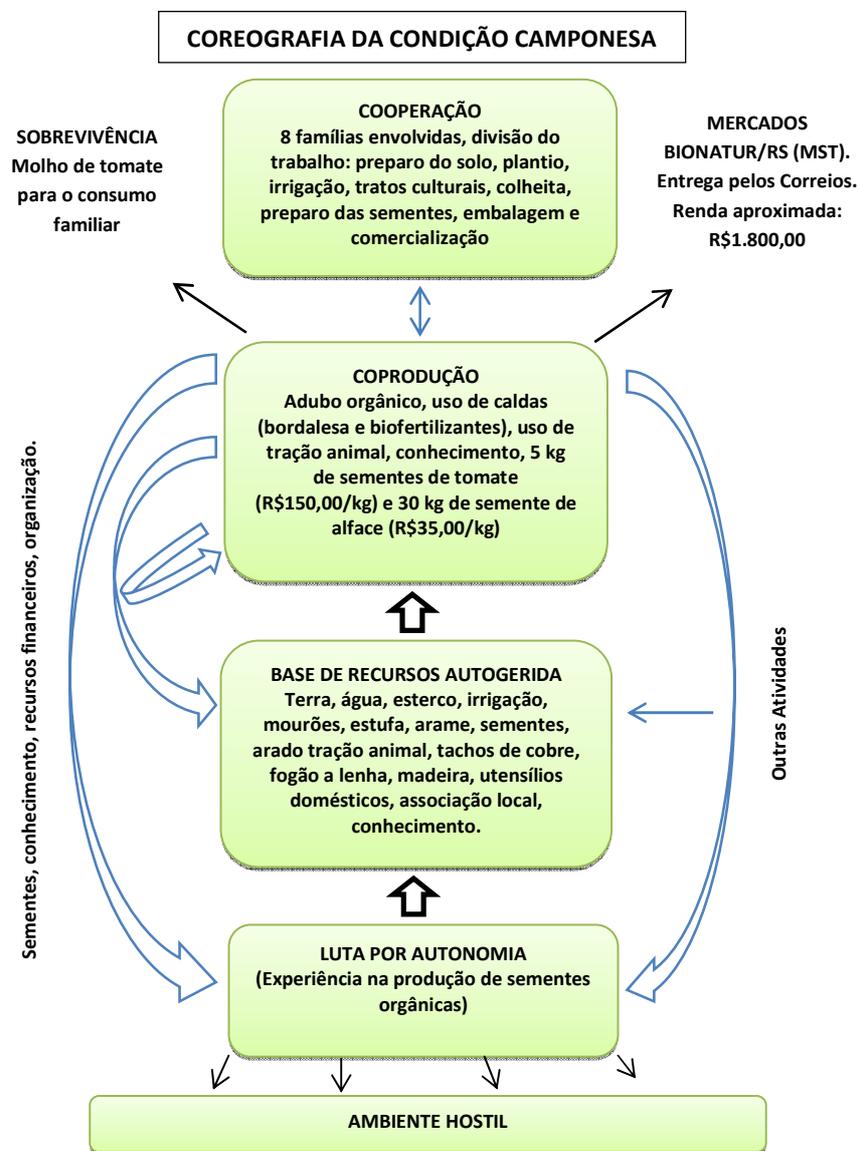


Figura 6 A experiência de produção de sementes orgânicas a partir da coreografia da condição camponesa de Ploeg (2008)

A compreensão das estratégias sócio-produtivas a partir dos três grupos familiares estratificados gerou elementos que levam a crer que as diferenciações existentes no Assentamento podem ser combatidas por meio da articulação de objetivos comuns, que elevem o grau de autonomia desses atores sociais. Um aspecto enfatizado por vários agricultores/as refere-se à necessidade de se estabelecer dinâmicas no assentamento que minimizem a necessidade da pluriatividade, especialmente para a sobrevivência. Dessa forma, grande parte do tempo e da atenção dos agricultores e das agricultoras assentados tenderiam a ser focadas para dentro de seus lotes, bem como para determinadas dinâmicas associativas. O trecho a seguir, extraído de entrevista com um casal que, atualmente, não participa das atividades produtivas coletivas, reflete que o caminho perseguido por meio da estratégia de agregação de valor da produção pode vir a potencializar uma maior coesão e cimentação social no Assentamento Santo Dias.

Pensar os coletivos deve passar pela geração de renda, como o açúcar mascavo. Tem que gerar renda para que o povo fique mais tempo nos lotes e menos tempo fora para melhorar a estrutura dos lotes (Entrevista 16).

Nesse sentido, o fortalecimento das bases de recursos sociais deve ser priorizado, tendo em vista as dificuldades atualmente visualizadas, por exemplo, na associação local, tendo grande parte dos associados deixado de participar das discussões e de pagar as mensalidades. Há um sentimento de que, para reverter esse atual quadro de desarticulação, deve haver maior transparência nas tomadas de decisão e melhora do fluxo de informação interna, tendo em vista que o parcelamento acarretou um maior distanciamento de grande parte das famílias do núcleo do assentamento, onde ocorrem as reuniões e decisões. Portanto, a partir deste estudo, depreende-se que o fortalecimento das bases de recursos físicos deve estar associado ao fortalecimento dos recursos sociais, a fim de

evitar, por exemplo, a dissolução desses recursos como um todo, em um conjunto de bens e capitais subutilizados, dificultando a busca dos assentados por autonomia. Esse aspecto se configura como um grande desafio a ser perseguido diante da atual realidade do Assentamento, mas cujas bases ainda se fazem presentes cotidianamente nas relações sociais informais. As trocas de sementes e as ações de solidariedade são exemplos concretos de ações exercitadas por grande parte dos assentados e assentadas.

A partir do olhar de determinadas lideranças locais, percebe-se esta preocupação, e a estratégia coletivizada de produção em torno do açúcar mascavo e da produção de sementes orgânicas tende a sensibilizar os assentados e as assentadas sobre a necessidade de uma maior articulação interna. Mesmo considerando que os procedimentos e as discussões realizadas preveem o envolvimento para as tomadas de decisão, percebe-se que estas ações podem ser realizadas com maior efetividade. Análises e avaliações coletivizadas sobre os aprendizados gerados, os percalços, os acertos e os ganhos visualizados, bem como os desafios que são lançados, constituem um caminho que pode agregar os agricultores e agricultoras que preferiram “observar de fora” as experiências em curso e, assim, transpor a barreira da percepção de obscuridade, bem como abrir espaço para aqueles que ainda estão menos convictos dessa potencialidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições deste estudo à luz dos objetivos traçados referem-se às estratégias de busca por autonomia, observadas em três grupos familiares identificados no Assentamento Santo Dias. Em relação ao primeiro grupo, detentor de acúmulo prévio de capital econômico e de conhecimento sobre as lidas do roçado, estas estratégias giram em torno do fortalecimento das bases de recursos físicos, como a construção de benfeitorias, e no investimento de processos de coprodução, como o reconhecimento e o trato da terra, investimento em criações e a implantação de lavouras. No que tange à comercialização, a estratégia passa pela relação com atravessadores e com mercados protegidos politicamente, via PAA.

Menos providas de capital econômico, as famílias classificadas no segundo grupo – famílias menos providas de capitais, dependentes de trabalho externo para a satisfação das necessidades familiares e estruturação dos lotes – utilizam estratégias calcadas em ações de solidariedade e de reciprocidade que lhes concedem maiores chances de superação das atuais dificuldades. Estas famílias têm na pluriatividade outra estratégia para o sustento familiar e, em caso de sobras financeiras, parte destes recursos é revertida para dentro dos lotes.

As famílias que estabelecem ações associativas de agregação de valor compõem o terceiro grupo. O grande diferencial deste grupo está no forte investimento na base de recurso social, evidenciado por meio do trabalho associativo. A partir desta estratégia, essas famílias conseguiram articular, de forma mais equânime e efetiva, as bases de recursos (físicos, sociais e culturais), aos processos de coprodução e de comercialização, estabelecendo bases mais sólidas na busca por autonomia.

Além disso, a estratégia de agregação de valor à produção tende a colaborar com o combate à pobreza no Assentamento, por meio da geração de renda advinda de processos de trabalho, conferindo menos dependência em relação às políticas governamentais de combate à pobreza. Arelados a estes processos de trabalho estabelecidos, há ciclos de aprendizados que, retroalimentados, contribuem para o aperfeiçoamento do processo de produção e da ação coletiva estabelecida.

Nesse sentido, a contribuição deste estudo reside em apontar para a necessidade de se estabelecer processos no Assentamento Santo Dias que tendem a elevar o grau de articulação entre as famílias, por meio do fortalecimento das bases coletivas de organização, tendo em vista as perdas sofridas a partir da chegada das famílias aos lotes (baixa no número de reuniões nos núcleos, nos setores e na associação). O fortalecimento das bases coletivas de organização, tanto da produção quanto social, configura-se, diante da atual realidade, elemento central para a maior efetividade das ações na busca por autonomia das famílias do Assentamento.

A coreografia da condição camponesa, proposta por Ploeg e adotada nesse estudo, demonstrou aderência ao objetivo proposto. Vale ressaltar que a coreografia deve considerar as especificidades da configuração que ela aborda. Nesse sentido, a compreensão sobre as trajetórias e as vivências de agricultores assentados de reforma agrária contribuiu para esta aderência.

Outra observação pertinente reside na potencialidade de se utilizar essa coreografia em estudos de caráter longitudinal, a fim de verificar o comportamento das estratégias na busca por autonomia ao longo do tempo.

Em relação às contribuições para uma agenda de pesquisa, pode-se apontar para a relevância dos seguintes temas: a) a partir de aportes de recursos de programas governamentais (que deverão ser destinados às famílias assentadas), como se comportam as estratégias de fortalecimento das bases de

recursos (sociais, físicos e culturais) e dos processos de coprodução no Assentamento Santo Dias com vistas à autonomia? b) quais são as reais motivações que levam a um determinado grupo de famílias assentado a demonstrar mais resistência aos processos coletivos e de articulação sociopolítica e outro grupo a aderir mais a esta estratégia?

Em relação às limitações do presente trabalho, destaca-se o fato de o momento de levantamento dos dados ter coincidido com o período em que grande parte das famílias encontrava-se em trabalhos fora do assentamento. Além disso, o tempo planejado para a coleta de campo não considerou outras inserções que objetivassem aprofundar algumas questões que enriqueceriam as análises. Estas limitações tendem a ser superadas a partir do estabelecimento de algumas estratégias e procedimentos, como inserções em campo desde o início do mestrado. Assim, potencializa-se o uso do processo circular de pesquisa, bem como permite acompanhar mais de perto o ciclo de trabalhos familiares, tanto em relação aos estabelecidos nas roças como a partir da pluriatividade, proporcionando maiores elementos para a análise. Nesta proposta de estratégia metodológica, pode-se, ainda, articular o levantamento de dados quantitativos e qualitativos junto aos grupos familiares estabelecidos. Dessa forma, a partir da triangulação destes dados, consegue-se auferir um maior número de informações que subsidiem análises comparativas entre os grupos. Vale, ainda, destacar que o calendário sazonal de atividades familiares deve ser considerado no planejamento dos trabalhos de campo.

Por fim, ressalta-se que o desenvolvimento de pesquisas com agricultores e agricultoras assentados requer habilidades do pesquisador que vão além das considerações técnicas atreladas ao método (sem desmerecer, obviamente, a importância desses elementos no desenvolvimento de pesquisas). O pesquisador deve, antes de qualquer coisa, prezar o respeito sobre as diversas leituras do mundo social, estabelecidas a partir dos olhares dos agricultores e

agricultoras. Ele deve utilizar da singeleza e da modéstia e assumir que o saber técnico-científico se configura, apenas, como mais uma forma de saber. Assim, deve-se ter a devida clareza de que não há uma hierarquia entre estes saberes e que a riqueza dessas intervenções se dá por meio das interações estabelecidas, algo que gera aprendizado de ambas as partes, pesquisador e agricultores.

Narramos esta percepção, pois, ao adotar estes princípios, nos vemos mais preparados e amadurecidos, tendo em vista o aprendizado gerado. Além disso, concluímos esse processo com outro olhar sobre o valor da vida e das lutas sociais, sendo este novo olhar essencial para a formação deste pesquisador.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; UNICAMP, 1992. 275 p.
- ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1999. 125 p.
- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Disponível em:
<<http://ebookbrowse.com/gdoc.php?id=364148544&url=390a1f5d1fd032b477fb8ada861957f3>>. Acesso em: 20 dez. 2012.
- ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA DE MINAS GERAIS. **Plano de desenvolvimento do assentamento Santo Dias**. Belo Horizonte, 2010. 205 p.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 230 p.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevista em ciências sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005.
- BOSETTI, C. J. O camponês no olhar sociológico: de fadado ao desaparecimento à alternativa ao capitalismo. **Revista IDEAS**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 8-32, mar. 2012.
- BRASIL. Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei n. 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 2 jul. 2003. Seção 1, p. 1.
- _____. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 26 fev. 1993. Seção 1, p. 2349.
- _____. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, set. 2012. Seção 1, p. 3.

_____. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis n. 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória n. 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei n. 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 17 jun. 2009. Seção 1, p. 2.

_____. **Portaria nº 74**, de 5 de dezembro de 2006. Cria o Projeto de Assentamento PA Santo Dias. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/846669/pg-174-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-28-12-2006>>. Acesso em: 4 mar. 2013.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. **Plano agrícola e pecuário 2011/2012**. Brasília, 2011. 92 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano safra da agricultura familiar 2012/2013**. Brasília, 2012. 34 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Brasil sem miséria**. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/simulacao/layout/teste/miv_novo.php>. Acesso em: 4 mar. 2013.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura**: a soja e o trigo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Excelência, 1988. 147 p.

CARDOSO, C. F. S. A brecha camponesa no sistema escravista. In: WELCH, C. A. et al. (Org.). **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: UNESP, 2009. v. 1, p. 97-115.

CHAYANOV, A. V. **Teoria dos sistemas económicos não-capitalistas**. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223914353V2aDN7ku4Mf79OI1.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução CONAMA nº 387**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res06/res38706.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2012.

COTRIN, D. S.; DAL SOGLIO, F. K. Análise do processo de construção do conhecimento agroecológico. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8., 2010, Porto de Galinhas. **Anais...** Porto de Galinhas: ALASRU, 2010. Disponível em:<<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/GT2-Analise-do-processo-de-Construcao-do-Conhecimento-Agroecologico.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 1994. 643 p.

ETC GROUP. **Who owns nature?** London: Corporate Power and the Final Frontier in the Commodification of Life, 2008. Disponível em:<http://www.etcgroup.org/sites/www.etcgroup.org/files/publication/707/01/etc_won_report_final_color.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2012.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Nacional, 2005. 198 p.

GARCIA, A. A. L. Agricultura e desenvolvimento econômico no Brasil: os debates nas décadas de 50 a 70. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 198-222, 1990.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. 347 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2008.

GONÇALVES, A. **Agroecologia, saber local e mercado: um estudo sobre a agricultura familiar de Poco Fundo, MG**. 2003. 183 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2003.

GOODEMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 204 p.

GUANZIORI, C. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 46 p.

GUIMARÃES, A. P. A formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros. In: WELCH, C. A. et al. (Org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: UNESP, 2009. v. 1, p. 45-55.

HEYNIG, K. Principales enfoques sobre la economia camponesa. **Revista de la CEPAL**, Santiago de Chile, n. 16, p. 115-142, 1982.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. **Relatório do diagnóstico rápido participativo e emancipador no assentamento Santo Dias**. Lavras, 2007. Disponível em: <<http://www.assentamentos.com.br/files/pdfs>>. Acesso em: 29 jul. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Produção da pecuária municipal**. Rio de Janeiro, 2011.

JULIÃO, F. Que são as ligas camponesas? In: WELCH, C. A. et al. (Org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: UNESP, 2009. v. 1, p. 271-297.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968. 328 p.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 282 p.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional: uma realidade multiforme**. Campinas: UNICAMP, 1993. 336 p.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988. v. 1, 216 p.

LIMA, M. A. D. S. Análise de conteúdo: estudo e aplicação. **Logos**, Curitiba, v. 1, n. 1, p.53-58, 1993.

LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. da. A questão da agricultura de subsistência. In: WELCH, C. A. et al. (Org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: UNESP, 2009. v. 1, p. 117-133.

MAGRINI, P. R. **Cruzando fronteiras invisíveis: desvendando relações de gênero em um assentamento rural organizado pelo MST no Sul de Minas Gerais.** 2010. 118 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2010.

MARTINS, D. V. V. **A vida no e para além do roçado: reprodução social e pluriatividade no assentamento Santo Dias, Guapé, MG.** 2011. 139 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990. 185 p.

_____. O sujeito da reforma agrária: estudo comparativo de cinco assentamentos. In: _____. **Travessias: as vivências da reforma agrária nos assentamentos.** 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 11-52.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 265 p.

MINAYO, M. C. S. de. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. 269 p.

MORAES, A. C. R. **A base da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI.** São Paulo: Hucitec, 2000. 407 p.

NEVES, D. P. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 5-28, out. 1999.

OLIVEIRA, M. L. S. de. **Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento em assentamentos de reforma agrária: o caso do Saco do rio Preto em Minas Gerais.** 2006. 132 p. Tese (Doutorado em Sociologia Rural) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PALACIOS, G. Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste Oriental do Brasil: 1700-1875. In: WELCH, C. A. et al. (Org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas.** São Paulo: UNESP, 2009. v. 1, p. 145-178.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

_____. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p.17-31.

PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979. 189 p.

QUINTEIRO, M. C. da. Rio Paraíso, o paraíso conquistado. In: MARTINS, J. S. (Org.). **Travessias: as vivências da reforma agrária nos assentamentos**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 159-200.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. C. van. **Manual de investigação em ciências sociais**. 2.ed. Lisboa: Gradiva, 1988. 282 p.(Colecção Trajectos, 17).

RIBEIRO, R. F. O Eldorado do Brasil central: história ambiental e convivência sustentável com o Cerrado. In: ALIMONDA, H. (Org.). **Ecologia política: natureza, sociedade y utopia**. Buenos Aires: Clacso, 2002. p.249-275.

SABOURIN, E. P. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751, set./dez. 2007.

_____. Será que existe camponeses no Brasil? In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009. p. 1-20. Disponível em:<<http://www.sober.org.br/palestra/13/493.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2012.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 8, n. 7, p. 1-21, jul./dez. 2005.

SILVA, C. E. M. **Cerrados e camponeses no norte de Minas: um estudo sobre a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações sertanejas**. 1999. 250 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

_____. Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 46-63, jan./jun. 2007.

SILVA, J. G. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. 240 p.

SILVA, M. A. M. Assentamento Bela Vista, a peleja para ficar na terra. In: MARTINS, J. S. (Org.). **Travessias**: as vivências da reforma agrária nos assentamentos. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 107-157.

SILVA, M. B. de; GRIGOLO, T. M. **Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II**: caderno pedagógico. Florianópolis: UDESC, 2002.

SORJ, B.; WILKINSON, J. Processos sociais e formas de produção na agricultura brasileira. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. (Org.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 164-190.

SPRADLEY, J. **Participant observation**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1980. 195 p.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995. 175 p.

WANDERLEY, M. N. B. O camponês, um trabalhador para o capital. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.2, n. 1, p. 13-78, jan./abr. 1985.

_____. “Morar e trabalhar”: o ideal camponês dos assentados de Pitanga: estudo de caso no Nordeste. In: MARTINS, J. S. (Org.). **Travessias**: as vivências da reforma agrária nos assentamentos. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 201-244.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS- GT 17: PROCESSOS SOCIAIS AGRÁRIOS, 20., 1996, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1996. 1 CD-ROM.

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 150 p.

ANEXOS

ANEXO A Figuras

Figura 1A Agroindústria artesanal do Assentamento Santo Dias (fachada)



Figura 2 A Tacho de alumínio e bateadeira (materiais para a produção do açúcar mascavo – ambiente interno da agroindústria)



Figura 3A Parte da produção de açúcar mascavo embalada



Figura 4A Canteiros de alface para a produção de sementes orgânicas



Figura 5A Estufa e plantação de tomate orgânico para a produção de sementes orgânicas



Figura 6A Molho de tomate processado



Figura 7A Casa em construção, em um dos lotes



Figura 8A Estoque de café armazenado em galpão



Figura 9A Caixas artesanais para a criação de abelhas



Figura 10A Estábulo